



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA

Processo

Protocolo nº 006919 – 10/08/2020

Processo Nº 006919/SECGERAL

(PARTE 07 – DOCUMENTO Nº 14 – VOLUME 04)

Interessado

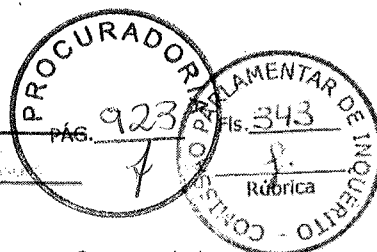
Cidadãos: Hélio Cesar Bairros, Bruno de Oliveira
Carreirão, Beatriz Campos Kowalski e outros

Assunto

Representação em face do Governador e Vice-
Governadora do Estado de Santa Catarina ante a prática
de crimes de responsabilidade



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Então, minha opinião em relação ao projeto, mas não sou eu que faço política de saúde, né, é... foi apresentar números naquilo que, eventualmente, o Estado queria a título de... de, de serviço na área da saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a Casa Civil nesse rolo todo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não participava a Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não estava presente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não estava presente. Nesse hospital de campanha não estava presente, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que aconteceu com a compra dos EPIs? Foi o senhor que relacionou também isso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...representou a empresa que ganhou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem sorte, né? O senhor... o senhor é um sujeito que faz negócios grandes, né, 70 milhões, 30 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Quem dera, né, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sou advogado há vinte anos e para pegar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O senhor vai, o senhor vai...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem muita sorte, né, nos negócios.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se o senhor me escutar um pouquinho o senhor vai ver o que aconteceu.

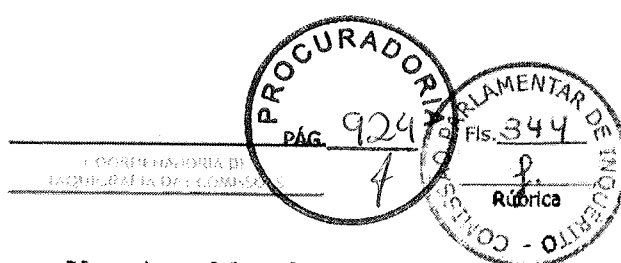
No dia 1º o senhor Douglas Borba me liga - por isso que... teve duas ligações, o respirador e do EPI. No dia 1º ele me liga perguntando como as, as instituições estavam conseguindo adquirir EPIs, se haveria necessidade de pagamento antecipado. Eu falei a ele que estava muito difícil, né, o mercado tava muito difícil, lá fora inclusive, essa a informação das instituições, tava todo mundo muito preocupado com a demanda, enfim. E... eu perguntei por quê? E ele me disse: não, a SES está me pressionando pra fazer uma compra é... na ordem de mais de R\$ 70 milhões, antecipado, eu inclusive, segundo ele, né, eu inclusive mandei um projeto de lei pra Assembleia pra pedir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele... quem falou isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Douglas falando pra mim: mandei um projeto de lei pra Assembleia é... pra pedir autorização da Assembleia para pagamento antecipado. Eu falei pra ele que era um absurdo, que não existe pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor alertou o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Alertei, alertei. Falei pra ele que ele iria comprometer não somente os Deputados, naturalmente, mas, sobretudo o Governador, e que na relação, né, principalmente na situação que a gente se encontrava, onde 80% dos fornecedores estavam tentando vender, na prática não existia mercadoria. Então eu alertei ele e depois tomei conhecimento que ele retirou o projeto de lei da... da Assembleia.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas fez o pagamento antecipado?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não sei, doutor, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi feito, o senhor sabe (ininteligível).

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sim, houve o pagamento antecipado, porque eu tomei conhecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ganhou algum honorários, comissão?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, só...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já tô encerrando.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, mas se me permite, eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, depois, no final, o senhor pode concluir.

Eu já me dou por satisfeito o que o senhor falou, depois o senhor vai ter oportunidade de explicar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ganhou honorários, comissão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi prometido comissão para o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Honorários, nada disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Essas, essas empresas, a qual me pediram contato, eu não tenho relação direta, foi através das instituições que estavam cotando com esse tipo de empresa que fez contato direto com o Estado de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que todas as propostas eram fraudulentas? Não tinha o CNPJ, não tinha endereço, a empresa não correspondia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação a?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aos respiradores, aos EPIs...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ah, os EPI...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...ao Mahatma Gandhi...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – As propostas que eu...

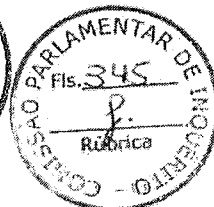
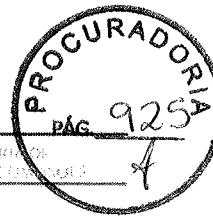
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Mahatma, não, aos cem leitos de UTI?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A proposta dos EPIs eu posso lhes garantir, tá, lhes garantir que a importadora que ia trazer esse... é... esses EPIs, esses equipamentos, tem, não somente condição financeira, mas como estrutura. Ao ponto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E os demais?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ao ponto de, doutor, se me permite, eles iam trazer a carga sem pagamento antecipado. A Secretaria estava cotando com uma outra fornecedora, né, não sei se posso falar o nome?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, claro.



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Da senhora Ivonete Campos, né, se eu não me engano a empresa é IR Consultores, que tem, tinha essa cotação prévia, por isso que fizeram contato comigo, só que ela estava exigindo o pagamento antecipado.

Então o Estado de Santa Catarina ia desembolsar mais de 70 milhões também numa empresa que não ia entregar os equi... os EPIs.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E por que isso não aconteceu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso é um procedimento anterior a minha, né... eu, eu fui provocado, depois, né, porque ela tava, ela tava exigindo, segundo o que eu entendi da própria Márcia, na época, que a única cotação que ela tinha efetivamente seria com essa pessoa. Foi aonde que eu entrei, através desse outro importador, onde que o próprio importador garantiu a, a presença da carga aqui mediante o pagamento na entrega.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu quero deixar para os meus colegas também trabalharem.

Eu compreendi muito bem qual é a sua função, o senhor virou uma espécie de referência, né, no processo de compra emergencial...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Por um mês, né, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... me diz o seguinte: o senhor então não teve conhecimento que as, que as propostas eram fraudulentas, que não tinha o CNPJ, que não tinha a assinatura de ninguém no documento, que todos os documentos que chegaram, chegaram depois da licitação. Isso tudo o senhor não acompanhou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação a respirador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É. Em relação a respirador, ao Hospital Mahatma Gandhi...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, é que na verdade eu... né, eu participei... Por exemplo, na questão dos EPIs eu acabei indicando... não me cabe a eu conferir documentação, né, doutor? Me cabe...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Me parece que à própria Secretaria conferir a documentação na forma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu concorrente, nada? O senhor não quis saber quem era o concorrente nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação à... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – As compras?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Me pediram uma indicação pra um fornecedor que teria uma condição de trazer um equipamento e eu falei...

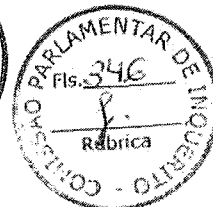
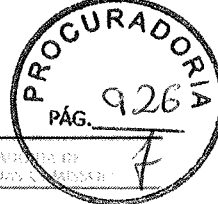
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Leandro, o senhor fez uma proposta de 70 milhões, fez uma compra de 33 milhões, representou uma empresa, o senhor não quis saber quem eram os concorrentes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor, não sei se vossa excelência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor não quis saber?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...não sei se vossa excelência não entendeu, eu não tava no ato comercial. Eu indiquei uma empresa do EPI, a relação foi com ela. O que ela vai cobrar ou não vai cobrar, o que ela vai conseguir ou não vai conseguir, isso é uma situação dela. Eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quanto o senhor ganhou nisso tudo? O senhor não respondeu.



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não ganhei absolutamente nada... só incomodação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas quanto o senhor ia ganhar?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ia trabalhar de graça?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu repito: eu recebo uma ligação de um Secretário, assim como recebi de outros, e outros também eu fiz a mesma coisa, né, de Secretários Municipais de Municípios pequenos, e procurei ajudar e contribuir nesse mês que realmente foi um mês muito difícil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, o senhor confirma então que trocou mensagens com a secretária (*sic*) Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Confirmando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é isso.

Obrigado, senhor Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – De nada. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado João Amin, antes de passar para o senhor, só gostaria de consultar o Deputado Milton Hobus e o Deputado Sopelsa se eles se inscreveram.

(O Deputado Estadual Milton Hobus, por videoconferência, confirma a sua inscrição.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu também já estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor falou que teve conhecimento de algumas situações, por parte da sua mãe, dentro do governo. O senhor já ouviu falar num gabinete ou numa equipe de *fake news* comandada pelo Douglas?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, o que eu ouvi é que tinha... na verdade eu ouvi, mas não exatamente da minha mãe, né, mas que tinham pessoas trabalhando na... em mídia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sabes quem são?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sei, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Conhece os irmãos Amorim, ali de Biguaçu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Conheço, do, do Dona Festa, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Oi?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Da empresa do Dona Festa, o Gustavo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não sei.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, eu acredito que seja.

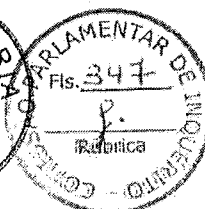
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

A relação do Douglas com o Moisés, como é que tu vês essa relação do Douglas com o Governador: íntima, profissional?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Muito próxima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Muito, muito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Muito próximo. Eu vejo eles...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Podias falar um pouco sobre esse termo próximo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, né, pelo que se comenta ele era um, um braço direito do Governador Moisés, né, que inclusive filtrava até solicitações aqui da Assembleia, né, Legislativa e, principalmente, também dos Municípios, mas eu considero ele com uma pessoa de confiança ou até então de confiança do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu achas que o Douglas fez alguma situação irregular nesse período aí do governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, doutor, eu não posso responder por ele, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas tens experiência em governo, né, tu conheces bastante o setor de saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, sim, sim. Na área da saúde, né, que eu, que eu tomei conhecimento na relação dele, tá vindo agora à tona esse, essa questão do respirador. Mas numa situação anterior, principalmente na área da saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu acreditas que ele teve alguma participação em alguma irregularidade?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, não posso responder por ele, doutor, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como é que tu teves acesso à Mahatma Gandhi? Como é que vocês começaram?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu trabalho desde 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – 2017?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Depois do... da tua passagem pela Secretaria de governo da Saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É. Eu fui superintendente de Planejamento e Gestão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem te colocou lá?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O... Gelson Merísio e eu trabalhei pro João Paulo Kleintübing, Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. Foi indicação do Gelson Merísio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Dos do... É, ele juntamente com o Deputado, o então Secretário da Saúde, João Paulo Kleintübing.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. E tu terias alguma coisa a acrescentar dessa força toda que o Douglas fez com relação a respirador, hospital de campanha?...

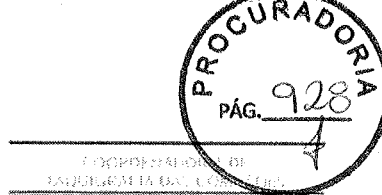
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu viste algo errado ali?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O, Deputado, a minha participação realmente, né, foi tentar contribuir encaminhando orçamentos assim. Agora, se ele, né, fez algo com alguma empresa, eu não tenho esse conhecimento, porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Além do Douglas, tu tiveste relaciona... é... contato com o Helton, com o Luiz Ferreira?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Helton eu tive é... é até importante a sua pergunta pra dar sequência, né, na, na questão do Deputado Ivan, eu tive... quando essa outra



empresa, né, que de fato entregaria esses Equipamentos de Proteção Individual aqui, mediante a entrega - entregaria mediante o pagamento, não o pagamento antecipado -, o senhor Helton ele me liga, tá, ele me liga, me pergunta como é que estava o contrato, eu falei pra ele que não sabia, mas que a empresa teria condição de, de, né, de resolver, até porque não é uma relação comigo, é uma relação com a empresa, né, é uma relação de um valor até considerável, e naquele momento ele questiona o porquê que a gente não fez a contratação da empresa, que era essa empresa da senhora Ivone Campos, IR Consultores. Eu falei pra ele que eu não saberia, mas que procuraria verificar para lhe dar um retorno.

Liguei pro seu Luiz, que é o agente da ECB, que era essa empresa, perguntei a ele qual o... como estava o processo de, de, de, de, de, de transporte desse tipo de carga, e perguntei a ele, né, e ele falou que tava tramitando, que iriam cumprir o contrato e quando chegasse aqui no aeroporto o Estado ia lá, verificava todos os equipamentos e ia autorizar o pagamento.

Na sequência é... ele me passa o contato, pede pra eu fazer o contato com essa empresa de Brasília, porque segundo ele a empresa de Brasília teria dito que a carga já estava no aeroporto da China, aproximadamente doze a quinze dias, aguardando o governo do Estado de Santa Catarina efetuar o pagamento pro pessoal de Brasília. E naquele momento foi um momento muito difícil porque todo mundo tava procurando absolutamente tudo, os Estados Unidos inclusive confiscando, né, equipamentos e até aviões.

Eu já duvidei, mas procurei, obviamente, obter a informação e, assim eu o fiz, ao contactar o senhor Luiz, pedi a ele pra dar uma atenção na carga, que segundo o próprio Secretário estaria disponível e etc. através dessa, dessa, dessa empresa da senhora Ivone Campos. A informação que eu tive do proprietário dessa segunda empresa, senhora... é... senhor Luiz da ECB, que não tinha carga nenhuma. Ele inclusive me ligou, né, de forma até um pouco preocupada, perguntando se o Governador do Estado de Santa Catarina queria ser preso. Até fiquei um pouco assustado e eu perguntei qual o motivo? Ele disse assim: olha, não existe carga nenhuma, não tem absolutamente nada. A pessoa simplesmente ficou nervosa quando falou que a carga tava na China, mas a minha empresa também tem escritório na China, eu precisava ver a carga, segundo essa empresa, pra efetuar o pagamento, né, porque o compromisso dele era trazer a carga e receber aqui.

E ele... e ele me ligou assustado dizendo que não dava pra garantir o pagamento de uma empresa que na verdade essa empresa não teria esse lastro para trazer esse tipo de equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, foi essa a relação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E tu percebeu, nesses últimos dois anos, o aumento de patrimônio do Douglas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim ou não, Leandro.

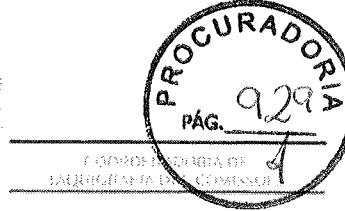
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, acho que sim, sim, sim. Ele, ele, ele, ele foi prum condomínio, né, ele teve, ele... juntamente com a esposa, mas eu acho que quando a esposa foi pro condomínio, teve um boato que ele separou ali, mas eu não sei exatamente onde é a casa dele, e ele tem uma casa lá na praia de São Miguel, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor, Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu queria me inscrever também, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Doutor Leandro de Barros, o senhor já confirmou que a sua empresa tinha contrato com o Hospital Mahatma Gandhi. O senhor poderia precisar exatamente a data?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu tenho... eu tenho uma relação com o Hospital Mahatma Gandhi desde 2017. Eu advogo pra instituição. A instituição é de São Paulo, é uma instituição que já tem mais de seus cinquenta anos, né, que presta gestão na área da saúde pública, não somente aqui no Estado de Santa Catarina, mas sobretudo em outros também, e eu represento eles aqui, é... desde 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A doutora Mariana Rabello Petry também é representante jurídica do?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela tem 1%, doutor, é... na minha sociedade, desde 2018, que é uma forma, né, é uma prática da advocacia, né, a gente atuar como sócios e associados, e ela de fato aparece no meu contrato social.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor falou também nas EPIs. Qual a empresa das EPIs e se o senhor também representa essa?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... a empresa se chama ECB.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ECB.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ECB e Importação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – De onde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela é do Rio Grande do Sul. Eu conheci, na verdade, nesse momento de pandemia, por intermédio do senhor doutor Robson, que é médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Doutor Robson?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor Robson que é... faz parte do Instituto Maria Schmitt, e ele que me apresentou que a instituição estava cotando com essa ECB para trazer uma carga para o Instituto, e eu fiz o vínculo direto entre ECB e Secretaria nesse processo de, de aproximação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o senhor lembra da data que... do contato com essa empresa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu fiz contato sobre respirador com a mesma, com o mesmo agente, e fiz contato, se eu não me engano, entre o dia 1º e o dia 2 do mês de abril com essa empresa através do senhor Luiz Henrique.

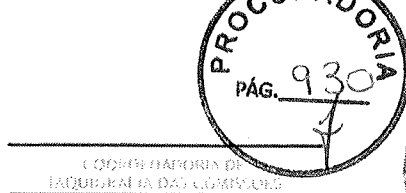
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Luiz Henrique.

O senhor também já confirmou que o vosso escritório tem contrato com a empresa Veigamed. É... que data que é esse contrato?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, doutor, eu não tenho escri... eu não tenho é... isso talvez, né, de fato levou todo a esse contexto da minha relação, mas eu não tenho absolutamente nada com a Veigamed.

Eu fui, na verdade, né, levado a uma informação de um empresário de São Paulo, senhor Fábio Guasti, que é proprietário da empresa MeuVale e de outro, de outras empresas, mas em especial a MeuVale, a qual eu tenho um contrato com ele desde fevereiro de 2019, né?

Eu fui conhecer a Veigamed numa ligação depois de o Estado de Santa Catarina ter efetuado o pagamento a ela mediante essa ligação do Fábio, que me disse – e foi uma surpresa



pra mim – que ele tinha essa ligação, que a empresa era do grupo dele e que então me pediu para que eu fizesse o contato. Mas, antes da data do dia 3, eu não conhecia a Veigamed. Não tem nenhuma relação minha com essa empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a sua relação com Fábio Guasti?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Profissional, vinculado a... aos negócios da MeuVale, que é um ramo de fornecimento de cartão de benefício, de vale-alimentação, vale-refeição, de teleatendimento. Então, é... a minha relação com ele é essa, né?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor firmou contrato com essa empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Firmei, firmei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...a MeuVale?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Firmei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Desde quando?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Fevereiro... fevereiro de 2019.

A minha proximidade, né, é, é, até tá sendo também objeto de vinculação, mas a MeuVale aqui no Estado de Santa Catarina ele tem o... o Gilliard Gerent, que inclusive é objeto também de investigação, né, e que tem um escritório e eu acabo auxiliando ele... a minha relação é mais com o Gilliard e o Fábio fica como empresário lá em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E ele, Fábio, lhe pediu exatamente o quê?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele pediu, né, no dia 3, ele me liga e pede pra eu realmente tentar tranquilizar o Estado, porque tinha, tinha-se um boato que a empresa Veigamed era fantasma. E, segundo ele, a empresa Veigamed pertencia ao grupo dele. E eu fiz o que ele me pediu, depois de confirmada e consolidada já o contrato com a empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a relação entre Fábio Guasti e o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não sei, doutor, desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Em algum momento apresentou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Por intermédio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...os dois?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Por intermédio meu, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor tem conhecimento de uma mensagem de WhatsApp enviada por Douglas Borba à Márcia Pauli lhe nominando como contato para tratativas de aquisição dos respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na minha pessoa?

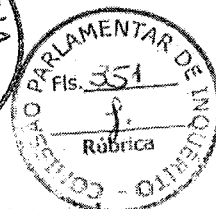
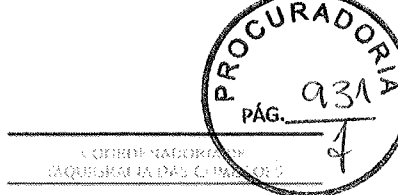
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Isso. [Transcrição: *taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, como eu falei, ele, de fato, fez o contato comigo e pediu pra, pra eu ajudar nesse processo. É... eu já estava inclusive falando com a Márcia a pedido do doutor Robson, do Instituto Maria Schmitt. Inclusive eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sobre os respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sobre os respiradores. Inclusive eu re... eu, eu, eu falo pra ele por telefone quando ele me liga...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas depois da ligação do Douglas a coisa...



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu já estava em contato, só que a minha proposta naquele momento não tinha nenhuma vinculação com a Veigamed.

A minha proposta, inclusive, deve tá registrada no WhatsApp dela, que é uma proposta de R\$ 95 mil, que é um valor, né, 70 mil a menos por respirador, que representa 14 milhões a menos, uma proposta final, e isso deve estar registrado no WhatsApp dela. Então, é, ele me faz contato, eu já estava em contato com ela, e eu fiz esse registro.

Além desse registro que eu fiz, acredito, pessoalmente, encaminhando a proposta por intermédio do doutor Robson, é, eu também tenho um registro, no dia 27 de março, por intermédio do senhor Luiz Henrique, que é o... o responsável pela ECB, que registrou uma proposta de 19 mil dólares no WhatsApp da... senhora Márcia, servidora, a... a título de aquisição de equipamento.

Ela colocou que infelizmente não atendia a especificação, né? Até interpreto que o infelizmente... porque ela tava lamentando, né, a... a... a escolha, talvez, do descritivo do equipamento, que na minha avaliação estava, sim, direcionado, tá? Mas, é... muito provavelmente ele deva ter repassado pra ela que eu faria contato e eu já estava com contato com ela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k., Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...fazer algumas indagações aqui.

A gente está aqui para esclarecer e tentar entender essa relação. E algo que está aqui matutando a minha cabeça, né? A sua mãe participa da Comissão de Licitação do governo; o senhor tem essa relação de amizade com o Douglas Borba; o senhor representa empresas de saúde. Tudo isso foi feito, assim, de forma voluntária? Como é que foi isso, essa... é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor indica, o senhor não tinha nenhuma remuneração sobre isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, um (*ininteligível*)... até pra reafirmar: a minha mãe, ela não é da Comissão da Secretaria de Administração (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas o senhor admite que fica no mínimo um pouco nebuloso, é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Vê... ao, ao primeiro olhar, fica, mas é, é, só repetindo, a minha mãe, depois os senhores podem verificar, e ela não está nessa condição, participando da Comissão, na condição de suplente, somente nesse governo, né?

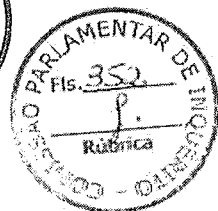
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Os senhores podem pedir portarias dela, inclusive, de governos anteriores, exatamente por quê? É... não se tem... é... servidor efetivo suficiente pra, pra se montar uma comissão.

Ela participou, na condição de suplente, de uma comissão, né, pra seleção de agências de publicidade e não exatamente contratação de órgãos púb... de... por intermédio da Secretaria da Administração. Não passa pra ela, por ela, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas o senhor veja que ficou tão nebuloso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ficou...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO –...ficou uma situação tão... estranha...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o Ministério Público pede a sua prisão. Quais são as acusações?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado, eu... reconheço que ficou. Eu... inclusive, é... depois que eu recebi esse telefonema, né, e aí realmente a gente se coloca numa condição em que... o centro veio atra... pra minha pessoa, né? Porque, né, ainda que indiretamente eu, eu fiz e tentei contribuir nessa questão do hospital de campanha, né, por intermédio de um Prefeito lá de Luiz Alves... Eu tentei, é, é, ajudar na questão do respirador, mas na questão do respirador, pode ter certeza, que a minhas propostas, inclusive, podem verificar o WhatsApp, são menores do que foram apresentadas, mas não... Mas foi uma forma voluntária que eu acabei encaminhando por intermédio de um fornecedor de uma instituição a qual eu represento, né? E a situação realmente chegou nesse momento.

Eu, eu, eu acredito que, e reforço, que os trabalhos do Ministério Público realmente estão sendo, à luz daquele momento, muito bem realizados, levantados, porque, de fato, depois da... da, do recebimento da ligação do senhor Fábio, ele me faz com que eu entre nessa relação da Veigamed, né? E acredito que essa relação que ele me colocou, numa ligação que eu tenho e... com ele numa outra empresa, né, absolutamente fora desse contexto, me faz entrar nesse processo do respirador. Porque até então eu não apareço, é... até a contratação, eu apareço encaminhando, é... é... propostas, né, eu acho que duas, três, menores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Leandro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Perdão. Senhor Leandro, está claro aqui que você é a ponte principal entre a Veigamed e o governo do Estado. Não vou me atentar à questão de hospital, mas o senhor é a principal ponte.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se...

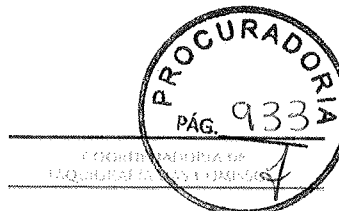
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Por parte do governo, por parte do senhor, é... qualquer menino de 14 anos acessa aqui o senhor Google e vai olhar o endereço da empresa e vai ver que é uma casa de massagem, é um prostíbulo na frente. Que se pesquisar os negócios, as transações financeiras da empresa no ano passado, chegou a R\$ 20 mil. Aí de repente... ou seja, tem alguma coisa errada, e muito errada nessa história – não quero aqui botar o boi na frente do carro, mas 33 milhões para uma empresa que o senhor fez a ponte, e essa empresa vende 33 milhões que... que são pagos adiantados para respiradores que... não sei se vocês acreditam em milagre, mas nunca chegarão.

Ou seja, então o senhor entende que é dinheiro público, é dinheiro do contribuinte e que nós estamos querendo chegar... Quais os critérios usados para isso? Ou vocês são muito incompetentes ou são extremamente corruptos, até me perdoe, mas são 33 milhões do dinheiro do contribuinte, o senhor é o principal agente que liga essa empresa, por intermédio de *a* ou de *b*... foi o senhor, o senhor é responsável, tem toda uma experiência, já foi Secretário, e aí se paga 33 milhões adiantados.

Vocês não fizeram uma pesquisa, qualquer escritório de advocacia, qualquer indivíduo... eu acho que eu, que vim do setor público, investigava a empresa, os negócios, olhava no Google, pelo menos. Vocês fizeram isso, pelo menos? Olharam no senhor Google o endereço...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...da empresa?



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas o senhor tá me colocando como? Como agente público? O senhor tá me colocando que participou da cotação, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quero entender de quem é a culpa, se é incompetência sua...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A culpa é do Sec... Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...se é corrupção do governo. É isso que nós queremos chegar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha (ri), concordo plenamente com as suas palavras, viu, Deputado, principalmente quando você fala que realmente tava direcionado, que realmente esses valores tão fora do mercado, que realmente esse equipamento não haveria necessidade de comprá-lo. Concordo e... e não, não, não retiro uma palavra em relação a isso.

O que eu peço retificação é naquilo em que me coloca nesse processo de contratação. Eu não represento a Veigamed. Quem representa, e o culpado dessa relação, é o senhor Fábio Guasti, que foi o agente que intermediou essa relação prévia, né, que posteriormente ao recebimento ele me contata...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...e eu apareço posteriormente.

Agora, é... é... tanto que se vossa excelência verificar nas mensagens que eu enviei pra Márcia, eu coloco que eu não, nem sabia que eles tavam participando, eu não sabia como iria acontecer, mas de fato assim o fiz, é, mandando as mensagens depois de consolidado o pagamento antecipado.

Concordo plenamente na questão da especificação, não haveria nem razão pra pagar antecipado, até porque, né, como eu tive também acesso aos autos, a própria é... proposta da Veigamed não exigia pagamento antecipado de tudo, me parece que eles estavam exigindo 50%, 25 e 25, então... e simplesmente pagaram absolutamente tudo.

Agora, quem determinou esse pagamento, quem recebeu esse pagamento, quem foram os agentes que, é, fizeram o descritivo, me parece que essa pergunta, realmente, tem que ter a devida resposta. É... repito, né, eu entrei na sequência, fiz isso por solicitação do senhor Fábio e por intermédio da relação que eu tenho ele com a empresa MeuVale.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Leandro, é evidente, ou o senhor é uma vítima e levou um grande golpe, né? Mas, ou seja, o governo ou o senhor tinham a responsabilidade de investigar, né, quem foi que deu essa autorização? Foi o senhor Secretário de Saúde, Helton? Foi a Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas o senhor entende que eu tenho responsabilidade... é... de investigar em que sentido, o... Deputado? Porque assim, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Então o senhor não sabe de nada, resumido?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor só fez a ponte da empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não... é que na verdade...

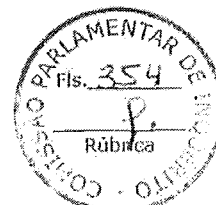
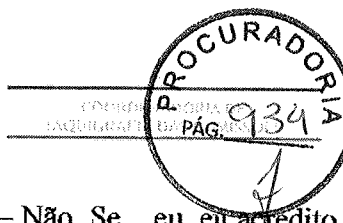
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor não se envolveu...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...assim, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...porque o senhor liga para uma adjunta, que tem a legalidade para dar prosseguimento e celeridade nesse contrato...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ela alega isso.



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Se... eu, eu acredito que, né, pela, pela relação e cronologia das mensagens que se tem, em relação à Veigamed eu apareço depois de consolidada a, o pagamento. Eu não, eu não participei no procedimento prévio.

Agora, me cabe, obviamente, né, é... é... é... entender e compreender a sua fala no sentido de que deve ser investigado esse processo, dentro da especificação, o porquê e o motivação que se não comprou um respirador de R\$ 95 mil, de R\$ 100 mil, e se comprou um de 165.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha informações que algumas empresas aqui de Santa Catarina, como bem especificou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...certamente, vai que elas se ofereceram para buscar esse...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se ofereceram, sim, sim. Tanto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha esse conhecimento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...tanto tinha, que... na proposta que me perguntaram sobre compra de respiradores pra hospital de campanha, eu ti... eu estava levando em consideração as empresas aqui no Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor entende que se torna ainda mais nebuloso, que se tem empresas catarinenses que querem ajudar a trazer isso praticamente de graça...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – De repente vai fazer um contrato com uma empresa *fake*, que não existe, levar um golpe e pagar adiantado com 33 milhões?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Entendo perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – (*Ininteligível*) tem fumaça, tem fogo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É su...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Isso tem cheiro de corrupção.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É surreal isso. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou prosseguir aqui, até para ser objetivo, né?

Fala-se, e a gente tem algum material de documento, de um acordão entre os Prefeitos da Amfri, que o senhor também seria o intermediador nesse acordo com esses Prefeitos, iniciaram-se as conversas, tem reuniões, tem material, mas a gente está aqui conversando...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Á...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e tem reuniões suas com Prefeitos da Amfri, está evidente, a gente tem esse material.

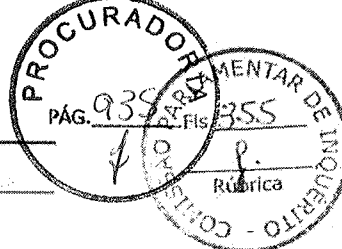
O que o senhor diz sobre esse acordo, sobre os Prefeitos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se eu fui alguma reunião com os Prefeitos?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor intermediou uma relação entre Prefeitos e governo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, não. Não.

Na verdade, eu fiz uma análise técnica de uma proposta que a Amfri, através dos seus Prefeitos, tinha de uma outra entidade que eu desconheço, mas posso apresentar se for necessário...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor teve reunião com esses Prefeitos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Eu recebi por telefone e WhatsApp a... a proposta, analisei a proposta em... pouco mais de duas horas, e falei a eles que a proposta que essa entidade de fora estava propondo pra aquela região estava totalmente fora de mercado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E foi isso que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Permita-me salientar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E eu não participei de reunião, eu fiz esse, essa, essa, essa análise técnica sobre os números que foi apresentado então pra aquela região.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Permita-me aqui, Leandro, salientar ao senhor, como advogado tem ciência que faltar com a verdade... há punições para isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Totalmente, tô aqui, inclusive, à disposição pra falar a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim. Qual é a sua relação com o Prefeito Morastoni?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Por que em Itajaí?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não sei. Eu, eu, como eu falei até pro Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Nós temos aí 295 Municípios...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e de repente Itajaí...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, Deputado. Até falei pro Deputado Ivan, é... é... eu, eu discordo da política de hospital de campanha, se fosse me perguntar o que eu faria numa relação de pandemia. Eu discordo. Agora, não me cabe eu opinar como gestor, né? Me cabe, naquilo que me vem, eu opinar. O que que me veio? Região de Itajaí, com a proposta de... de... de fazer um hospital de campanha, nesses moldes que eu comentei aos senhores, aos valores que eu também comentei, e eu disse que os valores estava muito acima do mercado. Foi isso a minha participação em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Leandro, o senhor já responde algum processo judicial junto aos órgãos...

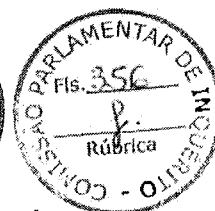
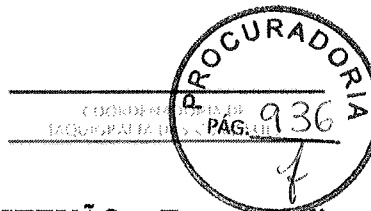
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Respondi um pro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...de controle referente a negócios públicos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Não, até porque eu nunca tive essa relação, infelizmente, né... Estou respo... respondendo por isso (ri). Mas estou aqui, inclusive, até, né, como o Deputado falou que me viu a entrevista no SBT, é... estou enfrentando uma situação muito difícil, tá? Pra mim, em especial, mas pra minha família também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas sei da minha responsabilidade, é por isso que tô enfrentando toda essa questão de imprensa, e eu não vou me fugir, não vou me furtar a responder aquilo que for necessário.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou finalizar, até porque eu sei que meus colegas Parlamentares também têm questionamentos, mas eu vou... eu sou obrigado a perguntar: o senhor é algum tipo de bom samaritano? Fez tudo isso na amizade, na camaradagem, se envolveu em todo essa... né...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...esse desgaste físico, emocional, psicológico, nos seus negócios, por amor, por...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor é algum tipo de bom samaritano? A Bíblia conta a história de um homem que era...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...bom samaritano.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu advogo pra algumas instituições...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não, mas essas pontes, essa indicação...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor se envolve no hospital de campanha...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...nessa CPI, na compra de EPIs. Algo estranho, nebuloso, que a gente está a cada dia mais chegando perto...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...que cheira a corrupção...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor fez isso por amor, o senhor não receberia nada...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não receberia nada. Mas se, né, se vossa excelência consultar, talvez, né, pessoas em comuns da nossa relação, né, na área da saúde, vossa excelência vai verificar o quanto tento ajudar as instituições, o quanto eu tento ajudar os hospitais filantrópicos.

Trabalho pra algumas instituições que, inclusive, com muita dificuldade financeira, estão tentando sobressair em relação a essa condição financeira, né, de pandemia, a exemplo, por exemplo, desse hospital de campanha, que na minha avaliação deveria reforçar a nossa rede hospitalar de hospitais filantrópicos, que essa é uma opinião minha.

E... é o que eu tenho a dizer. Eu realmente tentei ajudar, eu não tenho nenhum indicativo de...

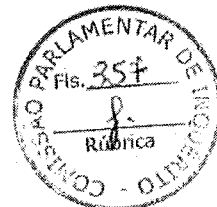
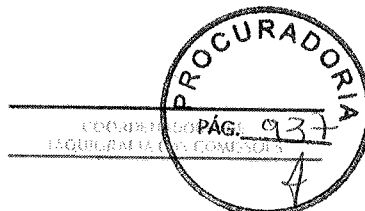
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Vou finalizar com uma pergunta.

No mínimo a gente procura aqui saber essas informações, né, saber a verdade. Pelo que eu ouvi das conversas, o senhor certamente vai dizer que não sabe. O senhor não sabe de quem partiu a ordem para a compra dos respiradores? Partiu do Helton? Partiu do Douglas Borba? Porque um diz que foi o outro, o Helton diz...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...nas entrevistas que foi o Douglas; o Douglas diz que é o Helton. De quem é a culpa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu, eu não posso afirmar e também, né, não... não sei até que ponto...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe, no caso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não... eu queria... posso responder no que eu penso sobre isso?

Como eu falei, eu não sei se tem envolvimento ou não tem envolvimento o senhor Douglas Borba, o que eu posso afirmar é que a relação de compra, já participei, já estive na Secretaria, a responsabilidade do pagamento antecipado não é da senhora Márcia, é do Secretário de Estado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seria o senhor Helton?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Senhor Helton. Quem que determina um pagamento desse volume? E não foi somente esse pagamento, né? Foi... me parece que também tem um movimento pra verificar outras compras que também foram antecipadas, e me parece também que seria uma outra compra na ordem dos EPIs, também na ordem de 70 milhões antecipados.

Então, a responsabilidade, até por conhecer a estrutura lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom lhe ouvir, esclarecedor. Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado, senhor Presidente.

Quero cumprimentar o senhor Leandro, agradecer pela presença.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Leandro, a primeira pergunta: o senhor é um profissional da advocacia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...o seu escritório é de advocacia. É... na sua formação da empresa ela tem *expertise* lá para assessoria em saúde ou representação comercial ou é realmente um escritório de advocacia?

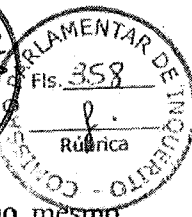
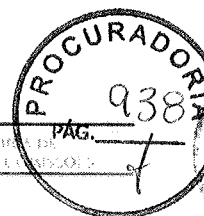
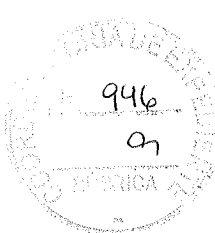
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É um escritório de advocacia. Eu, em particular, tenho especialidade na área da saúde, né, sou pós-graduado em Gestão da Saúde Pública, em Micropolítica da Gestão do Trabalho em Saúde e Direito Municipal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Desde quando o senhor conhece a servidora Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A servidora Márcia eu conheço... quando entrei na, no cargo de superintendente de Planejamento e Gestão, que é um cargo diferente ao qual ela exerce hoje. E conheço ela por ela ser, na época, gerente de uma superintendência... hospitalar, se eu não me engano, na época do então Secretário João Paulo Kleintübing.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E qual a sua relação pessoal com o ex-Secretário Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, a minha relação pessoal, né, eu não nego que tenho essa proximidade familiar por... em razão dessa situação pontual do meu cunhado, mas em laço de amizade é... eu pertencço a um outro, um outro grupo, um outro contexto, inclusive político, lá no Município de Biguaçu, mas não desconsidero que ele é um colega lá na região, né, de Biguaçu, todo mundo conhece. Atualmente (*ri*), ou o adora ou, né, ou não, né, principalmente diante do que tá acontecendo, mas eu nunca, inclusive, nunca o apoiei a título de... de, de pessoa, né, política, ali na na cidade de Biguaçu.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor mora no mesmo condomínio que o senhor Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o... eu moro num condomínio desde 2018 pra 2019 e acredito que recentemente, na verdade, ele conclui a residência lá, mas me parece que ele separou da esposa e só foi a esposa, parece que a esposa está morando sozinho lá, e eu não sei... eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor Matheus, que esteve aqui nesta CPI, disse que praticamente todos os sábados, é, vocês jogam bola junto. O senhor, Matheus, Douglas Borba... Isso confere?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele falou que eu jogo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não jogo bola com eles nos sábados. Eles são do outro grupo, acho que é um grupo do futebol lá, Galácticos, se eu não me engano. E quando eu joguei futebol eu joguei lá no Biguá, que é um... campo de futebol ali na Praia João Rosa. Eu não tenho relação de amizade com o grupo do Galácticos, que é ao que o Matheus e Douglas pertencem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Juliano Barros é seu irmão?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E ele ocupa cargo público?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele ocupa... aqui na... Prefeitura de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele não... é... foi indicado pelo Douglas Borba para um cargo na Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem certeza disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor, quando afirmou aí nas perguntas que o pessoal lhe fez, o senhor disse que o senhor atestou para a servidora Márcia, com relação à Veigamed, a pedido de outro empresário que o senhor presta... o senhor presta... serviço.

O senhor diz, numa mensagem de WhatsApp para a servidora Márcia: Conheço a empresa, nem sabia que tinha participado, fizeram contato comigo agora porque souberam desse movimento e perguntaram se eu conhecia alguém. E, daí, o senhor disse assim: De fato eu conheço. Eu conheço eles, e fique tranquila, vai dar tudo certo.

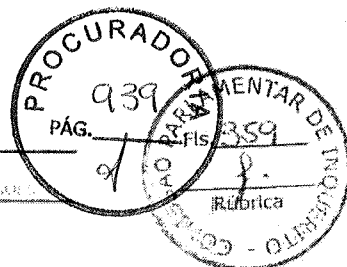
O senhor mandou essa mensagem para a Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Confirmo que mandei, ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então o senhor induziu a servidora Márcia a ficar tranquila com um caso que o senhor não sabia se era verdade ou não, simplesmente a pedido de um amigo seu.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... Na verdade ele também não é meu amigo, né? Ele possui uma relação comigo profissional, no âmbito jurídico, ele é meu cliente, na verdade, numa outra empresa, e segundo ele essa empresa seria dele, do grupo deles, e ele me pede exatamente pra eu passar essa informação, até porque não me cabe cumprir o contrato, né?

Então, eu, de fato, mandei a mensagem. Ela até fala da questão... se eu pudesse encaminhar os EPIs junto e eu reitero ela que eu só tomei conhecimento dessa informação agora, inclusive tá registrado isso também no WhatsApp dela. É... eu reforço, inclusive na mesma ligação do Fábio eu peço a ele muita urgência na entrega desses equipamentos, eu solicito isso a



ele, tanto que no dia seguinte ele... ele é chamado na Secretaria de Estado da Saúde, era um sábado pela manhã, e ele me pede pra acompanhar o representante da MeuVale aqui nessa reunião, exatamente pra tratar dessa situação, né, de entrega.

Eu falei a ele que eu não poderia ir, juntamente com o Gilliard, e o Gilliard acabou indo sozinho pra essa reunião.

Então, eu de fato fiz isso, né, talvez, é, é, é, é, teve essa primeira impressão da Márcia, mas, é, provocada pelo senhor Fábio Guasti, relacionado a essa questão da empresa Veigamed. Eu não conhecia a empresa, pensei, e ele tem estrutura financeira pra cumprir esse contrato, independentemente se a Veigamed é ou não é fantasma, acho que isso é importante também saber, que ele tem estrutura financeira e estrutura empresarial, e aquilo que eu conheço dele, e ele me passando uma garantia, eu acreditava que era a verdadeira afirmação quando ele diz que a empresa fazia parte do grupo dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor também enviou uma imagem da empresa Veigamed para... para a Márcia e se (*ininteligível*)...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Foi ele que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ... essa imagem é uma imagem falsa. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Que era falsa, não. Eu peguei a imagem que o senhor Fábio me encaminha e repasso à... à... servidora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor está ciente que com essas atitudes o senhor, com a confiança que tinha da servidora, o senhor poderia estar induzindo ela a cometer um crime, porque o senhor estava avalizando algo que o senhor nem sabia que conhecia. Muito estranho.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha... olha... Deputado, se me permite, na verdade é... quem consolidou a firtatura do contrato, o pagamento antecipado, a descrição, a cotação, a seleção, não fui eu. Agora, se é crime eu receber uma informação do meu cliente para, na sequência, tentar dizer ao Estado de Santa Catarina que ele vai cumprir um contrato, me parece que não tem crime nenhum.

Então, eu acho que essa é a minha participação, eu tô aqui, né, disposto realmente a responder aquilo que for necessário, mas eu acho que até a questão do contrato, a firtatura e o pagamento, não tem participação minha. A minha participação existe e, e reitero que foi não encaminhamento dessa mensagem, mas eu des... desconheço uma indicação de crime por avaliar algo que, na verdade, o empresário tá dizendo que vai cumprir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas esse empresário não foi o empresário que vendeu.

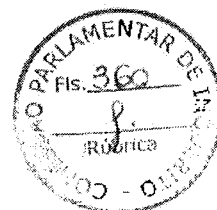
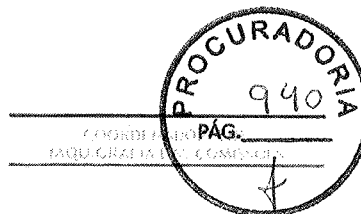
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas eu, eu não participei, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nem faz parte do contrato social da empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Aí, aí me ca... aí cabe quem contratou, quem firmou contrato, analisar se o Fábio não, não representa. Provavelmente pro Fábio estar ali, né, algum contato ela tam... ele também teve com a Márcia.

Agora é... é... confesso, né, que em parte tenho que lhe dar razão, porque realmente essa questão, né, do, do, do descritivo, do pagamento, dessa relação... Agora, a minha fase que na verdade eu, eu acabei encaminhando essa mensagem, já estava consolidada a contratação, o pagamento já tinha sido realizado, né?

Então me parece que, é,,, a minha mensagem, ainda que sem efeito, com efeito de tranquilizá-la, no dia seguinte ela tava chamando o representante da empresa, que também, na



minha avaliação, o senhor Fábio, de forma talvez até maldosa, encaminhou não o... representante da Veigamed, encaminhou pro representante da MeuVale, que nada sabia sobre a Veigamed, e ele representa a instituição também sabendo absolutamente nada, entendeu?

Então assim é, é, é... realmente foi uma situação que aconteceu. Esse, esse menino, que também foi pra essa reunião, é, infelizmente também tá nessa situação, mas eu acredito que o grande responsável por essa... posso dizer lambança desse processo inteiro, desde o início até a contratação, até o pagamento, até a entrega que nem... não sei nem se vão... como é que tá essa questão da entrega, se chegou cinquenta ou não chegou, mas... é... a minha participação se limita nessa situação. Eu não contratei, eu não paguei, eu não escolhi e eu, inclusive, contestei os valores, que na minha avaliação estão superfaturados, não haveria necessidade, não escolhi esse descritivo de equipamento e eu não participei desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem conhecimento da cotação que foi feita com a empresa de Joinville, que cotou pelos mesmos 33 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...e depois a Veigamed utilizou essa cópia dessa cotação para fazer a cotação dela, inclusive deixando o nome dessa empresa. O senhor sabia disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sabia.

Eu, eu... na fase de contratação e, e deve estar registrado no... no teor da conversa que tive com a servidora Márcia, a cotação menor que foi enviada foi essa cotação de R\$ 95 mil, por intermédio meu, e provavelmente deve tá na... registrado no celular dela, ou por intermédio de um terceiro, solicitado pela gente, que é o senhor Luiz Henrique, na ordem de duzen... de 19 mil dólares, é... com pagamento, é... somente na entrega dos equipamentos. Eu não tinha esse conhecimento dessa... sei lá, talvez até esse conluio, aí, com essas empresas eu não... não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor trabalhou na área da saúde, eu, eu notei que o senhor tem conhecimento da área da saúde, inclusive comungo do ponto de vista de que hospital de campanha estava totalmente fora de propósito, inclusive defende isso.

O senhor sabia que Santa Catarina é o maior polo de importação do Brasil, o senhor tem conhecimento disso? O senhor sabia também que empresas teriam se oferecido para o governo para trazer esses equipamentos pelo custo, lá da China, somente com o custo de transporte?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu tinha... eu tinha conhecimento, é, embora não tinha autorização, né, da Anvisa pra trazer ainda, inclusive o próprio Senador Dário Berger é uma pessoa que, né, foi se...é, é, provocada pra contribuir nesse processo também.

Eu tinha conhecimento é... inclusive apoiava essa ação absolutamente, tanto que na... na, nas proposta do hospital de campanha, no quesito ventilador, a gente tava aguardando, porque a gente tinha informação que a Anvisa ia liberar a qualquer momento, e me parece que até agora não, não chegou essa informação e não sei se já se li... já foi... liberado a, a, a autorização pra... pra fabricação desses equipamentos. Mas concordo co...com vossa excelência que seria o modelo ideal, realmente a...

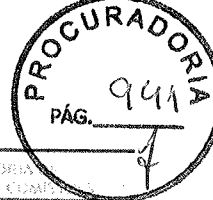
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, até para importar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não só fabricar, como...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...como empresas que estão iniciando esse mês a fabricação com as devidas...



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...autorizações, mas para importar sem auferir nenhum lucro...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...importar pelo custo, e com o acompanhamento dos seus escritórios na China, para ter a certeza que iam receber os produtos adequados aqui.

O senhor não sabia disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sabia.

Eu... eu fiz mais um contato, agora lembrando, eu fiz o contato com senhor Paulo, que tem uma empresa importadora ali de Taió, eu acho. Mas ele, na oportunidade, na questão dos EPIs ele não tinha essa condição financeira de o... desse valor pra trazer, então... eu acabei recomendando que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E por que o senhor acha que o Douglas Borba lhe ligou para que o senhor ajudasse na questão da compra dos EPIs?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, na ver... eu, eu acredito que a intenção dele era perguntar se tinha condição de comprar EPI sem pagamento antecipado, porque na sequência ele me pergunta... ele me fala sobre a questão do projeto de lei da... da Assembleia. E, aí, eu respondi a ele que não haveria necessidade de pagamento antecipado e respondi a ele também, a minha avaliação, no que se refere à... é... ao projeto de lei, como eu disse, né? Então, acredito que ele me ligou pra pedir a minha opinião sobre essa questão da im... da, da importância ou não, desse pagamento relacionado a esses equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado.

Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois não. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Leandro...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Bom dia.

Eu lhe pergunto, a empresa que o senhor representava, o senhor pode, por favor, citar o nome dele novamente?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A empresa...

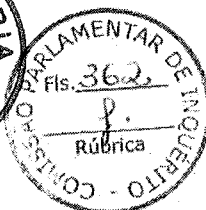
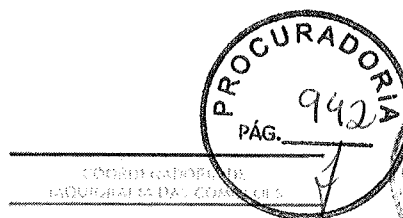
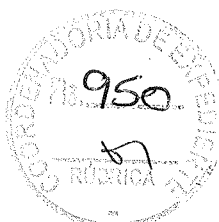
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A empresa que o senhor apresentou a proposta.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Dos EPIs? É a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – (Ininteligível.)

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dos respiradores.



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, é o senhor Luiz, da EC... da... é um agente da ECB, senhor Luiz Henrique, depois até... posso passar o contato pros senhores, tá? Eu acho que talvez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Luiz Henri...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...talvez é importante ouvi-lo, porque realmente ele teve uma participação também importante nesse processo, aí sim no processo de cotação, senhor Luiz Henrique, e também o se... o doutor Robson, né, através de uma... de uma empresa que eu não me recordo, mas depois também posso passar o nome aqui na sequência, Deputado, e também posso passar o contato dele pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...confirmar as informações.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

Essa proposta foi formulada por escrito para a Secretaria da Saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o que que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Além do encaminhamento seu pelo... via e-mail, WhatsApp?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... o que que chamou a atenção nesse processo, né? É... a ausência de formalidade legal pra cumprimento da legislação.

Simplemente, é... eu fui provocado, como eu falei, né, pelo doutor Robson e fui tentar verificar o descritivo, a formalidade, se tinha alguma referência, e pela surpresa, e não acredito por má intenção, mas por boa vontade da servidora Márcia, né, ela concentrou no celular dela os pedidos que foram recebidos a título de orçamentos.

Mas o que... a informação que eu tenho é que não houve formalização nenhuma em relação a processos que deveriam ter sido deflagrados a título de procedimento... é... licitatório.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O senhor tinha conhecimento que a proposta do senhor Luiz Henrique ou da empresa que o senhor Luiz Henrique representa, era no valor de R\$ 95 mil cada respirador...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, a propos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...e que a...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Só uma retificação, se me permite, Deputado. A proposta do senhor Luiz Henrique foi 19 mil dólares, inclusive essa proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dezenove?...

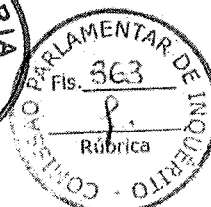
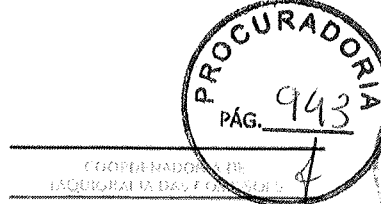
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, 19 mil dólares à época.

Inclusive essa proposta foi utilizada na sequência também como referência pros hospitais de campanha. É... e aí, né, até pra justificar, porque que 19 mil dólares, tavam falando aí em torno de cem, cento e poucos mil reais, e na proposta ali do hospital de campanha estava 115. Porque nesse período ali de quinze dias entre o delay da... das cotações do... dos respiradores para a deflagração do, do... do hospital de campanha, a gente teve um aumento do dólar. Então por isso que, né, até, é... no câmbio aqui do real teve essa diferença.

Então do senhor Luiz Henrique, respondendo objetivamente, né, do senhor Luiz Henrique foi 19 mil dólares, é... numa proposta dia 27 de março, dia 27 de março, para a senhora Márcia, e a do senhor... por intermédio da empresa, né, que foi encaminhada pelo doutor Robson, foi R\$ 95 mil. Aí eu não me recordo a data, mas foi no período de, de contratação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E só pra esclarecer... e só pra esclarecer, a do senhor Luiz, a informação, né, que me chegou à época, que o seu Luiz colocava o equipamento aqui, o Estado verificava o equipamento e pagaria depois. Se eu não me engano o



do doutor Robson seria 20 ou 30% de entrada e 70 ou 80% na chegada. Eu acredito que seria essa a informação sobre a questão dos equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

Mesmo tendo conhecimento que a proposta da empresa que o senhor estaria representando no momento teria esse preço de 19 mil, 95, 100 mil reais cada respirador, e a empresa que foi homologada o valor de cento e sessenta e alguma coisa, não tenho exatamente agora, isso não passou pela empresa que o senhor representa de questionar essa homologação? Apenas a empresa se...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...satisfez com a decisão tomada pela...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...pelo governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas as empresas questionaram. Todas. Algumas, inclusive, foram pegadas de surpresa com essa homologação.

Uma, inclusive, é... que acredito que é o senhor Paulo, ficou muito indignado, muito indignado, é... com a condução que foi levada a efeito pela Secretaria de Estado da Saúde. Mas de fato houve essa indignação por parte de quem participou dessa cotação.

É... infelizmente, é, em relação a esse valor e essa diferença realmente que, né, precisa ser explicada a motivação dessa seleção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Doutor Leandro, mesmo que houve essa indignação, mas ninguém teve a iniciativa de fazer uma denúncia, porque caberia muito bem fazer uma denúncia e talvez se tivesse até evitado que o Estado tivesse feito esse investimento, pago antecipado, uma vez que a proposta da empresa que o senhor representava inclusive aceitaria receber os valores dos equipamentos após a entrega.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamen...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Aí fica um tanto quanto... fica para mim uma dúvida, inclusive depois de vossa excelência informar ou dar uma tranquilidade para a Secretaria da Saúde da concorrente, que ela iria entregar esses equipamentos, que pudessem ficar tranquilos. Não fica, assim... não há uma...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, eu deixo, eu deixo, eu deixo claro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA –...(ininteligível) de culpa das empresas? [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu deixo claro, inclusive na mensagem pra senhora Márcia, que eu não, né, recebi a informação naquele momento, né, eu até falo isso pra ela. Ela até me pergunta, eu falo assim, ó, recebi a informação agora, a minha condição com o senhor Fábio foi fazer com que ele, é... agilizasse a entrega, é... eu não sou conhecedor de equipamento, né? Mas a, cabe, na minha avaliação, investigar quem fez esse descritivo, quem aprovou o descritivo pra chegar num resultado.

Porque o senhor imagina, se a gente consegue tocar um hospital de campanha com equipamento de R\$ 100 mil, poderia também tocar uma outra unidade com o mesmo equipamento, né? E isso à luz de, de uma pessoa, né, que embora atue na área, mas não sou especialista em equipamento, mas lá fora é... a, a avaliação que se tem é que não haveria necessidade de um equipamento tão caro quanto o equipamento se... que se cotou.

Agora, é... repito eu não, eu não consegui atuar até o processo de, de, de pagamento antecipado como ocorreu, porque eu tomei como surpresa, eu não imaginei, tanto que quando provocado fui em relação à questão do pagamento antecipado, como, como eu disse na relação



dos EPIs, a minha resposta foi que isso é um absurdo, né? Tanto que o próprio Secretário retira o projeto de lei aqui da Assembleia, porque isto, realmente, no Direito Administrativo, é uma, uma situação, se for necessário, totalmente excepcional, e nós não tínhamos, e isso é muito importante frisar, a gente não tinha indicadores de saúde pra tamanha urgência da contratação. A gente não tinha uma alta taxa de ocupação de leito, embora todos muito preocupados, né, com a crescente demanda relacionada aos serviços no combate ao Covid.

Então, é, é, eu compreendo essa pergunta, mas eu não consegui obviamente atuar nesse momento entre a cotação e o pagamento, porque pra mim isso era até... no ramo Administrativo, uma forma amadora que se fez nesse processo de cotação. Agora, na medida em que você tem, eu até citei um exemplo numa, numa, numa pergunta que fizeram, né, a gente tá numa pandemia e o Estado seria como se fosse comprar um veículo, né, a gente tem opções de veículo no mercado, né, a gente tem o... veículos, é, que não, não vai te levar a algum lugar, nós temos veículos, é... populares e nós temos veículos executivos, né? Numa situação como essa se recomenda contratar ou comprar um veículo popular, né? Não um veículo executivo, me parece que o Estado, ele quis comprar um veículo executivo duma marca x e isso acabou gerando toda essa, essa situação na minha avaliação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Para finalizar, não ficaram claro para mim as propostas que foram encaminhadas pelo menos pela empresa que o senhor representa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É, foram feitas por escrito? Ou você...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não. Foi, todas as propo... todas as...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tem conhecimento disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Todas as propostas que a SES estava recebendo era por intermédio da senhora Márcia, ao menos o que eu tinha conhecimento, porque no início eu fui atrás dos descritivos e da formalização, até porque tu tem que abrir um edital de cotação de preços, né? E me parece que não foram observadas as... essas, é... recomendações legais que a legislação exige, então é... a relação que foi, é, colocada naquele momento foi via mensagem de telefone entre o prestador, no caso o fornecedor, e agente, agente pública, que no caso representada pela senhora Márcia. Não sei se teria outros também, mas em especial nessa situação do respirador EPI, seria a senhora Márcia que fez o contato em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — No caso o senhor não sabe se pedia garantia, se tinha um cadastro na empresa que ia fornecer esses equipamentos...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Deveria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ninguém solicitou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Deveria ter, em absoluto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas ninguém solicitou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Ninguém solicitou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito bem. Estou satisfeito.

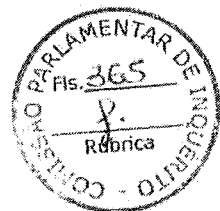
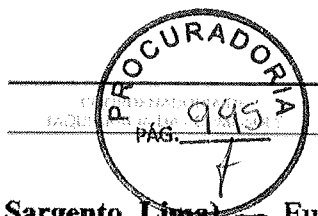
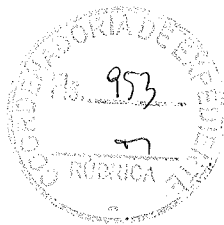
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Leandro, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu que agradeço, Sopelsa, sempre bom ver o senhor.

Senhor Leandro, desde que o senhor sentou aqui, em quatro oportunidades, em quatro oportunidades o senhor citou uma situação de que por uma... a própria Veigamed teria partido uma proposta dela de um pagamento inicial de 50%. A própria Veigamed chegou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e falou: olha, nós precisamos de uma entrada de 50%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É, essa é uma pergunta que eu estou te fazendo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor já afirmou isso aqui já.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Então, eu, eu consultei aos autos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...até para verificar o que que aconteceu antes da minha entrada no contexto da fala que eu tive com a Márcia. Eu verifiquei, e eu não lembro as folhas, mas isso consta nos autos, que a... a Veigamed apresenta uma proposta é... de pagamento antecipado na ordem de 50% e depois me parece mais 25%, depois mais 25%, então seria 50% pra garantir a, a... o fechamento da... da ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, até porque quem nos assiste é... ela tá vendo uma relação de compra.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É aquilo que está havendo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, o próprio vendedor, a própria empresa que está vendendo faz uma proposta de uma entrada de 50%?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E a contrapartida do governo do Estado: não, nós pagamos 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, exatamente (ri).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É isso aí o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá.

Então foi sim, houve a primeira proposta inicial, o senhor também...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, é, é que eu tomei conhecimento agora, eu fu... eu, eu não participei da relação de negócios, mas ao... obviamente...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

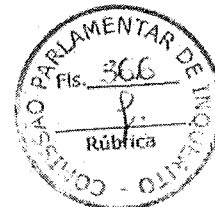
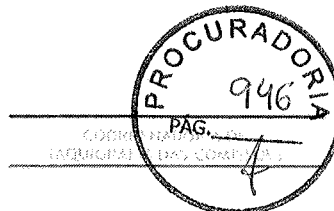
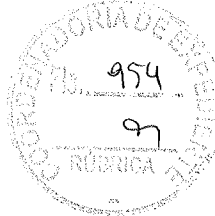
É... ao fazer a *(ininteligível)* documento agora no processo, eu tenho a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá, então, houve uma orienta... então não partiu da Veigamed a proposta de 100%? Partiu...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Da proposta do Estado de Santa Catarina...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...o pagamento de 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Me parece que sim, porque se fosse cumprir a proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, só tem duas pessoas nesse relacionamento, o comprador e o vendedor.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se o vendedor...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O vendedor pede 50%...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O comprador oferece 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá perfeito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso não tem uma terceira pessoa nesse relacionamento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por duas oportunidades o senhor disse que houve e que constatou um superfaturamento do produto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É... eu... eu... eu não conheço o descritivo desse equipamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...porque primeiro que me parece que até vai ser alterado, não foi alterado e etc. O que eu, o que eu friso é que é... a relação da necessidade, até eu usei o exemplo do carro pra tentar simplificar, não haveria necessidade talvez de comprar um equipamento como esse, embora eu não reconheça a... a especificidade desse equipamento, se ele vale ou não vale aquele valor, né? É como se fosse um veículo, a gente pode sair com o mesmo veículo, mas um pode tá no carr... no valor de 165 e outro de 100. O que eu... é, é... reitero, é que as propostas que foram apresentadas na faixa de 90 a 100 mil reais, são equipamentos que nos daria a mesma afinidade, finalidade desse equipamento que foi na ordem desse valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas, enfim, constata-se o superfaturamento. Não existe uma condição de crime nisso, desde que haja um estado de necessidade do comprador.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso o senhor tem conhecimento.

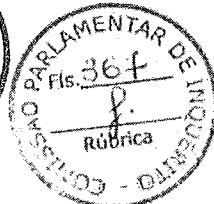
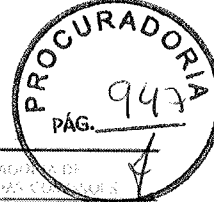
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por exemplo, eu posso comprar uma Aspirina a R\$ 0,10 e vendê-la a R\$ 1,00, não é crime...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A não ser que exista um estado de necessidade...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.



39... **O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** — Está lá no código (sic)

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...de Defesa do Consumidor, até nisso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...pode se bater nisso lá dentro, desde que esteja acontecendo uma catástrofe, uma pandemia, uma epidemia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Né? Então existe essa necessidade de se observar isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já que se foi oferecido por uma, uma... a contrapartida, o próprio Estado advogava contra si mesmo, em vez de 50%, 100%, sabedor que era de que ele estava pagando um produto que já foi lhe oferecido, inclusive aqui outros Deputados já estavam citando a possibilidade (*ininteligível*) maiores do que esse mesmo, a contrapartida do Estado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mais uma: por duas oportunidades o senhor apontou o direcionamento da compra, para que houvesse o direcionamento da compra, como o senhor mesmo citou aqui, houve direcionamento, sim, direcionados à empresa Veigamed ali. Qual foi a participação do Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...nesse direcionamento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque o senhor disse, eles, alguém, eles...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eles têm que ser alguém.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

É... até pra responder a sua pergunta, Deputado, nas duas fases, né? Pra haver um direcionamento a gente tem um descritivo que tá obviamente lincado a um determinado equipamento. É... comentários que teve em relação a essa condição que somente uma fornecedora teria esse equipamento, se eu não me engano em determinado local, né? Então, por isso que talvez foi provocado por essa linha. Agora é... a questão, né, do direcionamento, quem atuou lá fora na questão da contratação, da contratação naquele... no lançamento do... na negociação, me parece que foi o próprio Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O próprio Fábio.

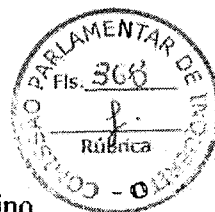
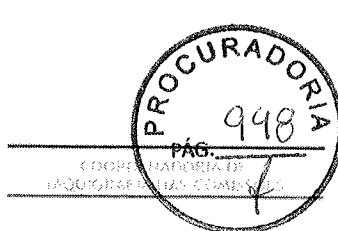
O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O próprio Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem ia estartar o pagamento, que acabou ocorrendo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O sujeito que fala assim: paga. Seria?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pela hierarquia, na Secretaria, o pro... o Secretário de Estado da Saúde.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Helton Zeferino.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Helton Zeferino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria ou é?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pela hierarquia é ele, é ele, com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quando que o senhor, só para conclusão, nós já vamos terminar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e daqui a pouco vou até consultar os Deputados para um intervalo de dez minutos. Mas só para conclusão.

Em que momento o senhor teve conhecimento assim, olha, foi celebrado o pagamento. Quem te noticiou, quem pegou e falou assim: olha, foi pago.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O, o senhor Fábio, ao efetuar a ligação no dia 3, às 17, 18 horas, 3 de abril, informando que ele venceu uma cotação e aí onde que ele me informou que ele venceu esse processo. Então eu tomei conhecimento somente nessa data. E eu... tanto que é, é, é... eu não imaginei que inclusive tinha sido antecipado, porque repito, eu falei com o Fábio dia 3 e no dia 1º tem o registro que dessa fala com o senhor Douglas Borba...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS —...a respeito dessa questão do pagamento antecipado, em que ele retira o projeto de lei porque de fato falou comigo e eu falei o que eu já falei aqui nessa Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para conclusão.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eles, seria o Douglas e o Fábio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eles que, que eu disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quando o senhor diz: houve a pressão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...para se fazer a compra...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e houve a contraproposta do comprador, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que para mim foi numa situação inversa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —...que eu acabei de explicar, somente um idiota ia dar... podendo pagar 50% ia pagar 100% a vista...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Exatamente.

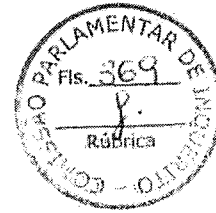
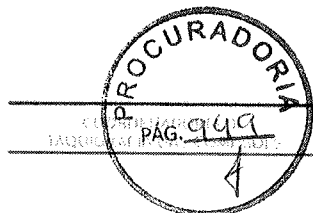
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sem ver o produto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas por isso que eu pergunto: eles é o Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu, eu não... eu confesso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —...e o Douglas?



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu confesso que eu não tenho conhecimento da relação do Fábio com Douglas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...não posso afirmar se sim e se não, mas é... é... a questão do pagamento, né, a hierarquia é a questão do Secretário da Saúde. Agora, se houve contato do Douglas com o Helton, se eles falaram alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entre si...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...eu não tenho conhe...esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria isso.

O Deputado Fabiano da Luz com a palavra para encerrar. E, posteriormente, consulto os Deputados se ficamos acordados para um intervalo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, pela ordem, por favor. Pela ordem, senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para justificar a minha ausência.

Nós estamos aqui em Rio do Sul num dia triste que perdemos um dos grandes empresários e baluarte da nossa cidade, o seu João Stramosk, e o velório dele se dará em uns minutos e eu preciso ir até lá.

Então, vou pedir licença a todos os colegas e ao senhor Presidente para me ausentar da reunião a partir de agora.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, e transmita os pêsames desta Comissão à família, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Fabiano da Luz.

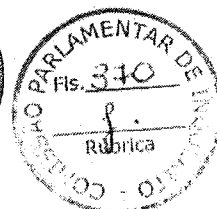
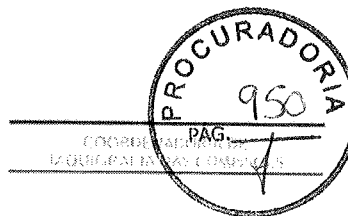
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Leandro, é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Você conhece o sistema de compras, né, é advogado tem um escritório com vários sócios, então tem vários tipos de trabalho. E a gente sabe que para trazer um equipamento, produto, enfim, para importar, se a empresa, no caso a Veigamed, tem um comprador e ela tem um fornecedor, os próprios bancos nacionais garantem a liquidez do recurso, dão a garantia, liberam recurso, porque ele tem essas duas garantias de um comprador e de um fornecedor. Ou seja, não haveria nenhuma necessidade de em ela ganhando a licitação, o governo tem que pagar adiantado por esse produto, ainda mais se já havia a empresa feito a proposta de 50%, o governo liberou 100.

Não te estranha esse fato do porquê da necessidade e querer pagar adiantado por algo que se já está garantido?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — É... perfeito, Deputado. Me estranha, me estranha muito e me estranha ainda mais ao saber que tem outras compras que estão sendo objeto de... de análise por também serem é... considerados de pagamento antecipado, pelo menos eu acho que estão sendo noticiado isso, né? E... e realmente é incompreensível é... acreditar que, como bem falou o Deputado e Presidente dessa Comissão, é... você tem uma proposta de uma empresa, né, que ela diz, ainda que numa condição excepcional, que na minha avaliação não



existe, é... então senão existe já não poderia nem pagar a entrada, mas se existisse era somente 50%, né?

Então... eu, eu concordo com as palavras de vossa excelência e, e infelizmente aconteceu dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tenho... posso, antes de o senhor suspender?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para finalizar, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu fiquei curioso agora. Acabei de receber uma cópia de uma comunicação de WhatsApp. O senhor mora no mesmo condomínio do Douglas Borba, certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso, eu... acho... alguém me perguntou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, o senhor mora, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês têm lá um grupo de WhatsApp do condomínio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — A gente tem o... Condomínio Garden, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acompanha esse grupo de WhatsApp?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — ...pouco assim, quer dizer, acompanha, né, a gente... minha esposa vê, eu esporadicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, sim.

É porque eu recebi aqui uma imagem de WhatsApp de que a esposa do Douglas Borba estaria perguntando aos condôminos se havia imóveis para vender lá no condomínio que ela teria interesse de comprar. O senhor teve acesso a essa?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Olha, eu tenho acesso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu quero perguntar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Posso, posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe que o seu telefone tá...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, sim, eu posso ter acesso, provavelmente vai aparecer no meu telefone, mas eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não lembra?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Não, não lembro.

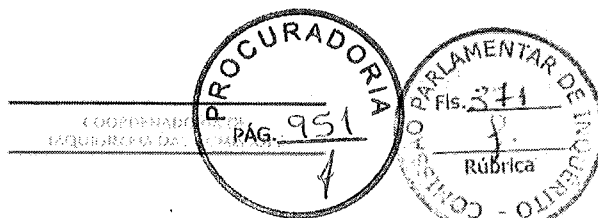
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De ter recebido...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não acompanho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...essa pergunta? Há um mês atrás, que a família estava procurando terrenos para comprar no condomínio, casas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — A família dele? Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, ela, a esposa dele?



O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não posso afirmar, mas provavelmente deve tá no meu celular, o... Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor encontrar, por favor, o senhor poderia encaminhar?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Claro, claro, perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Está à disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se me permitir a palavra, eu estou aqui acompanhando os questionamentos. É um questionamento apenas, não é só um anseio nosso, mas parte da população.

Até onde o Governador deu legalidade para toda essa loucura que aconteceu e que o nosso Estado está com manchete nacional – compras com índice de ilicitude? Até onde o Governador participou nisso, tem alguma informação?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Olha, Deputado, eu não tenho essa informação. O que eu posso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ele participava? Perdão interromper, ele participava ou ele deu total legalidade pra?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Olha, eu, eu, eu, na questão da responsabilidade do Governador, né, me permita fazer uma consideração do que eu... penso sobre essa questão da relação dele com a Secretaria de Saúde, né?

É... como eu disse, não, não, não, não confio na pessoa do Helton como uma pessoa capacitada para estar à frente da Secretaria de Saúde, é... há várias reclamações de Municípios, de hospitais filantrópicos, até da própria Assembleia Legislativa na condução da Secretaria de Estado da Saúde, e me parece que ele sempre permaneceu no cargo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Agora se tem alguma ligação entre eles ou se ele tava no (*ininteligível*) ou não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ele deu uma legalidade para o Helton, então? Essa loucura toda de 33 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ele deu legalidade.

A gente sabe que no governo tem dois clãs, né? Tem os Esmeraldinos e tinha o Douglas Borba, que é a república de Biguaçu e a de Tubarão, ambas...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hm.

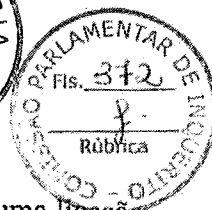
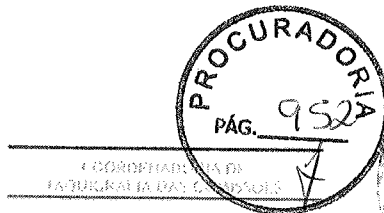
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ontem o Deputado Kennedy fala da SCPAR, do Porto de São Francisco, e aí... dias tenebrosos quando nuvens tempestuosas estão no horizonte...

O Secretário Helton era ligado a quem, a que clã? Ao Douglas Borba ou aos Esmeraldinos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — O Secretário Helton ele era, ao que eu tinha conhecimento, de confiança do senhor Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Carlos Moisés.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não tinha nenhuma ligação pessoal com ambos?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Eu não tenho essa... essa informação, Deputado. Mas a informação que eu tenho é essa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Leandro, primeiramente agradecer por ter vindo aqui, tá? O senhor, se quiser, a gente coloca à disposição alguns minutos para, se quiser, fazer uma exposição final, eu acho importante isso, e acredito que o senhor tenha algo a dizer...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...sem ter sido perguntado por isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então o senhor fique à vontade. O senhor tem três minutos para as suas explicações.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS — Perfeito.

Primeiramente queria agradecer a oportunidade de estar aqui, na condição de testemunha nesse momento, né, falar realmente a minha versão. Dizer que daqui pra frente continuarei à disposição dos senhores naquilo que for necessário ao meu alcance pra esclarecer tudo é... que houve principalmente em relação a minha pessoa é... apoiar os trabalhos dos senhores, apoiar os trabalhos do Ministério Público, que acredito que realmente vão encontrar a verdade real dos fatos no que aconteceu nesse período aí de contratação, numa situação muito difícil, num momento muito difícil pra todos nós, mas fica registrado aqui o meu agradecimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu que agradeço.

Suspendo esta reunião por dez minutos.

(O depoente se retira do recinto.)

(Ficam suspensos os trabalhos pelo período de dez minutos.)

Senhores Deputados, com a presença do Deputado Fabiano da Luz, do Deputado Felipe Estevão, do Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha pelo *link*, e dos demais Deputados, Deputado Cobalchini, Deputado Ivan Naatz, já temos um número suficiente de pessoas para reiniciar a reunião.

(A senhora depoente Karen Sabrina Bayestorff Duarte adentra ao recinto e se dirige ao local indicado pela assessoria.)

Senhora Karen Sabrina Bayestorff Duarte, a senhora sabe o porquê foi convidada para participar da nossa reunião no dia de hoje?

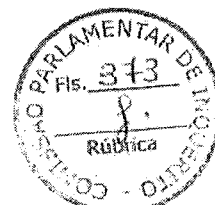
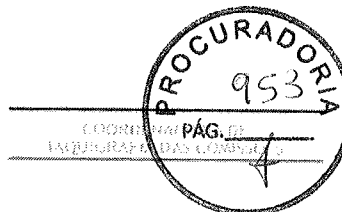
A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Eu imagino que, como diretora de Gestão de Licitações e Contratos, seja para explicar como é que funciona o processo de compras dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O som dela... a senhora vai ter que se aproximar um pouquinho mais e ver se essa luz verde está acesa *(refere-se à luz do microfone.)*.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tá acesa. Tá melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, bem melhor.

Dona Karen, quero dizer que a senhora está aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na



contratação da Veigamed Material Médico e Hospitalar, tendo por objetivo a aquisição de duzentos respiradores pulmonares, num custo total de R\$ 33 milhões.

Eu vou pedir que a senhora fale o seu nome completo, seu endereço completo e data de nascimento.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — É Karen Sabrina Bayestorff Duarte, eu moro na Rua Salvatina Feliciano dos Santos, nº 335, no Itacorubi, e a minha data de nascimento é 10 de dezembro de 82.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Karen, a senhora está acompanhada de advogado?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Karen, a senhora está compromissada com a verdade, tá?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então eu vou passar as perguntas agora ao Relator da nossa Comissão.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Primeiro, bom dia, já um início da tarde, né? Obrigado pela senhora ter esperado tanto tempo, espero que a senhora tenha compreendido que efetivamente nós estamos num processo de investigação muito complexo, né, e que acabou consumindo um pouco mais do horário que a gente imaginava. Por isso agradeço a paciência de a senhora ter esperado até este momento, não foi porque a gente quis, foi porque efetivamente o... o momento exigiu mais tempo para as demais testemunhas.

Eu só queria alertar a senhora que a senhora foi convidada por mim para estar aqui, para nos explicar como é que funcionam os procedimentos administrativos, das licitações do Estado, porque nós recebemos ótimas referências da senhora como profissional competente, qualificada, alguém que efetivamente conhece os trâmites e tem compromisso com as contas públicas. Então, é por isso que a senhora está aqui, para nos ajudar a esclarecer como as coisas acontecem.

Considerando que o Deputado Cobalchini foi Secretário de Estado e tem muito mais experiência do que este Deputado em relação a compras, licitações, que passou por isso, eu vou passar a palavra para o Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

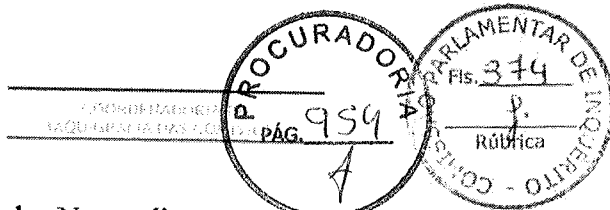
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Ivan.

Cumprimento todos os Deputados neste reinício da reunião, cumprimento a servidora Karen Sabrina Duarte, eu não tenho o outro sobrenome, que é diretora de Gestão de Contratos da Secretaria da Administração.

Considero que seja a principal autoridade quando se trata de processos licitatórios para aquisição de bens e serviços para o Estado, né? Deve ser sempre a consultora, né, a quem todas as Secretarias, em caso de alguma dúvida, devem se reportar.

Iniciado o processo licitatório, neste caso aqui não houve o processo licitatório, houve a dispensa, né? O Secretário da Pasta tem que autorizar a abertura ou a dispensa? Queria que a senhora explicasse o início do processo.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — No caso de um processo licitatório, o Secretário, ele autoriza a abertura daquele processo, ele depois assina o edital de



licitação e ao final do processo ele homologa o resultado. Numa dispensa, cabe ao Secretário, ordenador primário da Pasta, ou a quem ele, é... subdelegar, é... a assinatura da dispensa. Precisa ser autorizada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Neste caso, o Secretário da Saúde tem autonomia para fazer a dispensa da licitação?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tem, tem total autonomia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Houve esse documento? Se houve, por que não foi feita a publicidade? Deveria ter sido feita a publicidade, a publicação em Diário Oficial da dispensa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, a... os órgãos eles têm autonomia pra licitarem, realizarem as suas licitações. A Secretaria de Administração ela licita de forma centralizada somente aqueles contratos que atendem a mais de um órgão. Então, no caso específico dos respiradores, a Secretaria de... de Saúde tinha total autonomia pra executar esse processo. E... a dispensa ela precisa ser publicada no Diário Oficial, Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Após instruído o processo licitatório e/ou a dispensa, o mesmo não deve ser submetido obrigatoriamente ao Grupo Gestor de Estado, conforme Decreto 049/2015, para aprovação?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Em 2017 o Grupo Gestor é... editou uma resolução onde ele dispensa as Secretarias de atividade finalística a essa autorização prévia pra execução da dispensa, da despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em 2017 tem uma resolução...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tem, se eu não me engano é 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Deve ter sido assinada pelo Governador essa resolução. Hierarquicamente a resolução e o decreto, o decreto não está numa condição hierárquica superior? Não deveria ser um outro decreto para?...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — É... a... a resolução eu não sei dizer se o Governador assina, acho que são os membros do Grupo Gestor, são os Secretários que fazem parte do... do Grupo Gestor, e como a... o Decreto 49 ele é um decreto pra regular as atividades do Grupo Gestor, essa resolução ela supre a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Seria, seria interessante que nós tivéssemos a cópia dessa resolução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Presidente, eu solicito que seja anotado em ata para providências.

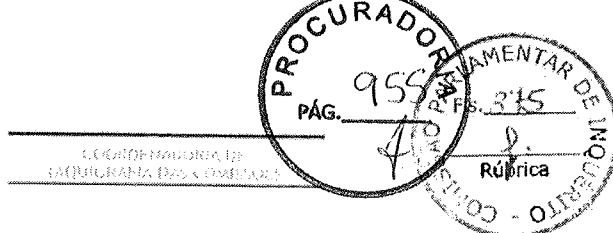
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Acatada a solicitação do Relator.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Como ocorre a homologação do processo licitatório de forma eletrônica?

Eu vou complementar. O Secretário da Pasta não deve, obrigatoriamente, assinar digitalmente para a continuidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, ele assina. Ele homologa dentro... o processo licitatório, o pregão eletrônico, né, ele é, ele homologa dentro do sistema e ele assina a... a homologação digitalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Esta formalidade... tens a informação se houve essa formalidade?



A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — O caso dos respiradores foi uma dispensa de... de licitação, então cabe ao Secretário assinar também digitalmente essa dispensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bem, todo esse processo, Presidente e Relator, o que foi formalizado, o que não foi formalizado, acho que requer que essa Comissão tenha.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está requerendo esses relatórios?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Após os atos administrativos da licitação o Secretário tem que dar o “de acordo” para que seja encaminhado o pagamento.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Antes do pagamento, o Secretário, nesse, obrigatoriamente, tem que autorizar que haja o...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Hum, hum. Após a formalização da dispensa de licitação é emitido uma ordem de fornecimento na Secretaria da Saúde que deve ser assinada, também, pelo ordenador da... da Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em caso de alteração dos materiais licitados, por exemplo, a entrega de materiais ou equipamentos de qualidade inferior aos licitados... Qual o procedimento legal para se adotar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — O fornecedor ele tá vinculado àquela proposta que ele apresentou e que foi aprovada. Se ele solicita a alteração de marca daquele... daquele material, ele precisa, é... apresentar justificativa, e não é... não deve ser aceito o material de qualidade inferior, sempre tem que ter uma, alguma vantagem para a administração pública naquela... naquela troca.

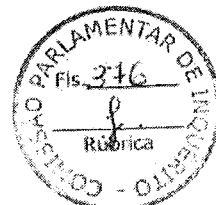
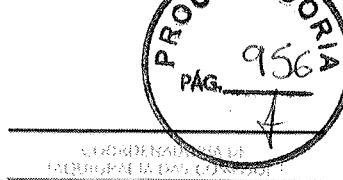
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — No caso, se o Estado aceita o material de qualidade inferior, tem que ter o correspondente desconto do valor? É possível que isso aconteça?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — A... a boa prática diz que não deve ser aceito, porque ele tá atrelado àquela proposta e que se abra então um novo, um novo processo pra que se... aí, se apresente uma proposta... uma proposta alterada. A troca de marca ela é aceita quando ela é de... de equipamento de igual qualidade ou superior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A justificativa, neste caso específico, e se o governo tem adotado pagamentos antecipados sem o recebimento dos materiais adquiridos... Isso é praxe em tempo agora de calamidade pública em função da pandemia? Esse procedimento tem sido adotado? Largamente isso passa pela Secretaria da Administração? A Secretaria tem conhecimento disso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Esses processos, eles não passam pela Secretaria de Administração, porque os órgãos eles têm autonomia pra realizar essas... essas, essas aquisições do início ao fim. Então a Secretaria de Administração não se envolve. O pagamento antecipado ele não é um procedimento comum, ele não é um procedimento usual, embora exista a possibilidade, a permissão dentro da... da... da jurisprudência para que ele seja executado, não é um procedimento padrão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Hum, hum.



A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — A pandemia trouxe esse assunto é... em voga, esse assunto veio muito forte no País inteiro por conta de exigência do... do mercado, mas ele não é um... um procedimento usual.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas digamos que tenha... Isso aconteceu, isso é um fato, né? Para que aconteça essa excepcionalidade, o Estado tem que se cercar de todas as garantias. Neste caso específico não aconteceu, também isso é, certamente, mais uma irregularidade muito grave, porque o Secretário não pode dispor daquilo que não é seu. A senhora concorda?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, um pagamento antecipado ele exige uma série de garantias e cautelas pra que... é... Estados minimize os riscos ou se resguarde de um possível... problema na entrega ou... e eu não... analisei a fundo o, o processo pra saber se nesse caso específico não houve essa... esse cuidado, mas o procedimento padrão é: que se cerque de todas as garantias e cautelas possíveis pra que face a essa necessidade os riscos sejam os mínimos possíveis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Essa dispensa, esse ato de dispensa da licitação tem que ser encaminhado ao Tribunal de Contas, por exemplo?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim, todos os atos são encaminhados ao Tribunal de Contas, devem ser encaminhados ao Tribunal de Contas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Certamente que não foi encaminhado, porque não há a publicação do ato, não há publicidade. A publicidade dos atos é obrigatória.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Sim. No caso de, da dispensa de licitação é... ele deve ocorrer... Após a finalização da dispensa, obrigatoriamente esse, esse ato tem que ser publicado em Diário Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E encaminhado ao Tribunal de Contas...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Tribunal de Contas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...pelo valor da aquisição, inclusive não apenas a aquisição, mas o pagamento antecipado, né?

Bem, eu me considero satisfeito com as respostas que aqui foram dadas. De minha parte, agradeço.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um minuto, Deputado Ivan Naatz.

Consulto o Deputado Sopelsa se ele está se inscrevendo, pelo fato de estar remoto.

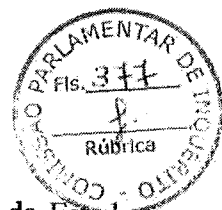
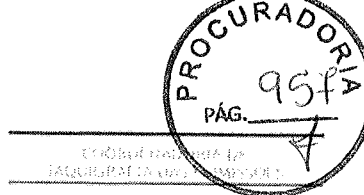
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mais para o fim, Deputado, mais para o fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Gostaria de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, o senhor com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O governo estadual... a gente sabe que a União tem uma orientação técnica expedida pela Controladoria-Geral da União para procedimentos licitatórios em geral. Dentro dessa orientação técnica da AGU, que é a 37/2011, existe todo um cronograma que as licitações da União devem perseguir, mesmo emergenciais. Há essa orientação, né, da AGU.



No Estado de Santa Catarina tenho conhecimento que a Controladoria-Geral do Estado editou a Orientação Técnica 02/2020. Essa Orientação Técnica também faz uma série de referências. A senhora conhece essa?...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE — Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Conhece essa referência. Muito bem.

Significa, a meu ver, que se tem uma orientação técnica, essa 02/2020, que todas as licitações do Estado devam percorrer essa orientação técnica. Isso é o que eu acredito.

Nós também temos a Lei nº 4.320/64, que veda os pagamentos antecipados – há uma vedação, tem uma lei expressa que veda o pagamento antecipado. A jurisprudência, o Tribunal de Contas da União, com o decorrer do tempo, foi criando situações excepcionais que permitiram, então, o pagamento antecipado. Então, o pagamento antecipado é uma situação excepcional, não criada pela lei, criada pela jurisprudência, obviamente excepcional excepcionalíssimo, né, casos extremamente complexos.

Eu diria o seguinte, se fosse dar um exemplo: uma coisa é dar o dinheiro antecipado para Siemens, para Philips, para GE, outra coisa é dar um dinheiro antecipado para uma empresa que não tem CNPJ, que o endereço é falso. Essa relação fica claro, porque o governo diz que a lei autoriza o pagamento antecipado, a lei não autoriza, quem autoriza é a jurisprudência em caso excepcionalíssimo. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Bruna Maria Scalco]*

Estou fazendo esse relatório para a senhora concordar se, efetivamente, isso acontece.

Muito bem. A senhora tem conhecimento da Orientação Técnica 02, de 2020, a senhora também tem conhecimento do que aconteceu lá nesse procedimento, o pagamento antecipado, não tinha a descrição técnica do equipamento... A senhora está acompanhando pela imprensa, até para a senhora saber o que está acontecendo. A senhora sabe por que essa... a senhora tem ideia - a senhora não estava lá - mas a senhora tem ideia por que essa instrução técnica, essa orientação técnica não foi seguida pela Secretaria da Saúde nessa compra?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu não, não, não posso afirmar, não posso falar por eles. Foi dada ampla publicidade pra esta orientação técnica. A Secretaria de Administração, tão logo se instalou a situação de pandemia, criou dentro do Portal de Compras do Estado um estado específico pro comprador lidar com a Covid, e essa orientação técnica foi disponibilizada lá, encaminhada por e-mail e encaminhada numa lista de transmissão no Whatsapp que a gente tem com todos os compradores do Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o...

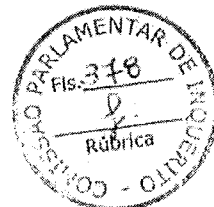
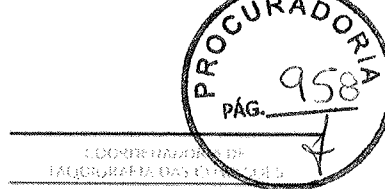
A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A gente divulgou o máximo possível essa orientação da CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, antes dessa compra os Secretários tinham conhecimento dessa orientação técnica, os departamentos responsáveis por compras do Estado tinham conhecimento dessa orientação técnica?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu não tenho certeza desse, desse lapso temporal, o que veio antes, a compra ou a orientação, mas tão logo a gente recebeu a orientação técnica da CGE, no mesmo dia a gente já deu publicidade a ela. Eu não sei se ela, se ela foi editada depois ou antes da, dessa compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não sei...eu tenho, eu tenho a orientação técnica aqui, mas eu não tenho o dia em que ela foi publicada. A gente pode providenciar isso.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas essa orientação técnica é a que deve ser seguida?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Vamos imaginar o seguinte: eu tenho uma compra... dentro dessa Secretaria tem uma compra de R\$ 33 milhões que vão ser pagos, vai ser feito um pagamento antecipado de uma licitação feita em horas, em horas. Quem tem poder de fazer, de apertar o botão da transparência? Ou seja, essa transferência não aconteceria se não houvesse a participação do Pedro, do Paulo e do fulano, ou do órgão, se a senhora não quiser citar nomes; a transferência não aconteceria se não tivesse a aquiescência de fulano, fulano e fulano, ou do órgão, esse ou aquele órgão.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Como é que isso acontece? Posso fazer... a senhora podia explicar isso para a gente? Como é que isso se procedeu e por quem passou?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O ordenador da Pasta ele tem autonomia para autorizar qualquer despesa. Não tem alçadas de valor que subiria a outras instâncias para aprovarem. Então, é de responsabilidade do ordenador da Pasta autorizar essas despesas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, seria só o Helton, no caso, só o Secretário Helton? Ou o Fundo Estadual da Saúde, ou a Superintendência Estadual da Secretaria de controle de compras? Isso não teria que passar na mão de várias pessoas? Sem o carimbo de uma delas a coisa não teria acontecido?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Quem tem, por lei, a responsabilidade de autorizar despesas, de assinar tanto a dispensa de licitação quanto a ordem de fornecimento é o ordenador da Pasta. Dentro do órgão, eles podem se organizar com instâncias de aprovação para que ele se sinta seguro para fazer essa, essa autorização de despesa, mas a única assinatura que é obrigatória nesse processo é a do ordenador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Única assinatura, só ele tem o dedo ou digital, só com a digital dele vai passar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Só com a digital dele pode passar. Como eu disse, dentro do, do órgão eles podem regradar outras instâncias de assinatura. Pro controle, tendo assinatura do ordenador, essa despesa está autorizada.

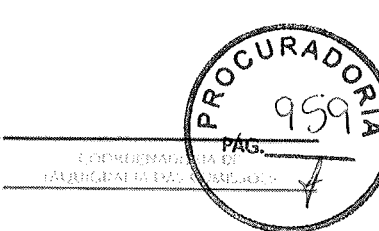
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mesmo no valor de R\$ 33 milhões?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Mesmo no valor R\$ 33 milhões. O ordenador da Pasta ele pode gerir a, a, o orçamento e o financeiro da, da Pasta, ele tem autonomia pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tem autonomia para comprar, pagar e escolher quem ele quer, tudo isso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A escolha ela tem que ser justificada, então, ele não tem o poder de escolher, né. Numa dispensa de licitação ou ele vai ao mercado colher orçamentos e, aí, se opta pelo menor preço, ou ele abre um edital de cotação para que o mercado ofereça propostas e dali ele escolha o melhor preço. Então, a escolha do fornecedor ela precisa tá muito bem justificada. Ele não tem o poder de escolher; ele tem, dentro do cenário que ele avalia, ele justifica aquela escolha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tudo bem.



Para nós, para os Parlamentares e para Santa Catarina, a gente não consegue compreender como isso aconteceu dentro da Secretaria, nós não conseguimos compreender como isso aconteceu. E a gente olha a Procuradoria e a Procuradoria não se importou. A Procuradoria deu um parecer e não se importou; a Superintendência não se importou; o Fundo Estadual de Saúde não se importou. Então, o relatório de todas as pessoas que participam da Secretaria da Saúde ninguém se importou, todo mundo fez, ninguém se importou.

Eu queria saber da senhora, já para eu encerrar, qual o procedimento que a senhora recomendaria pra essa, para aquela ação: vamos comprar R\$ 33 milhões em respiradores. Qual o encaminhamento que a senhora daria? Mesmo na situação emergencial, nesta pandemia em que a gente vive hoje, qual o caminho que a senhora indicaria?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Só fazendo uma ressalva da minha fala anterior, Deputado. O ordenador ele tem a autoridade pra executar aquela despesa, só que dentro de um processo de compra existe a segregação de funções. Então, não pode a mesma pessoa selecionar o fornecedor, justificar, pagar e autorizar. Então, essa segregação de funções, ela deve existir. No final do processo, quem tem autoridade pra autorizar aquela despesa é o ordenador da Pasta, mas nesse meio do caminho são várias instâncias decisórias, porque o processo exige a segregação de funções.

No caso específico dos respiradores, eu não conhecia o cenário à época, cenário do mercado à época, mas me fica muito claro pelo que foi noticiado que a escolha desse fornecedor ela precisava ser mais justificada. Se, de fato, só havia uma possibilidade de compra naquele momento, toda essa justificativa ela precisava constar no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom, eu estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Muito obrigado.

Karen, boa tarde.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Boa tarde.

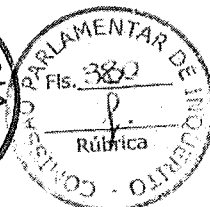
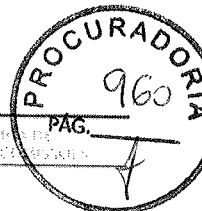
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Diante de tudo isso que você viu e comentou, do conhecimento que vocês têm e de toda a área técnica e grupo gestor, ninguém tentou barrar uma compra dessas ou alertar os riscos ou tentar chamar a atenção do que estava acontecendo com relação a essa compra?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Essa compra, em particular, a gente teve notícia dela pela mídia, porque como o órgão ele tem autonomia total para realizar as suas aquisições, não é feito um acompanhamento *pari passu* de cada aquisição dos órgãos. A Secretaria da Saúde publica mais de mil editais por ano e tem total autonomia para executar essas, essas compras. Então, esse acompanhamento ele não existe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Tem algum controle dentro do governo nessa questão das compras para justamente tentar barrar os oportunistas das licitações? Porque a gente sabe que em tudo que é licitação sempre tem aqueles que entram só pra ganhar dinheiro, só pra tirar uma casquinha.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O órgão responsável pelo controle dentro do governo do, do Estado, dentro da estrutura do governo do Estado é a Controladoria-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas também não, não, não sabe se houve manifestação, não houve deles de controlar e investigar a empresa, de dar um parecer sobre a empresa?



A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei dizer. A gente... a SEA articulou com os órgãos de controle, interno e externo, já no início, um grupo pra, pra que fossem tiradas dúvidas de forma bastante célere, para que a tomada de decisão fosse célere também com a celeridade que o momento exige, mas não nos cabe fazer o acompanhamento, o controle. Nós fizemos a articulação com esses grupos e colocamos eles à disposição dos gestores que precisassem consultar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Não foram consultados nesse caso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - No grupo que a gente montou eu não vi consulta. Pode ser que essa consulta tenha existido por outros meios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - A princípio, oficialmente, não houve nenhuma consulta a esse grupo gestor?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Para esse caso específico, até onde eu sei, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, os respiradores também são considerados um dos principais equipamentos na cura, no tratamento da pessoa que está contagiada, né, e eles têm umas especificações muito técnicas, muito delicadas, muito precisas, o que inclusive dificulta uma aprovação aqui no Brasil, na Anvisa, e acredita-se que em outros países sigam a mesma regra, né?

Também tu não tens conhecimento ou tens de que se foi buscar a informação se realmente era isso, se a empresa fornecia, se tinha qualificação, se poderia entregar esse equipamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A praxe é que todas essas propostas sejam avaliadas por uma equipe técnica e a Secretaria da Saúde possui um corpo de engenheiros clínicos dispostos a fazer essa análise. Eu não sei dizer se nesse caso específico foi submetido a esse grupo a análise técnica desses equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, obrigado.

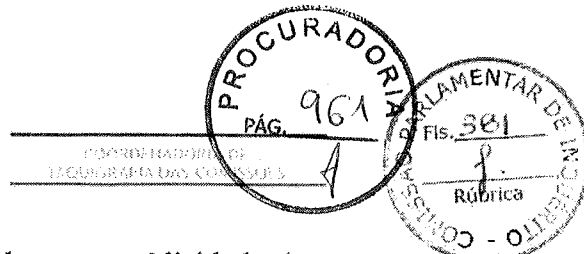
Pergunta direcionada à nossa servidora. A dispensa de licitação, a seu ver, ela flexibilizou esse processo - eu vou chamar carinhosamente de irregularidade -, essa compra irregular? Porque ela é uma compra nebulosa, de repente é dispensada a licitação. A seu ver, fazendo parte, eu sei que você fez parte desse processo, a caneta poderosa talvez não era sua...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A dispensa de licitação foi criada pra suprir situações, principalmente situações emergenciais. Então, o que não signifique, o que não significa que não se tenha garantias numa dispensa de licitação. O processo ele é diferente de uma licitação que tem prazos maiores, é dada mais publicidade. A dispensa, de fato, flexibiliza em alguns pontos, mas não significa que não se tenha garantia nenhuma a partir da dispensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas você admite que ela flexibiliza um processo irregular?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Desde que cercado com todas as garantias, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Eu não entendi quais foram os critérios usados, né, por exemplo, você tem consciência, pelas falas anteriores, que teve



irregularidade. Uma das irregularidades... porque não houve a publicidade dos atos? De onde saiu essa ordem? Foi feito em oculto. Para quem está fazendo algo com transparência...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE -- Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - ...não teria porque estar em oculto, não dar publicidade a esses atos.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE -- A dispensa ela pode ser feita utilizando basicamente duas maneiras: ou o Poder Público vai até o mercado, entra em contato como fornecedor e traz orçamentos para que sejam comparadas as propostas e se opte pela melhor, geralmente a de menor preço, ou se publica um edital de cotação de preços e o mercado encaminha as cotações pra que, aí, seja feita a dispensa de licitação. A publicidade em Diário Oficial de uma dispensa ela se dá na finalização da dispensa quando ela é publicada no Diário Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Seria então... quando seria dada essa publicidade? Porque o que mais se preza hoje é ter uma publicidade, transparência. Quem não tem nada a temer, para não deixar sombra de dúvida ou variação é natural que esteja ela aí. Porque que... então seria publicizado isso, em qual momento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Da forma como foi feita a compra dos respiradores, que não foi feita por meio de um edital de cotação, foi feito mediante o recebimento de orçamentos, essa publicidade ela se dá ao final do processo, depois de finalizada a dispensa, assinada a dispensa, aí, ela é publicada no Diário Oficial, aí, ela está pública.

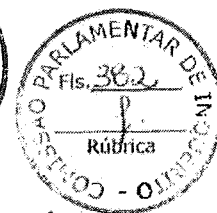
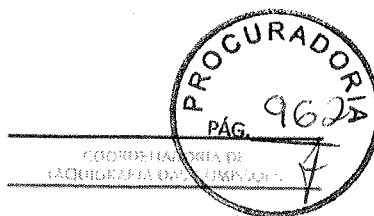
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Até repito a você o que eu disse aos outros entrevistados, digamos assim, a gente está em busca de respostas, então, é evidente, é claro, falando em um linguajar bem prático, ou teve uma incompetência sem tamanho, tremendamente incompetentes, ou há uma transação fraudulenta, corrupção. Porque, como eu falei, R\$ 33 milhões pagos adiantados para uma empresa fundo de quintal que, se entrasse no Google, veria que na frente era uma casa de massagem...

Então, é algo que a gente está tentando entender nesta CPI, que é o que a população quer, o que nós queremos saber e todo o contribuinte quer saber. Por que isso? Essa caneta poderosa estava na mão do Helton para assinar, ele tem esse poder? Trinta e três milhões pagos adiantados num processo que foi feito em algumas horas. Qual foi o critério que usaram, ele tinha essa caneta, essa prerrogativa do Governador? Segundo algumas informações, ele era o homem de confiança do Governador, não veio do Douglas Borba, os que nós entrevistamos aqui, que nós conversamos aqui nas conversas anteriores, ele vinha direto de homem de confiança do Moisés. Então, a pergunta é: ele tinha legalidade, tinha essa caneta poderosa na mão pra consumir esse ato?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O grupo gestor de governo ele exige que compras a partir de R\$ 650 mil, compras de materiais permanentes passem pela análise do grupo, com exceção das Secretarias de atividade finalística. Essas Secretarias estão dispensadas dessa análise prévia. Então o ordenador do órgão, não só a Saúde, mas como a Educação, por exemplo, outra Secretaria finalística, ele tem, sim, autoridade pra, pra autorizar essa despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Você não participou dessa questão, não influenciou na hora de assinar esse contrato. Você fez a sua parte técnica e quem assina, quem delibera isso é o Secretário Helton?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE -- Eu, como Secretária de Administração, não participei do processo. Esse processo foi todo executado pela Secretaria de,



de Saúde, e, da mesma forma, como acontece nas demais Secretarias, é o Secretário, o ordenador da Pasta que tem autoridade pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Deixa eu entender. No governo Moisés, então, em plena, né, a gente sabe que tem as Leis de Responsabilidades Fiscais - está aí uma ex-Presidente que leva essas marcas sobre si -, as questões de Leis de Responsabilidades Fiscais o Governador Moisés dá essa autonomia. Um Secretário, hoje, ele tem essa autonomia de deliberar isso sozinho? Ou seja, não teve a participação do Governador, até onde ele tem esse poder? O Governador confia, afinal, a carreira dele em jogo, o próprio salário dele de Coronel aposentado está em jogo, porque se aprovado que ele participa com corrupção ativa, passiva, de qualquer forma, ele terá sérias complicações. Então, ele dá essa legalidade ao Secretário Helton? Hoje eu quero entender isso, ele tinha esse poder de assinar? Ou seja, o Governador não sabia de nada, porque é o que ele diz: "Eu não sei nada, eu não sei de nada. É esse, é aquele..."

A gente quer chegara um culpado, é o Douglas Borba? É o Secretário Helton? É o Governador, até onde ele participava? Hoje, um Secretário tem essa legalidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - No governo Moisés?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Hoje, as Secretarias finalísticas têm autoridade para executar despesas sem prévia autorização do grupo gestor. Todas as demais, passado um limite de valor, precisam submeter as despesas à análise do grupo gestor. No caso específico da Saúde, por ser uma, uma Secretaria de atividade finalística, ele tem, sim, por decreto de resolução, a, a autonomia para executar essas despesas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, Senhor Presidente, me considero satisfeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Pois não. Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu queria indagar a senhora Karen se ela tem conhecimento de qual a justificativa que foi feita, que avaliação foi feita pra homologar e antecipar o pagamento da compra dos respiradores?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Não tenho, Deputado. Eu cheguei a olhar o processo, mas muito superficialmente, já que não cabe à SEA fazer o controle e a fiscalização desses processos. Eu não tenho informação da justificativa que foi, que foi dada pra que fosse feito nesses moldes.

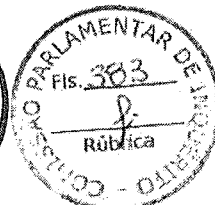
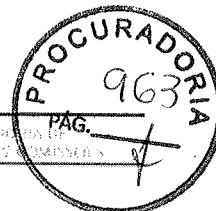
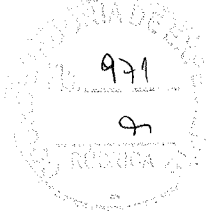
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - A senhora também mencionou que as Secretarias afins têm poder de homologar somente com um o.k. do Secretário da Pasta compras como essa, no caso, de R\$ 33 milhões e, se for o caso, de mais valor, de menos valor. Isso é para todas as Secretarias? A Secretaria da Agricultura também tem, por exemplo, esse poder?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Todas as Secretarias que executam atividades finalísticas dentro do governo têm. Isso tá nessa re...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Não precisa passar...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Não precisa passar no grupo gestor? Elas têm que pedir, elas somente pedem...elas, tendo orçamento, só pedem o recurso para a Secretaria da Fazenda para fazer o pagamento?



A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim, o recurso ele não é pedido a cada compra, né, mas eles têm... dentro do processo de compra eles têm autonomia para fazer e executar essas despesas. Todas essas despesas, todas as aquisições elas precisam ser cadastradas no CIG, que é o Cadastro de Informações Gerenciais. Isso aí é obrigatório a todas as Secretarias. A partir do CIG, o grupo gestor analisa alguns desses processos. No caso das secretarias finalísticas, é exigido apenas o cadastro no CIG; a avaliação do grupo gestor está dispensada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Está dispensada, mas no CIG essa compra foi registrada?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei dizer se foi registrada, mas ela deveria ter sido registrada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É, pelo que a gente sabe não deve ter sido, porque foi muito rápido.

Eu queria só uma outra informação. Esses recursos foram solicitados pela Secretaria da Saúde à Secretaria da Fazenda pra fazer o pagamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei informar ao senhor. Como esses processos não passam por nós na Secretaria de Administração, eu não sei informar se eles solicitaram ou não recurso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Desculpa, desculpa aí a minha falta de informação: quais são as Secretarias consideradas finalísticas?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – A gente tem a Saúde, tem a Educação, Segurança Pública, Administração Prisional. Se não me falha a memória, são essas. Mas a resolução, a resolução ela lista. Se eu não me engano, a resolução, a Resolução 04, de 2017 ela lista quais são essas Secretarias finalísticas, ela enumera essas Secretarias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, a Secretaria de Segurança, se ela licitar o presídio e homologar, não precisa passar pelo grupo gestor? O governo do Estado também não precisa saber? Como que é?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – O caso do presídio, por exemplo, ele é diferente porque ele exige, ele trabalha com serviços terceirizados. Os serviços terceirizados, todos passam pelo grupo gestor. Quando eu falo dessa dispensa de avaliação é pra material permanente, que é o caso dos respiradores, né? Então, uma licitação pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Satisfeito.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tá bom.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Satisfeito, senhor Presidente.

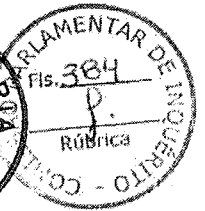
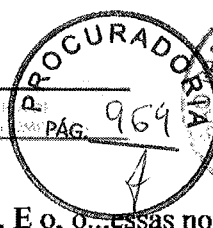
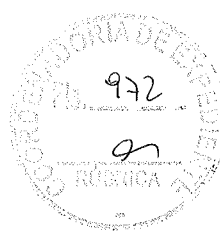
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado.

Dona Karen, o Secretário Helton Zeferino, na época, ele tinha total autonomia, inclusive para delegar para uma segunda pessoa a possibilidade de estar executando tanto a dispensa - pelo que estou entendendo aqui...eu estou acompanhando o raciocínio da senhora.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Como também para poder celebrar ali a compra através de licitação. Ele poderia delegar essa função a uma segunda pessoa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – A execução, o processo de compra, ele precisa ser feito por outra área para respeitar a segregação de funções. Então, quem autoriza não pode ser a pessoa que executa, que não pode ser a pessoa que paga e não pode ser a pessoa que fiscaliza. Essas tarefas, elas têm, têm que ser...essas atividades têm que ser



segregadas para garantir esse sistema quase que de freios e contrapesos. E o, ó...essas nomeações são de responsabilidade do, do, do... Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele tem essa autonomia para ele delegar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tem, como, como Secretário da Pasta ele pode definir quem vai desempenhar essas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por meados de junho do ano passado, nós estivemos na Secretaria da Saúde e encaminhamos algumas pessoas ali que sofriam de obesidade mórbida, de uma associação. E a requisição nossa, naquela época, que eu tentei conversar o Secretário Helton era sobre a compra de grampos que iriam servir ali para o processo cirúrgico que se trata da redução ou da obstrução de alimentos ali no estômago. Ali a gente viu uma diferença entre aquilo que é comprado. Quando se compra um material que é específico para utilização ou cirurgia, né, ou pra qualquer obstrução mais efusiva, no caso do respirador pulmonar, pessoas que estão acometidas ali pela síndrome respiratória, era necessário que se passasse, na época, né, por uma junta médica e por técnicos, como muito bem lembrado ali pelo Deputado Fabiano da Luz. Três lotes de materiais foram reprovados naquela época porque não atingiu a qualidade que foi avaliada por essa Comissão.

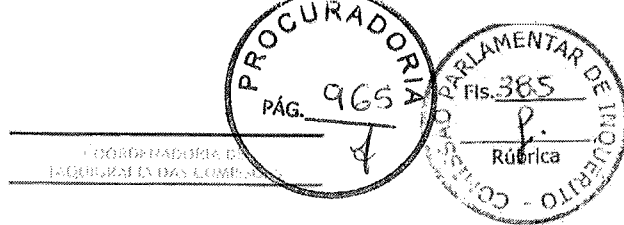
No nosso caso aqui, houve a entrega de um material... a entrega, não; não se pode nem falar entrega... a ameaça de entrega de um material de qualidade inferior. Uma expectativa, mas na expectativa já foi dito que o material que seria entregue seria de qualidade diferente daquele do acordado no contrato da compra.

Como que se faz uma análise técnica de um material que só se tem a expectativa da análise dele? É essa a minha pergunta. Se, se nesse exato momento, já não se... de alguma forma, já não se cancelaria qualquer tipo de negociação. Olha, você precisa comprar um produto, mas se você tivesse ele na mão e já o técnico conseguisse vistoriar ele e falasse: “Não, realmente a qualidade é inferior, não dá pra comprar isso de forma alguma.” Mas, mediante a simples expectativa daquilo que está sendo...a não ser que os técnicos da Secretaria da Saúde já tivessem contato com aquele material alguma vez no passado ou se já tivessem trabalhado de forma efetiva com ele ali. Nesse exato momento já não era o suficiente para falar assim: Olha, dispensa-se, cancela-se, trocamos de fornecedor ou buscamos uma nova negociação com alguma outra empresa. Não seria desta forma que seria pra funcionar a coisa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Quando o fornecedor ele entrega uma proposta, seja por meio de licitação ou dispensa, ele está atrelado àquela proposta, e essa proposta ela tem que ser avaliada, tanto com relação ao preço tanto com relação aos aspectos técnicos do, do objeto que ele está oferecendo.

É, é, é a solicitação de amostra pra fazer uma avaliação física desse material ela é tratada como exceção, porque tem um custo envolvido em um fornecedor apresentar a amostra. Em insumos para a Saúde, como o caso que o senhor citou, é, é, é...e de valor menor, geralmente, a Secretaria pede e passa essas amostras por uma junta médica. O caso de equipamentos ele é um pouco mais complicado pela dificuldade de se apresentar amostra, mas a análise ela tem que ser feita em cima daquela proposta e na impossibilidade de se testar o equipamento, o responsável técnico por aquela análise tem que solicitar quantos materiais forem necessários: laudo, laudo de ensaio, atestados. Ele tem a prerrogativa de solicitar todos os materiais que ele precisar pra garantir que aquele material atenda às especificações do, do, da administração pública. Se não tiver elementos suficientes para fazer essa análise, aí, a compra não deve ser realizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Esse material para análise, mesmo ali, até porque a gente está vivendo na era digital, a gente está decodificando



DNA, o ser humano já pisou na lua, já viajou, e você consegue colocar de forma específica o código de um produto na Internet com facilidade, e isso se consegue fazer, não precisa ter o material ali na mão mesmo, para que o técnico possa emitir, pelo menos, um laudo.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E falar assim: olha, viabiliza, esse é bom, pode ser usado... porque muitas vezes nos dá a impressão de que a gente está discutindo somente o valor, o preço. Poderia ser um valor vinte vezes mais barato, porém, se a qualidade não fosse aquela que atendesse à expectativa do médico que fosse utilizar ele, também não teria vantagem alguma comprar o material, né?

Em uma determinada *live*, uma apresentação do Governador, juntamente com o Secretário Helton Zeferino, ele disse a seguinte frase, na época, se referindo aos respiradores: “Nós tomamos essa atitude mediante uma atitude de desespero.” Estava ali dizendo que nós estamos caminhando para o apocalipse e que um terço da população nessa ia rodar, enfim, tudo aquilo que foi dito ali, que nós estaríamos no pico da curva e que alguns de nós aqui, que estão nessa sala hoje, nem estariam aqui. Mas quando ele disse com o Secretário sentado ao lado dele: “Nós tomamos na época uma decisão numa atitude de desespero.” Se nós tomamos, é porque nós sabíamos. A senhora não concorda comigo?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei informar em que contexto se deu essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, é só para seguir uma linha de raciocínio. Se nós tomamos uma... nós sabíamos, né? E como a senhora disse, o Secretário tinha autonomia para delegar a alguém, mas no final das contas, como bem disse o Deputado Ivan Naatz, ele que realmente tinha que cancelar a compra, tendo conhecimento inclusive da qualidade do produto, do preço e da data de entrega, por força da estrutura toda que o trâmite de compras segue seria isso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhora Karen, queremos agradecê-la.

Há mais alguma pergunta, senhores Deputados? Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA– Obrigado, Deputado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A gente está acostumando a trabalhar remotamente, então, devemos consultar por nomes.

A gente agradece a presença da senhora aqui, foi bastante... trouxe bastante lucidez aqui, né, para os trabalhos que nós estamos executando. Como bem disse os outros Deputados, a senhora está aqui numa condição mais de ajudar a gente com as suas informações mesmo, e eu acredito que termina por aqui a nossa conversa no dia de hoje.

Muito obrigado pela presença da senhora.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Obrigada.

(A depoente se retira do recinto.)

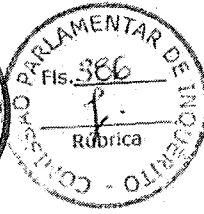
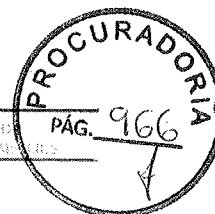
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto os senhores Deputados... Não seria a última a dona Karen? Ah, não, tem a dona Mariana ainda. Peço à assessoria que encaminhe a dona Mariana.

(A depoente Mariana Rabello Petry adentra ao recinto e senta-se no local indicado.)

Boa tarde.

Senhora Mariana Rabello Petry. É a senhora?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Boa tarde.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja muitíssimo bem-vinda à nossa Comissão.

Senhora Mariana, a senhora sabe o porquê foi convidada a vir até a nossa reunião aqui nesta tarde de hoje?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Eu tenho conhecimento que essa reunião é sobre a CPI dos Respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dona Mariana, a senhora está acompanhada de um advogado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dona Mariana, a senhora poderia fazer...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Posso tirar a minha máscara?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Pode.

A senhora poderia fazer uma gentileza pra gente e dizer seu nome completo, seu endereço e data de nascimento.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Mariana Rabello Petry, eu resido na rua Presidente Nereu Ramos, Centro, Florianópolis e nasci em 24/10/1989.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim. Dona Mariana, em qualquer momento que for feita uma pergunta para a senhora, pode ser usado o direito de permanecer calada, mas para isso é necessário que a senhora expresse: prefiro não falar.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Porque o silêncio não é um indicativo de resposta.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A senhora está compromissada com a verdade, tá, dona Mariana?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Neste momento, eu vou passar a palavra ao Relator, ele pode fazer as perguntas ou passar para um segundo Deputado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Tá bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa tarde.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Doutora, obrigado por ter esperado até esse horário. É importante sua presença aqui para o esclarecimento da verdade.

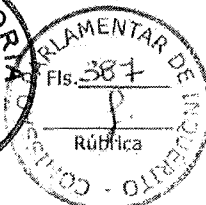
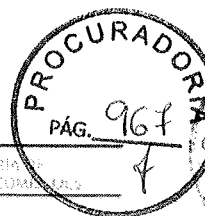
A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito obrigado.

A senhora não está aqui na condição de investigada, não há nenhuma acusação que paire sobre a senhora, absolutamente, não tem nenhuma informação de participação da senhora em qualquer evento nesse processo da licitação dos respiradores ou hospital de campanha. A senhora é citada em ter participado de absolutamente nada, quero que a senhora fique absolutamente tranquila, porque a conversa que a gente quer ter aqui é uma conversa de informação, a gente quer saber da senhora algumas coisas que são importantes para o deslinde da investigação.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora é sócia do escritório de advocacia Barros Advogados Associados.



A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, eu trabalho desde 2018 na Barros e todos os advogados que trabalham lá, eu tenho 1% da sociedade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo. A senhora então conhece bem o senhor Leandro Adriano de Barros?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso. No dia a dia eu não trabalho com ele, eu entrei em 2018 e eu sempre advoguei para o Instituto Ideas, que é um Instituto que a gente presta serviço, a Barros presta e eu faço o jurídico interno desse Instituto. Eu trabalho diariamente lá no Instituto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

A senhora conhece o senhor Anísio Petry Júnior, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, meu irmão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Seu irmão, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Anísio Petry Júnior, chamado Popó Petry?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em Biguaçu conhecido como Popó Petry, isso?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele trabalha lá também?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele trabalha em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele trabalha em Biguaçu? O que ele faz?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele é empresário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Empresário de que ramo?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele tem um escritório de pagamentos, é um...como que é o nome? Ele representa a Sicoob, é uma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cobrança, coisa assim?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É do ramo da advocacia também?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, ele é formado em Administração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

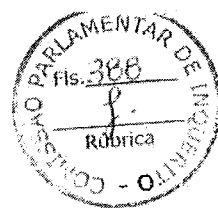
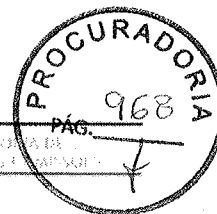
A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele é empresário há muitos anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Me diz uma coisa, Mariana: a senhora e o Popó, vocês são amigos do Douglas Borba? Amigos de frequentar um a casa do outro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu conheço o Douglas Borba como várias pessoas de Biguaçu conhecem. Eu morei no centro de Biguaçu por um tempo, eu não moro mais em Biguaçu, e, e, e no centro todo mundo se conhece. Minha família é uma família grande lá, meu irmão é muito conhecido e eu não sou amiga íntima do Douglas. Eu sou amiga da esposa dele, dele não tenho intimidade com ele, não tenho nem o telefone do Douglas Borba, nem o celular dele eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas com a família a senhora tem, no caso, é amiga da esposa?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sou amiga da esposa, não sou amiga íntima de estar sempre na casa dela, mas, sim, já estive na casa dela.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É, somos amigas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Popó Petry, teu irmão?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O meu irmão, sim, ele joga bola com o Douglas e é amigo dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amigo dele?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mas nunca teve nenhuma relação política com o Douglas, isso não. A minha família é muito tradicional em Biguaçu, nós somos do atual MDB, né, que era o PMDB, e sempre teve essa rixa política entre o Douglas e a minha família.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Mas então vocês conhecem o Douglas Borba...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... a família, conhece toda a situação?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria saber o seguinte: qual é, como é a vida do Douglas Borba? Como que é... a senhora é amiga da esposa do Douglas Borba. Ele tem uma vida financeiramente boa, eles são, assim, considerados pessoas que vivem bem financeiramente, como que é?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não sei. A Carol é médica, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Então eles são classe média, não ostentam, eles são uma classe média normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sentiu, nos últimos tempos, algum enriquecimento, algum empoderamento? Alguma coisa nesse sentido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Popó Petry tem emprego público, cargo público?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele trabalha acho que desde... não sei se deste ano, de 2019, não, não me recordo, na Junta Comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o Douglas Borba teria indicado o Popó Petry para trabalhar na Junta Comercial?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Acredito que foi o Douglas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

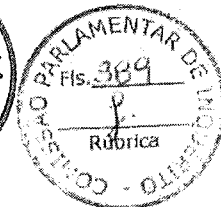
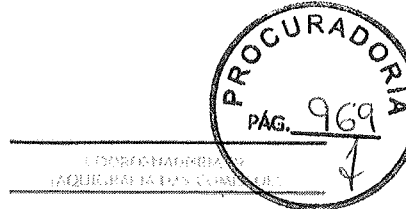
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O escritório em que a senhora trabalha, representado pelo Leandro Adriano de Barros, se apresentou como representante de três empresas que estão envolvidas nesse processo de fraude de licitações.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Primeiro, cem leitos de UTI. Quando o Leandro se apresentou como advogado do Mahatma Gandhi...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a empresa teria sido classificada... Aliás, assinou o contrato. Esse contrato só não se concretizou porque o Tribunal de Justiça deu uma liminar, suspendeu, tinha uma ação popular, o Tribunal de Contas mandou expedir um ofício, enfim...



É... esse hospital, o Mahatma Gandhi, cem leitos de UTI, os R\$ 77 milhões, o Leandro Adriano de Barros estava envolvido porque ele se dizia representante dessa empresa e essa escolha claramente decorreu de uma fraude de licitação. Certo?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não tenho esse conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu estou afirmando, a senhora não precisa concordar.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Ah, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois a gente teve uma licitação dentro da Secretaria da Saúde, duas licitações dentro da Secretaria da Saúde, uma delas é essa dos respiradores que é objeto desta CPI.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro Adriano de Barros...
(*A assessoria coloca sobre a mesa da depoente um copo com água.*)

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro Adriano de Barros também se apresentou como representante da Veigamed, como representante dessa empresa, etc. e tal, empresa que teria fraudado o processo licitatório.

Como se não bastasse, também teve outra licitação, que é dos EPIs, que essa também não é objeto desta CPI, mas é fato que consta dos relatórios; também houve uma tentativa de fraude, superfaturamento, pagamento adiantado de quase R\$ 70 milhões, e também o Leandro de Barros se apresentou como representante legal dessas empresas.

Então, o doutor Leandro, seu sócio, conseguiu ser representante de três empresas, todas elas envolvidas nas falcaturas da... da... das... das Secretarias de Saúde.

Eu quero saber... a senhora sabe como o Leandro foi parar nesse troço? Como é que ele foi parar lá dentro?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não sei, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...dessas licitações?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Pra ser bem sincera, eu tive conhecimento dessas situações, das três, depois que saiu na mídia. Eu não participei disso. Como eu falei, eu trabalho atualmente dentro do Ideas, diariamente, eu posso comprovar isso. A Mahatma Gandhi, sim, tem contrato com a Barros — a Barros eu acho que advoga pra eles desde... hum, acho que é 2017, 2018, não sei ao certo. E... não sei, eu sei que o nosso escritório é referência de... na área da saúde, tanto aqui no Estado como na região Sul, e... acredito que talvez algum instituto, alguém procurou, procurou o Leandro acerca disso. Mas não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Das três empresas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — A Veigamed eu não... não conheço essa empresa. Eu, eu conheço, eu sei que a gente advoga pra Mahatma Gandhi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

A... O Popó, o Popó, arru... O, o Douglas Borba arrumou um emprego pro Popó. O Popó tem um emprego lá bem remunerado, aliás, lá na Junta Comercial.

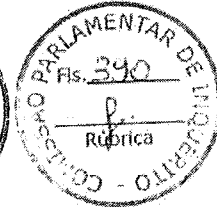
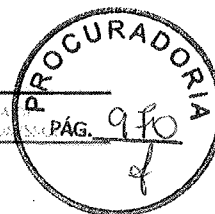
A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, ele faz parte... acho... acredito que é de um conselho da Junta. Ele trabalha diariamente lá no período matutino.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, sim, ele... é da Junta.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o Douglas Borba arrumou um emprego pra ele lá. O Popó é amigo do Leandro, o Leandro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O meu irmão não é amigo do Leandro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não é?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nunca foi?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não. Eles são conhecidos de Biguaçu, mas ele não tem amizade com o Leandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Na realidade nem eu tinha amizade com o Leandro. Eu escri... eu entrei no escritório porque surgiu a oportunidade de uma vaga, mandei meu currículo e entrei lá. Não, não temos amizade com o Leandro. A gente teve...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — A gente sempre teve uma rixa política muito grande...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...entre a minha família e a do Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...vou fazer um triângulo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Só que eu sou técnica, profissional e tinha currículo para entrar dentro do escritório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que eu tenho um triângulo aqui feito pela Polícia...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pela Polícia... pela Deic, um triângulo de relacionamento...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que a senhora deve ter visto pela imprensa, que consta o Popó dentro desse triângulo de relacionamento.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, mas eles não são amigos. O meu irmão tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não são amigos?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...tem amizade com o Douglas, com o Leandro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

E... e o Leandro e o Douglas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro e o Douglas também...

(A depoente gesticula com a cabeça negativamente.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Douglas vai lá no escritório de advocacia?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não... que eu saiba o Douglas nunca foi lá. Como eu falei, eu não trabalho dentro do escritório, eu trabalho no Ideas...

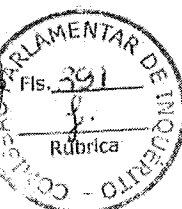
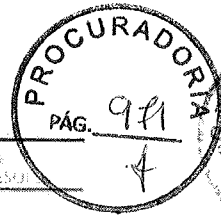
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Então, eu não sei se teve alguma vez lá, mas eu desconheço essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro nunca falou que tava na Secretaria da Saúde, que tava na Secretaria da Defesa Civil?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, o Leandro vai, a gente representa vários, vários institutos que têm contratos, né, com a Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vários institutos que... Secretarias de Saúde de quais Municípios?



A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — De Municípios? São José, Florianópolis, temos contrato com a SES desde 2017, do Hospital Gaminski(?). São contratos de gestão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o Leandro, a senhora sabe que ele tinha...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro é referência na área de saúde como advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim. Ele tinha entrada então dentro da Secretaria...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Ele é especializado nisso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele tinha entrada dentro das Secretarias?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos uma mensagem de WhatsApp...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo? Eu vou repetir, a senhora não está sendo investigada aqui.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, eu... eu tô falando a verdade, eu quero esclarecer a verdade. Meu nome tá envolvido em algo que eu não fiz, eu não tenho conhecimento. Eu preciso esclarecer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que a senhora acha...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu quero que vocês esclareçam essa verdade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que o nome da senhora... acha que o nome da senhora tá envolvido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Porque me ligaram a Douglas Borba. Acredito que foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É?

É... o Leandro e o Douglas Borba são conhecidos, são amigos, certo? Tanto que o Leandro disse aqui que ele vai na Secretaria, que conhece, moram no mesmo condomínio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim. Eu não sei se são amigos, eles se conhecem, em Biguaçu todo mundo se conhece, o centro de Biguaçu eles são todos conhecidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá.

Tem uma mensagem de WhatsApp, tem uma mensagem de WhatsApp do Secretário Douglas Borba...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

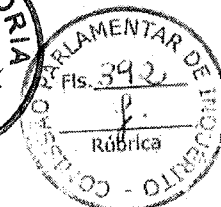
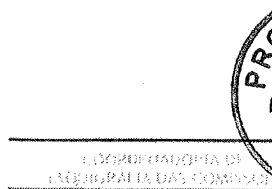
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...para uma servidora pública da Secretaria, da Superintendência, a Márcia, em que o Douglas Borba diz para o Leandro procurar a Márcia, nessa relação de...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, sim, eu vi no inquérito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...de cumplicidade na, na... no que aconteceu.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É... a senhora conhece o Leandro, conhece o Douglas, a senhora é advogada lá do escritório, o Douglas... o Leandro disse pra gente que nunca representou nenhuma empresa em Santa Catarina, nunca representou nenhum contrato, que nunca fez nenhum contrato com o Estado... Ele também não representou...



A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O nosso escritório, com os institutos que a gente advoga, tem contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com o Estado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro Adriano de Barros não tem, mas a Barros, com os institutos que advogam, tem contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles têm contratos com o Estado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É contrato de gestão, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, com a Secre... com o Estado de Santa Catarina?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum... Como assim? Algum contrato de prestação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Prestam serviços, participaram de alguma licitação...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não. O Leandro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro, específico, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou o escritório dele, que é a mesma coisa.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não. Um contrato específico com a Secretaria ou com o Estado, não. Os nossos institutos, que a gente advoga, eles têm contrato... um... um tem um contrato específico com o Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O que acontece? Então, não tem contrato, não tem especialidade, advoga na área de defesa... da defesa dos processos, prestadores de serviço de saúde, etc., o Leandro diz que não tem nenhum contrato, não tem *expertise*, nunca fez, e de repente ele recebe uma mensagem do Douglas Borba dizendo pra ele procurar a Superintendente da Saúde pra ajudar no processo de licitação... esse texto está escrito aqui no WhatsApp. E o Leandro, então, entra em contato. Depois o Leandro começa a fazer uma rede de comunicação dentro das Secretarias, ele começa a participar de todas as licitações, lá dentro, começa a ser amigo de todo mundo. A senhora acha por que isso aconteceu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não sei. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não faz ideia?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Como eu falei, eu... diariamente eu não trabalho com o Leandro, eu trabalho em outro lugar. Não trabalho todo dia com ele e não sei. Não tive envolvimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem trabalha diariamente com o Leandro? O Popó?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não!

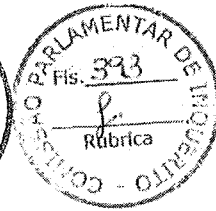
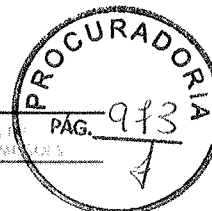
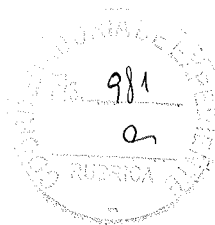
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem trabalha?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Leandro trabalha sozinho. Ele tem o escritório que ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ele disse que tem dez advogados.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, mas a sala dele é sozinho, ninguém fica ali o dia inteiro com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas...



A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tem escritório no Estreito e tem escritório em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Doutora Mariana, eu também tenho um escritório de advocacia...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos lá também vários advogados, mas a gente sabe mais ou menos o que um está fazendo, o que outro está fazendo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro comentou com a senhora que ele estava tratando de assuntos dentro da Secretaria, que o escritório estava representando empresas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, a gente representa a Mahatma Gandhi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O... e outra...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Só que eu, Mariana, trabalho dentro do Ideas, que é outro Instituto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas eu... mas eu não tô perguntando pra senhora, eu tô perguntando se a senhora sabe.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, do Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que ele...

Quando a senhora viu essas coisas na imprensa, o escritório, o nome da senhora...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, conversei com o Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o nome do seu irmão, o Leandro... O que vocês fizeram? Vocês procuraram o Leandro pra perguntar?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O meu irmão, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Procuraram o Douglas Borba?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...o meu irmão não tem envolvimento nenhum com o Leandro. É como eu falei, eles não têm amizade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas ao menos...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas eu conversei com o Leandro e questionei o que tava acontecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o que ele disse?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, ele disse que ele tava representando a Mahatma Gandhi no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas os respiradores a Mahatma Gandhi não estava participando.

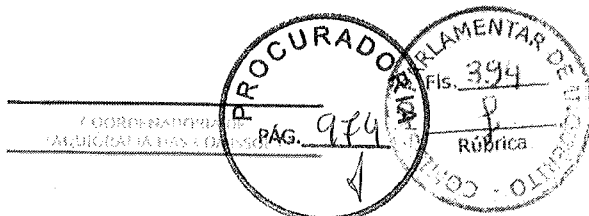
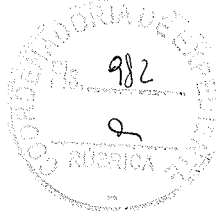
A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O respirador foi a questão do... do Fábio, que o Fábio ligou pra ele, depois que já tinha efetivado o pagamento, pediu... que a gente... o escritório tem um contrato com a Meuvale, que o Fábio é um dos sócios — eu não conheço o Fábio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Fábio é aqui de Biguaçu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, eu não conheço o Fábio, acho que ele é de São Paulo.

E... e foi isso que ele me explicou, que o Fábio fez uma ligação pra ele pra ele... é... entrar em contato pra dizer que essas, essas mercadorias iriam ser entregues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, vamos imaginar...



A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas a gente não tem contrato com essa Veigamed, essa empresa eu não... eu desconheço ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

Vamos imaginar o meu escritório de advocacia. Chego de manhã lá, tem os meus advogados...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... um vai contar uma história pra mim, um vai contar de um processo, outro vai contar de uma intimação, aquela coisa que a gente sabe do dia a dia de escritório de advocacia.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É que eu acho que o senhor não entendeu que a gente não tá fixo no mesmo... no mesmo escritório, né? Eu fico em outro, em outro lugar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E quem tá fixo no escritório poderia explicar isso pra gente?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, o Leandro... a sala dele é só ele, ele não trabalha com mais ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ninguém conversa naquele escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ninguém conversa? Oh, o nosso escritório tá na lama, o nosso nome tá...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim, a gente conversa, a gente... O Leandro coordena e distribui os prazos, quem tem que fazer o quê. Eu faço o Ideas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Doutora, com relação ao escritório que a senhora é sócia, o Douglas já foi sócio desse escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não tem relação nenhuma? É... ele tem algum contato com o escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Douglas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Como eu já falei, não tenho conhecimento. Comigo, em relação ao escritório, ele nunca teve contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

Ele, né, dentro do processo de investigação, algumas acusações que ele é um sócio oculto. Essa informação não procede?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não procede.

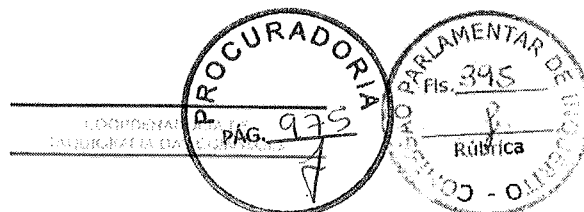
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ela é inverídica.

Ele indica clientes?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

Uma pergunta que... ficou estranho, né, acho que de repente vossas excelências podem partilhar talvez da mesma ideia, mas... você é sócia de um escritório, né, como você disse, e...



A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É como eu falei, eu tenho 1% da sociedade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas você diz aqui que não vai ao escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Isso pode? Tem alguns advogados, eles são sócios, mas que não frequentam o escritório. É no mínimo estranho.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É como eu falei, a gente tem um contrato de prestação de serviço com o Ideas, que solicitou um advogado interno lá, e desde que eu entrei eu trabalho diretamente pro Ideas. A Barros tem um contrato de prestação de serviço com esse Instituto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E eu trabalho internamente lá e eu posso comprovar isso tudo. Desde 2018 o meu e-mail é corporativo desse... desse Instituto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então deixa...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu tenho testemunhas que podem comprovar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deixa eu ver se entendi...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...só que eu represento a Barros lá dentro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Você é sócia do escritório que você não frequenta o escritório, não sabe quem frequenta... Seria isso, você não sabe de nada?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, é como eu falei, eu, eu estou no escritório internamente dentro do Ideas, que é um Instituto que a Barros tem contrato de prestação de serviço com eles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não conhece nada da rotina, quem frequenta?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, sei que o escritório tem... advoga pra Mahatma Gandhi, tenho conhecimento disso, mas diariamente eu e o Leandro a gente não tá junto. É claro que tem... tem reuniões semanais ou ele... É que ele coordena e ele distribui as demandas que chegam.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que é no mínimo estranho, doutora, né? É normal que... quando a gente tem um sócio, a gente sabe pelo menos um pouquinho, fragmentos da rotina, não é, e você alega que nada sabe, não frequenta... Acho que...

Sem mais perguntas, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para concluir, antes de passar para o... Posso ajudar.

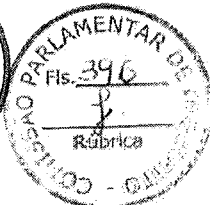
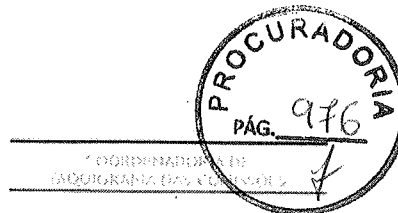
Existem várias fotografias em redes sociais, também publicadas na imprensa, do Douglas Borba e o Popó e... e o... e o Leandro, várias fotografias deles juntos...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Olha, eu acho que o meu irmão e o Leandro eles não têm foto juntos, eu até gostaria de ver essa foto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Posso mostrar para a senhora.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É... Só se é do time de futebol ou algo assim.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, mostra foto do seu celular.)



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Uma foto que nem essa aqui foi sacada...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Do jogo de futebol? É, deve ser um time de futebol...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De uma confraternização...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas eles, como eu falei, não têm amizade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Obrigado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Boa tarde, doutora.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Você sabe me dizer, dessas instituições das quais o escritório presta assessoria, presta serviços de consultoria, quais delas que têm contratos, têm serviços com o governo do Estado de Santa Catarina?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É... somente o Ideas que faz a gestão do Hospital Materno-Infantil, de Criciúma. Ele tem um contrato desde o governo anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Tá.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Era municipal e depois o Estado assumiu esse hospital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E nesse caso é vossa excelência quem presta a assessoria jurídica para o Instituto Ideas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E... Eu faço assessoria jurídica do Instituto, a gente presta esse serviço, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Consequentemente, se houvesse dúvidas para tirar com o Estado, a pessoa indicada do escritório seria você?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Quem vai nas reuni... Eu não, eu nunca fui na... na SES, se é isso que o senhor quer perguntar. Quem sempre vai nas reuniões, na maioria das vezes, é o diretor do Instituto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Hum, hum.

Mas quando é necessária uma opinião jurídica...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu acho que eu fui... se eu não me engano, eu fui uma vez na SES na época que era o Secretário Acélio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Muito bem. Então o Leandro foi várias vezes na Secretaria da Saúde, mas nunca pelo Instituto Id... nunca...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Ah, talvez ele possa ter ido, isso eu não tenho conhecimento.

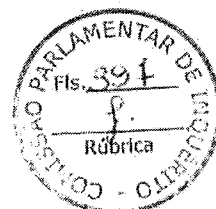
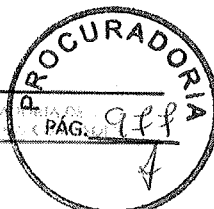
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Obrigado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mas eu, Mariana, não, não fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente, desculpa. Nada a perguntar, senhor Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, durante todo esse episódio do Covid-19, desde quando foi decretado estado de calamidade, enfim, a



imprensa vem noticiando dia a dia, né, e, além da imprensa, o próprio governo do Estado tem um esforço muito grande de mostrar cada uma das suas ações, inclusive são feitas transmissões ao vivo todos os dias, os repórteres comentam, a televisão divulga isso, né – e eu não estou me referindo ali agora à divulgação das providências a serem tomadas em relação ao hospital lá da Marejada, mas à compra dos respiradores, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O governo do Estado, em várias oportunidades, diz que estão tomando providências pra acelerar, enfim, né, via telefone, WhatsApp, inclusive naquelas pessoas que fazem parte da mesma rede social de pessoas que estão diretamente envolvidas em todo esse processo.

Por exemplo, se o Deputado Cobalchini publica alguma coisa na rede social dele, como eu tenho amizade com ele, sigo a página dele, eu vou acabar tendo acesso a isso também, não é, e isso se forma uma grande rede de amigos. É assim que funciona a rede social.

(A depoente gesticula positivamente com a cabeça.)

Então, as informações elas chegam de forma muito pontual. Então, fica difícil de a gente entender como que uma pessoa, e a gente ouviu isso aqui em várias declarações, que: “Eu só fiquei sabendo disso pela imprensa, após.” A senhora entendeu minha linha de raciocínio aqui? Da aquisição do material.

Aí, além da aquisição do material, nós partimos também ali para quando ou o meu ambiente de trabalho, ou o meu círculo familiar, ou o meu círculo de amigos começa a trabalhar com isso, né? Nós estamos construindo aqui um raciocínio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual foi o momento... o momento que a senhora ouviu falar assim: Olha, existem respirado... Não, não tô falando do escândalo em si mesmo, daquilo que foi provocado pela irregularidade da compra...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...mas antes disso, em algum momento, antes – como a senhora já declarou, então não vou perguntar novamente, que ficou sabendo do escândalo da compra dos respiradores, né... pela, pela televisão, pela imprensa assistindo ao jornal, né, estava lá vendo o jornal...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...se assustou com a notícia e tal. Mas eu tô dizendo antes disso, quando a senhora falou assim: nossa, o governo do Estado está comprando alguns respiradores. A senhora fi... teve o... ou a senhora em momento nenhum soube?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, eu tive conhecimento quando saiu na mídia, já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que...

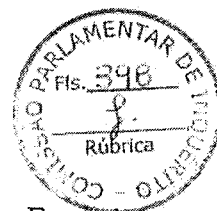
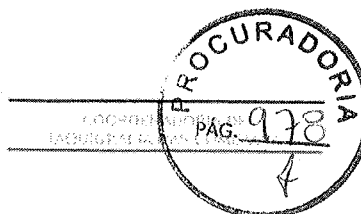
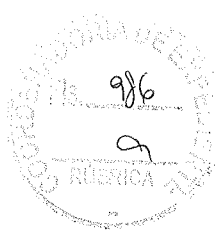
A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...que não vai entregar o respirador e começou essa história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes não?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não acompanhei mesmo. Como em relação à Covid a gente teve muita demanda, até desse outro Instituto que eu fico diariamente lá dentro, eu tava focada no meu trabalho, eu tava trabalhando muito, fazendo officios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Demais mesmo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. E... tudo bem.

É... o escritório de advocacia do?... A pessoa do... do Leandro, né? Ele foi procurado dois dias depois. É isso, não, que a senhora afirmou aqui na declaração da senhora de quando...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...foi constatada a irregularidade.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — O Fábio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Fábio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...procurou ele depo... é... depois do... que já tinha sido pago, já tinha sido feita toda a (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já foi efetuado o pagamento...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tinha sido pago e... não sei se foi um ou dois dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

E por que o Fábio procurou ele, no entendimento da senhora? O Fábio procurou o Leandro por esse determinado motivo. Pra quê? Pra que foi buscado ali o trabalho do Leandro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Pra se ver se o Leandro tinha algum contato com a Secretaria. Como o Leandro é uma pessoa de referência na área da saúde aqui no Estado, se ele poderia conversar com alguém pra tentar só amenizar a situação, dizer que era, era uma empresa é... idônea e tudo mais e que iria entregar esse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá. Deixa eu ver... se ele podia falar assim: olha, fiquem tranquilos, né, que essa empresa ela tem uma idoneidade...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e que em tempo mínimo o material será entregue. Como a senhora teve conhecimento do conteúdo dessa conversa?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Depois que aconteceu tudo isso eu questionei o Leandro, qual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que foi o problema?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — ...foi o teu contato com o Fábio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É assim: ô, Leandro, o que o Fábio falou contigo? Aí, ele respondeu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, eu precisava saber, o meu nome tava envolvido, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E ele me mostrou, sim, a me... o Fábio manda mensagem, liga pra ele, algo desse tipo.

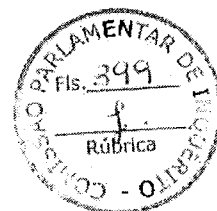
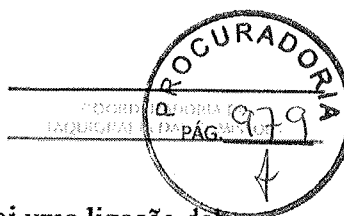
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que o Fábio teria pedido...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — E o Leandro tem essa prova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Justamente pra poder falar assim: olha, governo do Estado de Santa Catarina, tenha confiança porque essa empresa ela vai honrar o compro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Foi uma ligação, ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hã?



A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Foi uma ligação dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi uma ligação?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então não foi um contato pessoal, foi uma ligação só?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, ele daí depois ele fala isso com a... O Leandro fala com a servidora, né, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual servidora?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Com a Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a Márcia.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Que tá... Eu vi isso, eu li tudo, eu li o inquérito, né? (Ri)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

Consulto os senhores Deputados se existe mais algum questionamento a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O seu... o seu... O endereço do seu escritório é distinto do endereço do escritório do Leandro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É... nós temos dois escritórios, um em Biguaçu e um no Estreito. É... o Inst... Você fala do Instituto?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Isso.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É no mesmo prédio, mas não é no mesmo andar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não no mesmo andar?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, quero dizer para a senhora...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Prossiga.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — A senhora sabe pelo menos o faturamento do escritório, bruto ou líquido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Mensal, você diz?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Hum... Não tenho... Acredito que seja uns sessenta mil, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, quero...

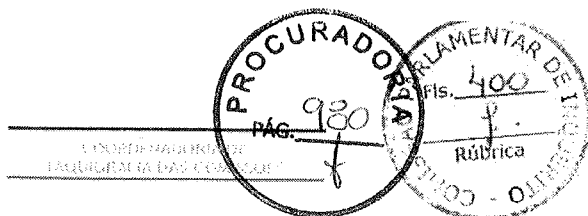
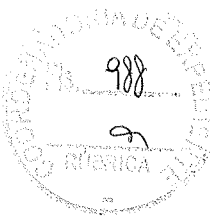
Opa, só um pouquinho, chegando mais um materialzinho aqui.

Quero agradecer à senhora, bastante, tá? Como bem disse o Deputado Ivan Naatz aqui, a senhora veio para nos ajudar no nosso trabalho, então, por isso que a gente agradece a presença da senhora aqui hoje.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu peço à assessoria que... A senhora pode ficar à vontade, está dispensada.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu agradeço a oportunidade...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ah, só mais uma... A senhora tem, tá, pode usar...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...o espaço, se quiser fazer alguma retratação, alguma explicação...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade para isso.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu agradeço a oportunidade. Eu só quero que a verdade seja mostrada, o meu nome está envolvido em algo que eu não fiz e eu preciso do final dessa CPI pra mostrar quem realmente está envolvido, quem realmente deu a caneta, quem assinou e quem autorizou tudo isso. Eu preciso que meu... O meu nome e o do meu irmão estão envolvidos em algo que a gente não, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dona Mariana, eu fui polícia por vinte anos, eu sei que um bom crime ele precisa de uma vítima e de um criminoso, e um crime perfeito ele precisa de uma vítima, de um criminoso e alguém a quem culpar, tá?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora, também se tiver alguma informação que possa nos ajudar a descobrir o caminho da verdade...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Estou à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...por favor, procure a CPI.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Pode deixar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora vive em Biguaçu, acontecem muitas coisas em Biguaçu...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É, eu não moro mais em Biguaçu, né? Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, mas trabalha lá...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A é? Então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — Eu trabalho no Estreito. Tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas se a senhora souber de alguma coisa...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY — É que tô vinculada como advogada de Biguaçu, mas eu não trabalho lá.

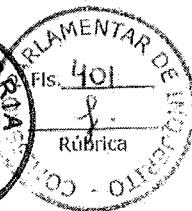
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá bom. Obrigado.
(A depoente se retira do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, eu gostaria da atenção dos senhores por um minuto.

Nós temos uma próxima... agendado para a nossa próxima reunião ordinária uma testemunha que é do Estado de São Paulo. Conversando aqui, a Casa nos repassou uma solução mais prática, tendo em vista a dificuldade dos voos e do próprio transporte, e se existe uma possibilidade de colocar em votação aqui de entrar em contato com a Alesp, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e se essa testemunha poderia ser ouvida lá também via remota, lá na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou por aplicativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ou por aplicativo... não, até por aplicativo dentro da Alesp, para que ele possa passar pela... para colocar todos em pé



de igualdade, as nossas testemunhas aqui também ficaram numa sala aguardando, sem contato com as demais, e não acompanhando o depoimento das demais testemunhas. Eu gostaria de colocar isso em votação, se pode ser acertado dessa forma, por videoconferência, utilizando-se da oferta de ajuda da Alesp.

Em votação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De acordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — De acordo, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Essa testemunha tem sido citada aí na...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, na verdade, essa testemunha é o representante legal da empresa que foi... ela apresentou o menor preço, apresentou todas as condições, mas ela foi desqualificada.

Então, o objetivo com essa testemunha é de a gente entender o que... se ela compreendeu o que estava acontecendo aí dentro do processo, já que ela foi desqualificada, acabou perdendo o negócio, né, que foi cancelado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dessa forma, coloco em votação.

Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Concorde, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom, não havendo quem se oponha, aprovado.

Antes de terminar esta reunião, convoco outra para terça-feira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, antes de o senhor concluir, para saber, em relação à terça-feira da próxima semana e na quinta-feira da próxima semana, os depoimentos já estão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Todos?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, a gente está aprovando de cinco em cinco, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até cinco, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Até cinco. Terça-feira já se sabe quem vai depor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, já tô (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Certo.

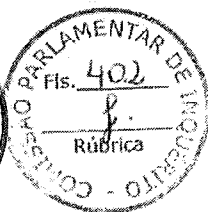
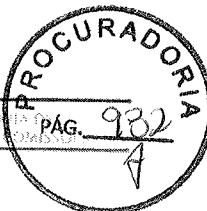
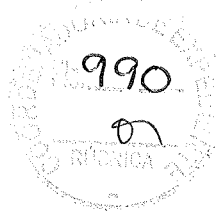
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — São só quatro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quatro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O de São Paulo e três daqui. Para a gente terminar aquela etapa, Deputado, do conhecimento dos trâmites, pessoas que não têm nenhuma relação, etc. A gente vai terça-feira terminar essa etapa.

Depois, a gente vai entrar na parte das pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do processo, o nome delas consta em algum lugar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O que eu quero sugerir, Presidente e Relator, é que a gente... nós já sabemos nome, sobrenome...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor quiser, eu posso repetir para o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, não, não tô me referindo a esses, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O processo já está claro, né, os passos que... para mim já está claro e nós temos sessenta dias. Esse prazo ele está... foi exteriorizado. Penso, penso, que a gente deva, o mais rápido possível, até pelo farto material que o próprio Ministério Público tem, a não ser que surja um fato novo, de alguém que não conste ainda nesses autos, mas eu penso que a gente deva perseguir esses que há indícios fortíssimos, tá, de materialidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Acho que aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Cobalchini, eu acompanho o raciocínio de vossa excelência, mas como foi apresentado o nosso plano de trabalho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nós temos que fazer depois, no final do relatório, os comparativos, deste com aquele, aquele com aquele, isso com aquilo, e é preciso passar por essa etapa.

Com a, com o, o, a abertura... ou com o deferimento do sigilo do inquérito, nós vamos ter os depoimentos tomados, como a gente combinou antes, por autoridades, pelo Ministério Público e pelo Gaeco.

Então, o que eu vou fazer hoje à tarde? Eu vou tomar pé de todos esses depoimentos e vou, dentro daquele rol que eu tinha apresentado, tentar ao máximo possível utilizar daqueles depoimentos para diminuir o nosso rol. Aí eu acredito que se a gente conseguir diminuir o rol com três sessões, com quatro sessões de depoimento, nós vamos acabar com a fase de depoimentos. Aí a gente entra na fase da documentação, depois a gente faz os depoimentos, os contra de... os depoimentos que a gente achar mais importantes. Por exemplo, se alguém decidir ouvir o Governador, por exemplo, nós vamos deixar para o final, depois dessa etapa; ou se a gente decidir ouvir o ex-Governador ou o ex-Secretário. Então, essas partes aí a gente vai deixando mais para o final, de acordo com o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para eu concluir. (*Ininteligível*) o que eu falei...

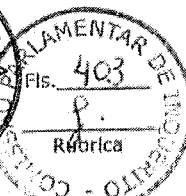
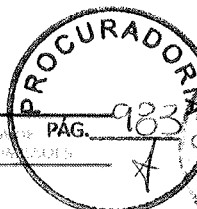
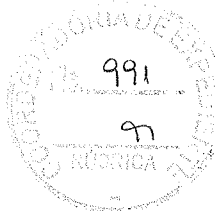
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deputado, até sugiro que a gente converse isso na interna, até porque (*ininteligível*) ser sigiloso nesse processo, questão de estratégia nossa, né? A gente conversa internamente isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Segunda-feira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se for publicar... de... né? O Estado inteiro está assistindo este momento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Segunda-feira, nós vamos fazer uma reunião virtual para acertar esses detalhes, para tentar encurtar os sessenta dias, o nosso prazo.

Muito bem lembrado, Deputado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, Presidente, Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De onde vem essa voz? *(O senhor Deputado João Amin, naquele momento, participa remotamente.)*

Vossa excelência com a palavra, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu nunca tinha feito isso, eu fiz um requerimento do requerimento hoje para o senhor, não precisa responder agora, mas eu reafirmo a minha solicitação dos três depoimentos ainda na semana que vem e, na sequência, uma acareação, que já foi aprovada, proposta por dois Deputados, e aprovada por unanimidade na CPI.

Se o senhor puder me dar uma resposta antes da reunião de preparação, eu agradeço, porque cada um acha uma situação importante aqui, mas eu concordo plenamente com o Deputado Cobalchini, né? Hoje nós acompanhamos uma situação que, confesso, muito pouco acrescentou a um cidadão comum que vê o jornal, que lê o jornal impresso, que vê o jornal pela televisão. Então, eu aguardo o seu contato antes da reunião preparatória. Está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, pode contar com o meu contato antes da reunião preparatória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Muito obrigado. Até porque parte do Presidente o agendamento e todos os Parlamentares têm a prerrogativa do artigo 161 de fazer essa solicitação já aprovada por unanimidade entre os membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu vi o Deputado Felipe Estevão fazer um encaminhamento e eu concordo com ele. Nós estamos trabalhando com a questão bastante séria e com muita responsabilidade nossa, porque não podemos sair de uma CPI, acho que ninguém quer isso, né, tenho certeza, não é acho, ninguém quer que a gente saia sem ter os encaminhamentos todos corretos.

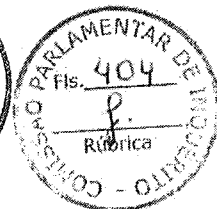
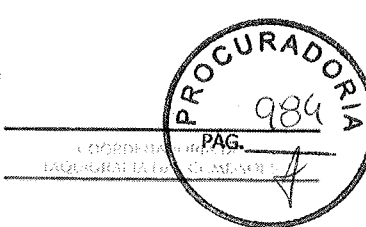
Eu acho que mesmo que eu esteja *on-line*, vocês que têm a possibilidade... os senhores, né, desculpa o vocês, os senhores que têm a possibilidade de fazer presencial, podem tratar de questões que nós precisamos manter reserva, sigilos, né, para o bom andamento, vocês possam fazer e me comunicar. Não tenho nenhuma dúvida em ser parceiro, sabe?

Acho que... eu também concordo que nós tivemos, na minha maneira de ver, pouco progresso hoje, sabe? Eu acho que tem coisas aí que nós podemos agilizar e ter muito mais proveito.

É o meu entendimento, e quero dizer que é o entendimento meu, modesto, e respeito a opinião de todos os demais oito Colegas que fazem parte da CPI.

Era esta, senhor Presidente, senhor Relator e senhores Deputados, a minha participação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Sopelsa, se a gente não cuidar com os ritos, as situações, ouvindo todo mundo, nós vamos fazer um processo de inquisição, que não é o nosso desejo. Ninguém quer inquisitar (*sic*) ninguém, nós queremos dar a oportunidade para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tiveram o nome envolvido, citado, cara estampada no jornal, de uma forma ou de outra indicados como partícipes desse processo, dar a oportunidade de se manifestarem aqui na CPI. Todos. A mocinha aqui teve o



nome dela, a doutora Adriana... Mariana, teve o nome dela citado, a fotografia dela citada, ela estava nos jornais, ela estava em tudo quanto é lugar, ela teve agora a oportunidade dela de vir aqui contar a história dela. Isso também tem que ser levado em consideração.

O processo que a gente pretende implementar aqui não é um processo de inquisição, é um processo de dar a oportunidade para todas as pessoas que tiveram o nome envolvido apresentar a sua versão. Esse é o meu desejo, Deputado Sopelsa.

Muito obrigado pela oportunidade e vossa excelência também tem razão no que fala, mas a gente vai fazer dentro da... dentro do tempo estabelecido vai-se fazer tudo o que tem que fazer, o que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...eu tenho absoluta certeza que neste exato momento quase sete milhões de pessoas estão torcendo pelo sucesso do nosso trabalho, tenha essa absoluta certeza, mas também tenho absoluta certeza que no mínimo umas trinta pessoas estão torcendo para o nosso insucesso, para o nosso fracasso, e pessoas que... como é... quem tem acesso ao processo e quem tem acompanhado o trabalho aqui de perto, né, o trabalho feito pelo Relator, pelos demais Deputados e pelos encaminhamentos de cada um... os encaminhamentos de cada um dos requerimentos, nós estamos trabalhando com pessoas que... não vou dizer boas naquilo que fazem, porque apresentaram falha no cometimento do erro, mas pessoas que... que conseguem, sim, alguma forma garimpar no meio do nosso trabalho, feito a várias mãos aqui, buscar erros, até porque isso é muito lucrativo, né, no mínimo R\$ 33 milhões, e vale a pena.

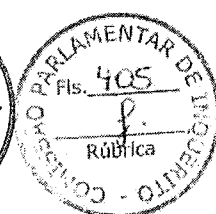
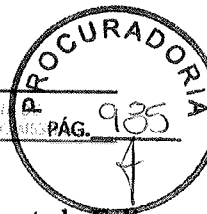
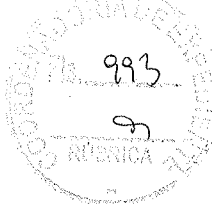
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Questão de ordem, Presidente.

Até para não desanimar o espírito dos Colegas, é o primeiro dia de uma sabatina, processo investigativo, ou seja, é achar uma agulha no palheiro. Nós temos um objetivo central, que é dar esse senso para a população de justiça, ou seja, é responsabilidade, é maracutaia que tem atrás dos panos? Então, acho que o processo está dentro daquilo... Acompanhando algumas CPIs, eu estudei muito nas últimas semanas, estudei todas, e esse é o processo, vai-se ouvindo todas as partes, todos os envolvidos, vai juntando. Para que sejamos justos, não seja um tribunal de inquisição, traga logo o fulano, ciclano, o Secretário esse ou b. Tem uma caminhada e eu acho que estão de parabéns, foram o quê, oito horas de trabalho aqui, com afinco e dedicação, com o objetivo central de chegar quem deliberou isso, quem foi, foi incompetência...

Então, eu parabeno todos, para que não desanime o espírito dos Colegas, que a gente continue firme. Eu acho que o trabalho, a gente está aqui se empenhando em fazer o melhor. Eu acho que se fosse fácil, qualquer jornalista investigativo já tinha resolvido, sanado, e a Justiça já estava aí prendendo gente, tanto é que o Ministério Público ainda não prendeu ninguém, por quê? Existe um processo criterioso, que é gradativo, sistemático. Então parabéns aos Colegas.

Eu fiquei muito satisfeito, não considero que não tenhamos tido avanços, acho que ouvimos as partes, respeitosamente, claro, ao Amin, que eu considero um colega, um amigo, igualmente a experiência, não é, do nosso querido amigo Sopelsa, mas eu manifesto aqui uma opinião um pouco contrária, eu acho que a gente avançou. Uma grande caminhada começa com o primeiro passo, são sessenta dias, então não vamos desanimar o nosso espírito e vamos firmes em busca da verdade e trabalhando com unidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes do encerramento, convoco uma próxima...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Felipe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Opa, Deputado Sopelsa, meu nobre amigo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Felipe, você pode ter certeza que eu quero é contribuir, não é para achar essa agulha no palheiro. Não posso te dizer que é bem maior do que uma agulha que está no palheiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Às vezes, é a minha pressa, sabe? Talvez seja a minha pressa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu estava fazendo suspense, mas o nosso... A Bíblia diz que com um ancião... não que ele seja um ancião, ele é jovial, esses cabelos brancos não nos enganam, mas está a sabedoria e com o jovem está a força, e eu tenho certeza que a sincronia disso, da experiência dos mais antigos, como o Cobalchini, conosco mais jovens, que chegamos, a gente vai chegar a um resultado que seja satisfatório à população catarinense.

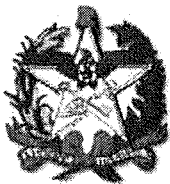
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Gostei do ancião, porque ele está bem veinho mesmo, né? Tá acabado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Gente, convocada a próxima...

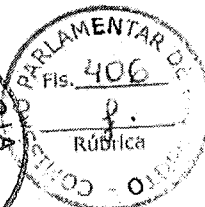
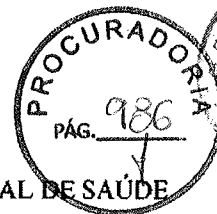
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...reunião para terça-feira, às 10h, e dou por encerrada... às 17h. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



PARECER JURÍDICO 0397/2020

Florianópolis, 16 de março de 2020.

Ementa: *Análise da Instrução Normativa para Aquisições e Contratações diante do Decreto Estadual n. 506/2020 que decretou situação de emergência em razão do nCovid-19. À SGA.*

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise de Instrução Normativa a fim de regulamentar as aquisições e contratações emergenciais por esta Secretaria, diante da decretação de emergência no Estado.

Eis em síntese o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Colhe-se que o Decreto Estadual n. 506/20 determinou a Dispensa de Licitação para aquisições e contratações dos insumos necessários ao abastecimento desta Pasta.

Primeiramente registra-se que os itens e serviços necessários necessitam de análise de amostra, o que por certo demanda um tempo em que o citado Decreto buscou evitar, a fim de garantir o abastecimento da SES.

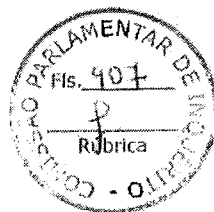
A intenção do Chefe do Executivo Estadual foi agilizar as aquisições, evitando os trâmites e prazos das aquisições ordinárias, por meio de procedimento licitatório, encurtando prazos, uma vez que a necessidade de insumos, diante da imperiosidade imprevista, bem como garantir à SES o devido abastecimento diante da escassez no mercado mundial, tornam adequada a medida. Cita-se por exemplo, a informação divulgada pela Organização Mundial de Saúde – OMS: *OMS alerta que a falta de equipamentos de proteção põe profissionais da saúde em risco Demanda por máscaras nas farmácias espanholas cresceu 200 vezes em relação ao ano passado*¹.

A cada mês, os profissionais sanitários de todo o mundo envolvidos no combate ao coronavírus estão usando 2,3 milhões de máscaras com filtro, 89 milhões das cirúrgicas, 30 milhões de batas, 1,6

¹Disponível em: <<https://brasil.eipais.com/ciencia/2020-03-05/oms-alerta-que-a-falta-de-equipamentos-de-protecao-poe-profissionais-da-saude-em-risco.html>> Acesso em 16 mar. 2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR

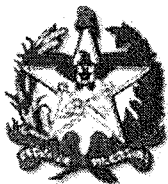


milhão de óculos protetores, 76 milhões de luvas e 2,9 milhões de litros de desinfetante de mãos. Mas não bastam. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que a escassez desses materiais de proteção os põe em risco e pediu um aumento de 40% na produção global para fazer frente à demanda.

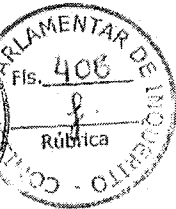
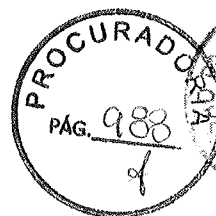
“Sem cadeias de suprimento seguras, o risco para os trabalhadores da saúde em todo mundo é real. A indústria e os Governos devem agir rapidamente para aumentar a oferta, aliviar as restrições à exportação e adotar medidas para deter a especulação e o acúmulo em estoques. Não podemos deter a Covid-19 sem proteger primeiro os trabalhadores da saúde”, disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Há países que já estão tomando medidas. O Governo alemão anunciou na quarta-feira que se encarregará do fornecimento dos trajes de proteção médica necessitados urgentemente, ordenando a suspensão das exportações desse produto para abastecer a rede sanitária local com o equipamento necessário ao combate contra o novo coronavírus. A França requisitou todos os estoques de máscaras do país para reservá-las a profissionais da saúde e pacientes infectados com o coronavírus.

Na Espanha, não estão previstas medidas desse tipo por enquanto, e a versão oficial é que há suficientes nos hospitais. Entretanto, muitos desses profissionais precisam guardá-las a chave, e fontes sanitárias afirmam que seu uso é vigiado com lupa. Num hospital psiquiátrico de Madri, são guardadas junto com os opioides. E os roubos se multiplicaram. No Hospital Clínico de Valladolid, 5.000 máscaras foram furtadas na semana passada. “Nos de Madri desapareceram muitas. Muitas estavam na porta dos quartos dos pacientes, e os familiares as levaram”, denuncia Julián Ordóñez, porta-voz de Saúde da central sindical UGT Madri.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



"Também sabemos que alguns trabalhadores levaram algumas para casa", observa.

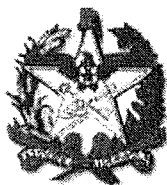
A demanda na rua disparou. Nas farmácias, cresceu cerca de 20.000% (200 vezes) com relação à mesma semana do ano passado. Diariamente são solicitadas 130.000, e a oferta só cobre cerca de 10% dessa demanda, segundo a Federação de Distribuidores Farmacêuticos. "Os fabricantes não dão conta", diz um porta-voz.

No Brasil não foram divulgadas medidas emergenciais sobre materiais utilizados no combate a doença. O Protocolo de Manejo Clínico para o Novo Coronavírus, divulgado pelo Ministério da Saúde, pede que a provisão de insumos (máscaras, sabonetes, preparação alcoólica, dentre outros) deve ser reforçada pelo serviço de saúde.

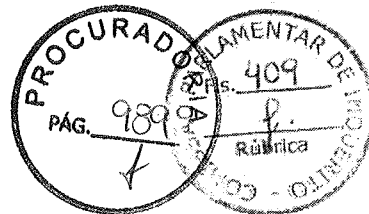
A boa notícia é que a população geral não precisa usar máscara. A OMS não recomenda seu uso generalizado. No Brasil, o Governo orienta que "usar máscaras quando não indicado pode gerar custos desnecessários e criar uma falsa sensação de segurança", o que pode levar a negligenciar outras medidas úteis como a higiene das mãos.

A má notícia é que as máscaras podem chegar a faltar onde realmente são necessárias, e que os preços dispararam. Numa rede de hospitais conveniados com o Governo espanhol, os gestores tentam coordenar a compra para que lhes saia mais barato, porque, segundo uma fonte do setor, as máscaras de segurança para o pessoal (as FFP2), que antes custavam cerca de um euro, passaram a custar oito (de 5,12 para 40,95 reais).

"E se você entra no Wallapop [aplicativo de vendas de segunda mão espanhol], as encontra a preços exagerados", diz o porta-voz da União Geral dos Trabalhadores da Espanha (UGT). Assim é. Uma simples busca com as palavras "máscaras coronavírus" leva a produtos na faixa dos 25 a 150 euros. Um preço muito acima do mercado. Até poucos



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



dias atrás, a maioria poderia ser encontrada por meio euro. Na Amazon, a venda também se multiplicou. A mais vendida, um pacote de duas unidades da marca 3M, está "temporariamente fora de estoque", e o envio dos demais modelos leva até três semanas, dada a alta demanda.

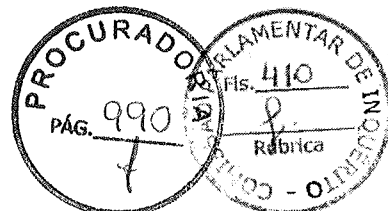
"Isto é uma loucura. Não tínhamos vivido uma coisa igual", conta por telefone Vladimir Peñafiel, diretor de operações da Rubix, principal companhia espanhola de fornecimento industrial. "Entre janeiro e fevereiro vendemos seis milhões de máscaras, o que vendemos em seis meses. Com outras pandemias, como a gripe A e a SARS, não havia essa necessidade". Diz que recebe telefonemas inclusive de particulares querendo comprar diretamente. "Temos 45 filiais na Espanha e é um fluxo constante de telefonemas de cidadãos pedindo máscaras." O problema, conta, é que isso leva ao desabastecimento para os demais setores, como a automobilístico. "Não podemos privá-los delas. Não se podem parar as linhas de distribuição de uma fábrica. Temos isso por contrato."

"Se continuar a este ritmo", arrisca Peñafiel, "o Governo terá que fazer o mesmo que a França". E cita como exemplo o que lhe contaram uns colegas italianos há uma semana durante uma convenção. "Disseram-nos que os carabinieri [policiais] entraram na sua fábrica e requisitaram a metade das máscaras que tinham, por ordem do Estado."

"Nossa capacidade está superada", contava há apenas cinco dias a diretora comercial da Productos Favesam, principal distribuidor de máscaras sanitárias a hospitais, farmácias e particulares, ao grupo Vocento. A empresa, com sede em Portillo (70 quilômetro a sudoeste de Madri), teve que ampliar seu pessoal. "Passamos de importar máscaras da China a ter que vender aos chineses. Antes vendíamos 100.000 máscaras em seis meses, e agora atendemos pedidos para vender 300.000 em dois minutos".



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



Em razão disto, os valores e escassez dos materiais necessitam que a Administração Pública garanta seu abastecimento, o que impede em procedimentos de aquisição muito alongados, onde o *lapso temporal* incorrerá em perda da proposta diante das necessidades do mundo.

Veja-se que a necessidade da SES necessita de amostra visando verificar se o material proposto encontra-se dentro das especificações técnicas desta Secretaria. É sabido que um procedimento licitatório na SES poder durar 120 dias ou mais e que, a análise da amostra é responsável por quase 2/3 deste prazo.

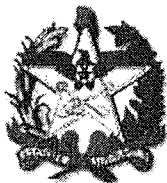
Neste sentido, a minuta de Instrução Normativa em dar prerrogativa de aquisição para os insumos já aprovados é de grande valia e vai ao encontro do desejo do Decreto Estadual publicado.

Também ante a variação de preços de mercado que com certeza ocorrerá, em períodos curtos ante o princípio da oferta e demanda, é importante a previsão de atualização dos preços de forma semanal.

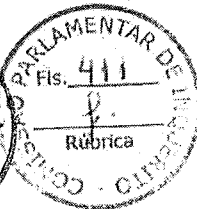
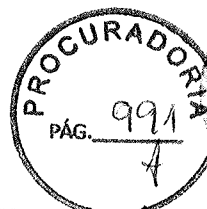
Com equipes reduzidas na SES, particularmente DPGC e DLIC, onde por certo o setor de Compra Direta e Dispensas de Licitação sofrerão sobrecarga, acredita-se ser importante a previsão de deixar ao encargo do proponente o envio de proposta a fim de atualizar seus preços, facilitando a rotina das áreas citadas, permitindo a contratação de forma célere.

A publicidade por e-mail e portal de compras, bem como a comunicação aos órgãos e instituições de fiscalização e controle atende às exigências da publicidade e moralidade administrativa.

Quanto ao objeto não abordado na instrução normativa, sobre a possibilidade de realização de pagamento antecipado, recomenda-se ao gestor consulta ao TCE e MPSC sobre a possibilidade diante do risco que envolve a contratação. Contudo, ante as necessidades já aqui informadas, poderia ser um atrativo aos fornecedores garantir preferência à SES de seus estoques diante da possibilidade de um prazo de recebimento imediato, considerando que esta pasta sofreu recentemente com o descrédito de fornecedores diante da sua inadimplência que alcançou quase 1 bilhão de reais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



Sabe-se que o Chefe do Poder Executivo Federal vetou o §1º do art. 55, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos que previa o pagamento antecipado, contudo a mesma Lei ainda menciona:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

XIV - condições de pagamento, prevendo:

[...]

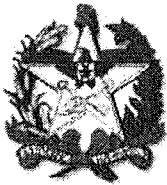
d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais **antecipações de pagamentos;**

Registra-se que há vedação contida no art. 62 da Lei nº 4.320/94 para esta modalidade de pagamento, onde essa norma determina que o pagamento somente será efetuado após a sua regular liquidação. Outro caso é o art. 65, inc. II, c, da Lei de Licitações, que proibiria a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

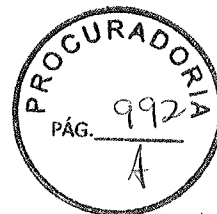
O TCU já posicionou-se sobre a possibilidade de a Administração, de forma excepcionalíssima, realizar pagamentos antes da efetiva execução do objeto contratado. (p. ex. Acórdãos 134/95; 59/99, Plenário e outros:

O pagamento antecipado não é vedado pelo ordenamento jurídico, contudo, é admitido apenas em situações excepcionais. A possibilidade de pagamento adiantado deve ser condicionada à existência de interesse público devidamente demonstrado, previsão no edital e exigência de garantias. (Acórdão 3614/2013 – Plenário)

A antecipação de pagamento somente deve ser admitida em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo interesse público e observadas as devidas cautelas e garantias. (Acórdão 1565/15 – Plenário)



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



Em 2016, por meio do Acórdão 4143/2016 – 1ª Câmara, enumera os requisitos a serem atendidos para a realização de pagamentos antecipados: previsão no ato convocatório; existência, no processo licitatório, de estudo fundamentado comprovando a real necessidade e economicidade da medida; e estabelecimento de garantias específicas e suficientes, que resguardecam a Administração dos riscos inerentes à operação.

As medidas de garantia devem ser: a inserção de dispositivo no instrumento convocatório ou no contrato que obrigue o contratado a devolver o valor antecipado atualizado caso não executado o objeto, sem prejuízo de multa e demais sanções previstas em lei; bem como as mencionadas no art. 56 da Lei n. 8.666/93:

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

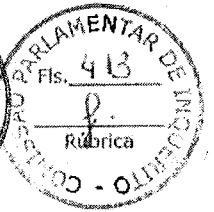
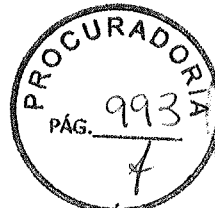
II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Ressalta-se ainda sobre a existência de julgados que consideram pagamento antecipado a permissão para que produtos adquiridos e pagos fiquem em poder do fornecedor, mesmo na hipótese de existir contrato adicional para o recebimento posterior pela Administração (Acórdãos 5161/14 – 2ª Câmara e 358/15 – Plenário). Isto seria de grande valia ante a limitação da SES de receber um grande volume de insumos para seu Centro de Distribuição.

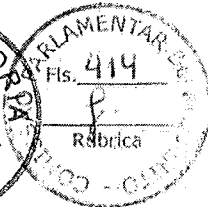
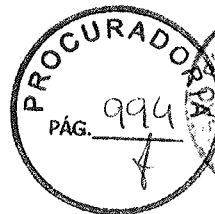
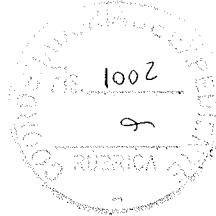
Outro aspecto importante a ser definido é em relação a liberação da garantia ao fornecedor quando da execução contratual. Por certo a liberação da garantia também deve ser preocupação do fornecedor e o quanto antes houver a respectiva liberação, torna-se mais interessante e atraente a participação do fornecedor nos editais da SES. De pouco adianta receber o pagamento antecipado se a devolução da garantia restará inviabilizada ao ponto de o impossibilitar de participar de futuro procedimento. Neste sentido, importante verificar junto à áreas de recebimento dos bens e setores financeiros da SES sobre possível impacto da demanda e prazos de resposta, caso seja adotado o pagamento antecipado.

III – CONCLUSÃO

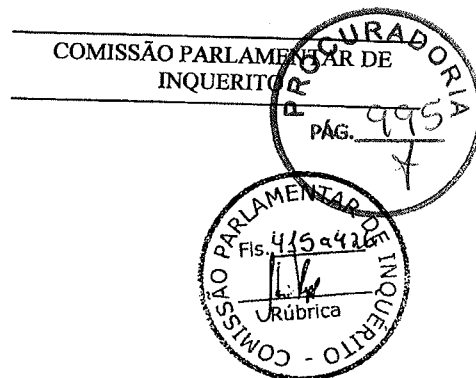
Ante o exposto, manifesta-se esta assessoria pela legalidade da minuta de Instrução Normativa, bem como recomenda que o sr. Secretário de Estado da Saúde submete à apreciação da PGE/SC, do TCE/SC e MPSC sobre a possibilidade de adoção do pagamento antecipado nesta Pasta.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA
SES/ASJUR



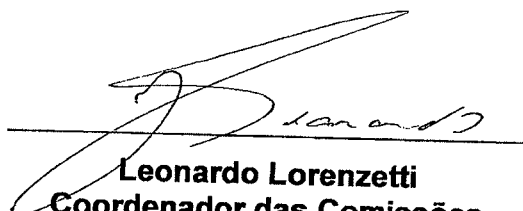
[assinado digitalmente]
Carlos Roberto Costa Junior
Assessor Jurídico
OAB/SC 23.314



INFORMAÇÃO

Informo que o presente processo foi numerado erroneamente a partir da página 414 do Volume II, iniciando o Volume III na pagina 427.

Florianópolis, 7 de agosto de 2020


Leonardo Lorenzetti
Coordenador das Comissões
Matrícula: 4520

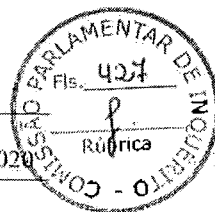
Leonardo Lorenzetti
Coordenador das Comissões
Matrícula 4520



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

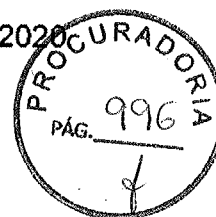


COMISSÃO ESPECIAL
Decreto Legislativo nº 18.332/2020



OFÍCIO Nº 009/2020

Florianópolis, 20 de maio de 2020



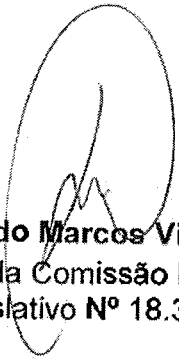
A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO SARGENTO LIMA
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

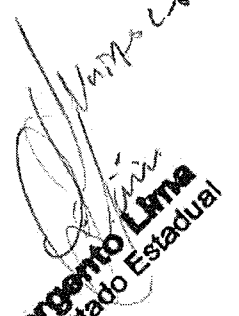
Assunto: requerimento para afastamento do Sr. André Motta Ribeiro.

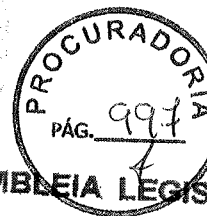
Senhor Deputado

Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Especial constituída pelo Ato da Mesa nº 008-DL, de 2020, em conformidade com o art. 2º do Decreto Legislativo Nº 18.332, de 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública em Santa Catarina, encaminho cópia do RQS/0547.9/2020 que requer o imediato afastamento do Sr. André Motta Ribeiro das suas atribuições, cargo e função pública e documentação comprobatória.

Atenciosamente,


Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão Especial
Decreto Legislativo Nº 18.332/2020.

Deputado Marcos Vieira

Sargento Lima
Deputado Estadual



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

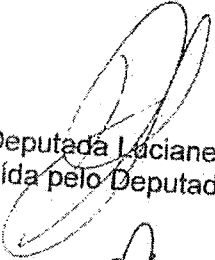
REQUERIMENTO RQS/0547.9/2020

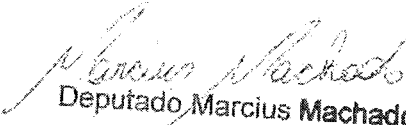
cópia

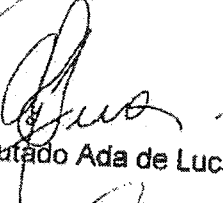
Esta Comissão Especial, com amparo no art. 47, §2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato da Presidência nº 008-DL, de 8 de abril de 2020, que constituiu Comissão Especial, **REQUER** ao Governador do Estado o imediato afastamento do Sr. André Motta Ribeiro das suas respectivas atribuições, cargo e funções públicas, em função do grau de participação nas ilicitudes deflagradas no processo 5010352 88 2020 8 24 0000 TJSC, referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI - CNPJ 02.482.618/0001-60, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).

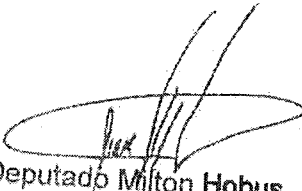
Sala das Sessões,

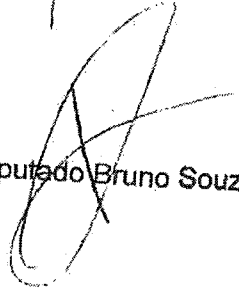

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão Especial
Decreto Legislativo Nº 18.332/2020

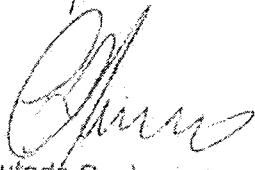

Deputada Luciane Carminatti
Substituída pelo Deputado Fabiano da Luz


Deputado Marcio Machado


Deputado Ada de Luca


Deputado Milton Hobus


Deputado Bruno Souza


Deputado Sargento Lima


Deputado Volnei Weber

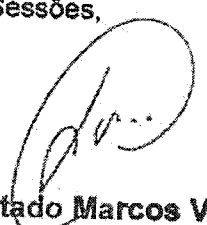


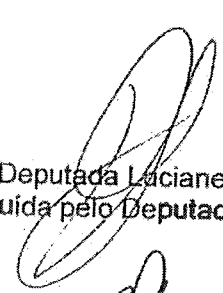
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

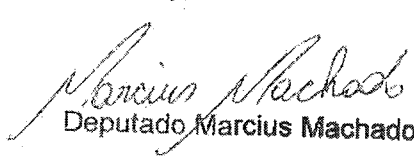
REQUERIMENTO

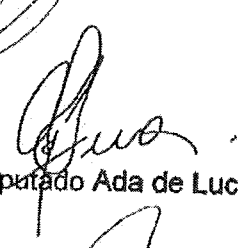
Esta Comissão Especial, com amparo no art. 47, §2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato da Presidência nº 008-DL, de 8 de abril de 2020, que constituiu Comissão Especial, **REQUER** ao Governador do Estado o imediato afastamento do Sr. André Motta Ribeiro das suas respectivas atribuições, cargo e funções públicas, em função do grau de participação nas ilicitudes deflagradas no processo 5010352 88 2020 8 24 0000 TJSC, referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI – CNPJ 02.482.618/0001-60, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).

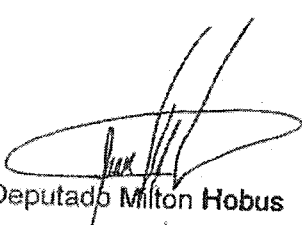
Sala das Sessões,

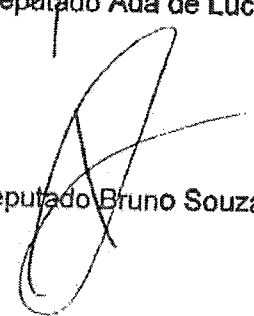

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão Especial
Decreto Legislativo Nº 18.332/2020

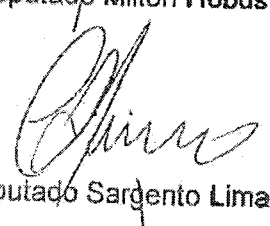

Deputada Luciane Carminatti
Substituída pelo Deputado Fabiano da Luz

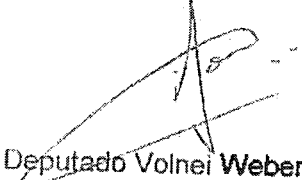

Deputado Marcius Machado

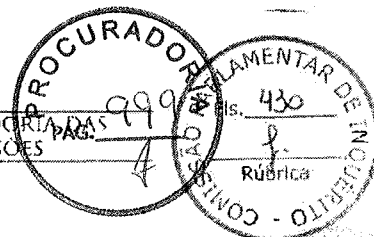

Deputado Ada de Luca


Deputado Milton Hobus


Deputado Bruno Souza


Deputado Sargento Lima


Deputado Volnei Weber



FOLHA DE VOTAÇÃO VIRTUAL

A COMISSÃO ESPECIAL, CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0008-DL, DE 8 DE ABRIL DE 2020, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS À EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA RELACIONADA AO CORONAVÍRUS, nos termos dos artigos 136 e 178 - IX do Regimento Interno,

☒ aprovou ☐ rejeitou, por ☒ unanimidade ☐ maioria, o requerimento do(a)

Senhor(a) Deputado(a) Milton Hobus, que requer o afastamento imediato do secretário de Estado da saúde

Parlamentar	Abstenção	Favorável	Contrário
Dep. Marcos Vieira	☐	☒	☐
Dep. Ada de Luca	☐	☒	☐
Dep. Bruno Souza	☐	☒	☐
Dep. José Milton Scheffer	☐	☐	☐
Dep. Luciane Carminatti	☐	☒	☐
Dep. Marcius Machado	☐	☒	☐
Dep. Milton Hobus	☐	☒	☐
Dep. Sargento Lima	☐	☒	☐
Dep. Volnei Weber	☐	☒	☐

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Observação: transformado em requerimento da comissão.

Reunião virtual ocorrida em 20/05/2020.

Coordenadoria das Comissões

Leonardo Lorenzetti
Coordenador das Comissões
Matrícula 4520

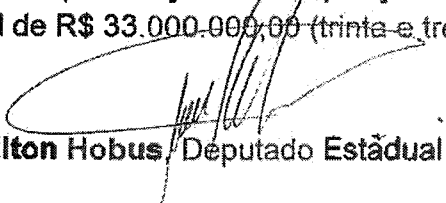


**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**



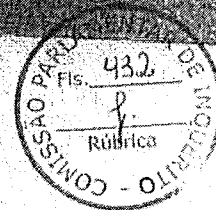
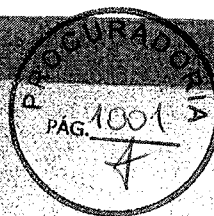
REQUERIMENTO

O Deputado que subscreve, com amparo no art. 47, §2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato da Presidência nº 008-DL, de 8 de abril de 2020, que constituiu Comissão Especial, **REQUER** ao Governador do Estado o imediato afastamento do Sr André Motta Ribeiro, das suas respectivas atribuições, cargo e funções públicas, em função do grau de participação nas ilicitudes deflagradas no processo 5010352 88 2020 8 24 0000 TJSC, referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, realizada pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da empresa VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI - CNPJ 02.482.618/0001-60, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais).


Milton Hobus, Deputado Estadual



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE



1009
97
RUBRICA

COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº 950/2020

DATA
26/03/2020

DE: Superintendência de Gestão Administrativa
Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais

PARA:

DLIC

ASSUNTO:

Requerimento Administrativo para Aquisição Emergencial de Ventilador pulmonar

Considerando as medidas necessárias para enfrentamento da Pandemia de Coronavírus, no sentido de equiparmos as Unidades Hospitalares para pleno atendimento à população, bem como situação de Emergência declarada conforme Decreto nº 515, de 17 de março de 2020.

Solicitamos aquisição emergencial de ventilador pulmonar da empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI EPP

Segue as requisições: CCD nº 008/2020.

Alecosynthetix

Assunto di ordine

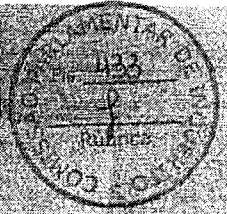
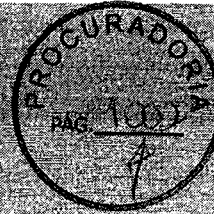
Marcelo Regina Geronimo Paulo
Supervisor de Gestão Administrativa

CONFIDENTIAL - SECURITY

1997-1998



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



COMUNICAÇÃO INTERNA

João
29

DE	Nº
Superintendência de Gestão Administrativa Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais	950/2020
PARA	DATA
DLIC	26/03/2020
ASSUNTO	
Requerimento Administrativo para Aquisição Emergencial de Ventilador pulmonar	

Considerando as medidas necessárias para enfrentamento da Pandemia de Coronavírus, no sentido de equipararmos as Unidades Hospitalares para pleno atendimento a população, bem como situações de Emergência declarada conforme Decreto nº 515, de 17 de março de 2020;

Solicitamos aquisição emergencial de ventilador pulmonar da empresa BRAZILIAN TRADING IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA;

Segue as requisições nº CO nº 1008/2020

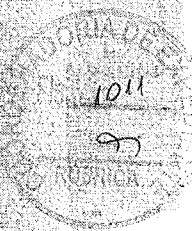
Atenciosamente,

[Assinatura digitalizada]
Márcio Sérgio Guimarães da
Superintendência de Gestão Administrativa

[Assinatura digitalizada]
André Luiz Ribeiro
Secretário Adjunto de Estado da Saúde

26/03/2020

3427001



Brazilian
INTERNATIONAL BUSINESS

PROPOSTA DE VENDA DE RESPIRADORES MECÂNICOS.

A/sa
Márcia Regina Ceremias Pauli
Fundação Estadual de Saúde
Atte. Sr. Rafael W. Scatena
Brazilian International Business

Prezado CLIENTE,

Em atenção a solicitação de V.S.A.S., estamos enviando esta Proposta Comercial de Venda de Produtos, que tem por objetivo apresentar a melhor solução para atendimento das necessidades dessa organização.

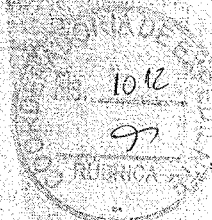
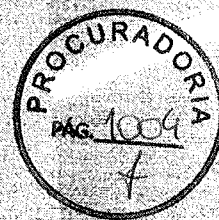
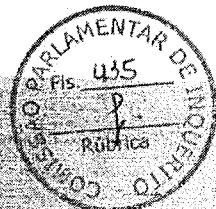
Nossa proposta apresenta as informações referentes aos produtos negociados com a definição do escopo, prazo e custo.

A Brazilian International Business tem atuado operando em diversos projetos de implantação de soluções para Comércio Exterior e demais segmentos. Estas experiências estão concentradas em nossas Metodologias de Implementação e Execução de projetos, garantindo o sucesso dos Projetos.

Esperamos que o conteúdo da presente apresente as expectativas de V.S.A.S. de forma clara e objetiva.

Atenciosamente,

Rafael W. Scatena
CEO
Brazilian International Business



Brazilian

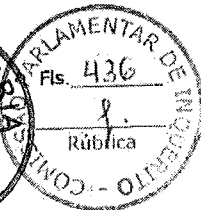
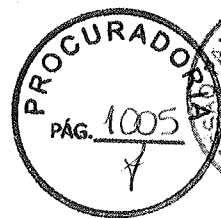
International Business

Conectando você ao mundo

Connecting you to the world

Paraná, 25 de Março de 2020

BRAZILIAN TRADING IMPORTATION CENTER - IMPORTADORA LTDA - 21.301.763/0001-17
Rua General 241, Sala 201 - Jd. Glória - 13221-137 - Jd. Glória - SP - Fone: 41.112.1000 - www.brazilian5.com



**INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AQUISIÇÃO E
EXPOSIÇÃO DA AEONMED E EXONMED SOBRE A AQUISIÇÃO
DOS RESPIRADORES PELO ESTADO DE SANTA CATARINA,
ATRAVÉS DA EMPRESA VEIGAMED**



Governo do Estado de Santa Catarina
Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e
TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo SES 00037070/2020

Dados da Autuação

Autuado em: 26/03/2020 às 10:17

Setor origem: SES/DPGC/NAMAT - Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais

Setor de competência: SES/DPGC/NAMAT - Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais

Interessado: FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

Classe: AQUISICAO

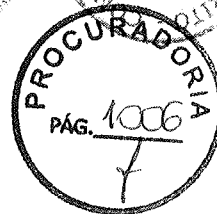
Assunto: AQUISICAO

Detalhamento: Aquisição emergencial de 200 ventiladores pulmonares - COVID-19

SÃO CARLOS, 15 DE MAIO DE 2020



Governo do Estado de Santa Catarina
Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e
TERMO DE AUTUAÇÃO



Processo SES 00037070/2020

Dados da Autuação

Autuado em: 28/03/2020 às 10:17
Setor origem: SES/DPGC/NAMAT - Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais
Setor de competência: SES/DPGC/NAMAT - Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais
Interessado: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
Classe: AQUISIÇÃO
Assunto: AQUISIÇÃO
Detalhamento: Aquisição emergencial de 200 ventiladores pulmonares - COVID-19

PAGINA 19 – PROCESSO DE COMPRA DO ESTADO DE SC



CIMA[®]
Industries Inc.
Medical Division

1. DESCRIPCIÓN GENERAL

Ventilador de UCI (unidad de cuidados intensivos) control pantalla táctil

MARCA DE CORTE DA FOTO
PROVANDO MONTAGEM

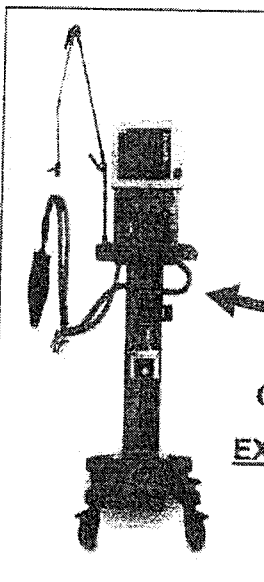
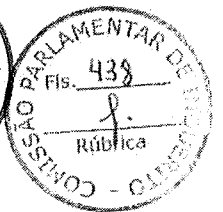


FOTO DO VG 70-AEONMED
CONFORME FOTO ABAIXO NO SITE
OFICIAL DA AEONMED E NO SITE DA
EXXOMED EXCLUSIVA E DETENTORA DO
REGISTRO NA ANVISA DESTE
EQUIPAMENTO

Superior Mobile ICU ventilator

CÓPIA IMAGEM SITE AEONMED

http://www.aeonmed.com/en/product4_d.html?id=470

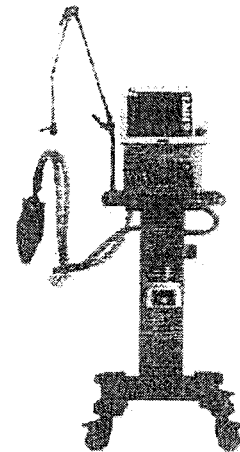


15/05/2020

VG70

FOTO SITE AEONMED

- State-of-the-Art turbine technology
- Ultra-quiet turbine technology
- Lifetime over 30,000 hours
- An optimal combination of Invasive & Non-Invasive ventilation
- Advance ventilation modes including BIVENT & PRVC
- 12" TFT detachable touch color screen, user-friendly layout



VG70

exxomed
together we are stronger

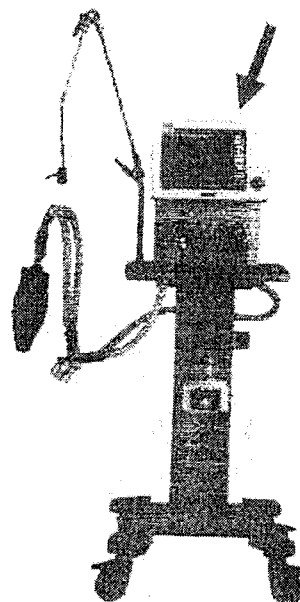
você está aqui: Home / / vg70

Ventilador VG70

O Ventilador VG70 tem o objetivo de fornecer tratamento por ventilação contínua a pacientes e de monitorar pacientes com insuficiência respiratória, problemas de respiração ou que necessitam de suporte respiratório em ambientes hospitalares e outros tipos de instalações de saúde competitivas (incluindo UTI) para cuidados críticos, na Ala respiratória ou na Ala de emergências) para salvamento e terapia do paciente com insuficiência respiratória, e em outras alas para fornecer suporte respiratório ao paciente. Pode ser utilizado para o transporte intra-hospitalar se o fornecimento de gases e energia for adequado.

É aplicável a pacientes com peso de pelo menos 3 kg e que necessitam dos seguintes tipos de suporte ventilatório: Ventilação com pressão positiva, administrada invasivamente (por ET ou tubo de traqueotomia) ou não invasiva (por máscara) via Assistência/Controle, SIMV, CPAP e outros modos de ventilação.

FOTO SITE EXXOMED



REGISTRO ANVISA VIGENTE

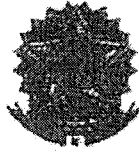
REGISTRO N° B074323005Z
ANVISA (VIGENTE)

DETENTOR Exxomed

REGISTRO/IMPORTADOR Equipamentos Ltda

NOME VENTILADOR

CÓPIA REGISTRO ANVISA – VG70 - EXXOMED



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

CERTIDÃO PARA GOVERNO ESTRANGEIRO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vinculada ao Ministério da Saúde, CERTIFICA que o produto abaixo indicado, é fabricado de acordo com as leis vigentes no Brasil, com a sua venda autorizada em todo o Território Brasileiro.

Esta CERTIDÃO está sendo concedida específica e exclusivamente para EXPORTAÇÃO com as suas características a seguir discriminadas, não sendo válida a sua utilização para outros fins que não os aqui previstos.

RAZAO SOCIAL: Exxomed Equipamentos Ltda-EPP

CNPJ: 09.135.326/0001-09

ENDEREÇO: Rua Geminiano Costa, 2063 - Jardim Brasil - SÃO CARLOS - SP CEP: 13569-310

	Ventilador Pressao e Volume
	Ventilador
	III - ALTO RISCO
	BEIJING AEGOMED CO., LTD. - CHINA, REPUBLICA POPULAR - Fabricante Legal
	80743230062
	27/03/2020
	27/03/2030

MODELO COMERCIAL:
VG 70

NUMERO DO REGISTRO
VÁLIDADE 27-03-2030

MODELO VG-70

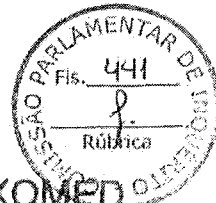
Documento emitido eletronicamente às: 09:42:53 do dia 27/03/2020 (Hora e data de Brasília - DF)

Código de controle do comprovante: 1732.13FF.256B.1F98.634F.0556.B68C.00F9.F6E8.66DA

Conforme §2º, Art. 6º, RDC nº 27 de 15 de maio de 2013, qualquer alteração ou inclusão pós-registro ou pós-cadastro devida que altere as informações do documento emitido, torná-lo-á inválido.

Verifique a autenticidade deste documento no endereço: <http://www.anvisa.gov.br/validacertidaoogtps>

CÓPIA CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE AEONMED - EXXOMED



AEONMED

Exclusive Distribution and Master Partnership Agreement

This Exclusive Distribution and Master Partner Agreement, dated on (hereinafter referred to as "Agreement"), is between **BEIJING AEONMED CO., LTD.** with its business address of No. 4 Hanglefeng Road, Fengtai Science Park, Fengtai District, Beijing, China 100070 (hereinafter referred to as "Aeonmed"), and **Exxomed Equipamentos Ltda-EPP**, whose business address is Rua Geminiano Costa, 2063, Jardim Brasil CEP 13506-100, São Carlos, São Paulo state, Brazil, CNPJ: 09.135.326/0001-09, (hereinafter referred to as "Exxomed")

COMPROVAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE NO BRASIL - CONTRATO EM ANEXO

ASSINATURA COMPROVANDO A FORMALIZAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE NO BRASIL

AEONMED

UNDERSTOOD AND AGREED:

BEIJING AEONMED CO., LTD.

EXXOMED EQUIPAMENTOS LTDA-EPP

By: He Qiang

Title: Vice General Manager

Signature:

Stamp:

Date:

BEIJING AEONMED CO., LTD.

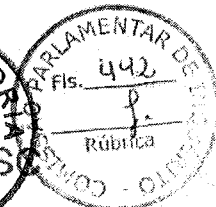
By: Onofre Joaquim Rodrigues Neto

Title: CEO

Signature:

Stamp:

Date:



6. PROPOSTA COMERCIAL

QUOTATION – BT 00162/2020

Cliente: Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina.

Modalidade: Venda Direta.

Equipamento: Respirador medical C35 conforme descritivo em anexo.

Quantidade: 200 Unidades.

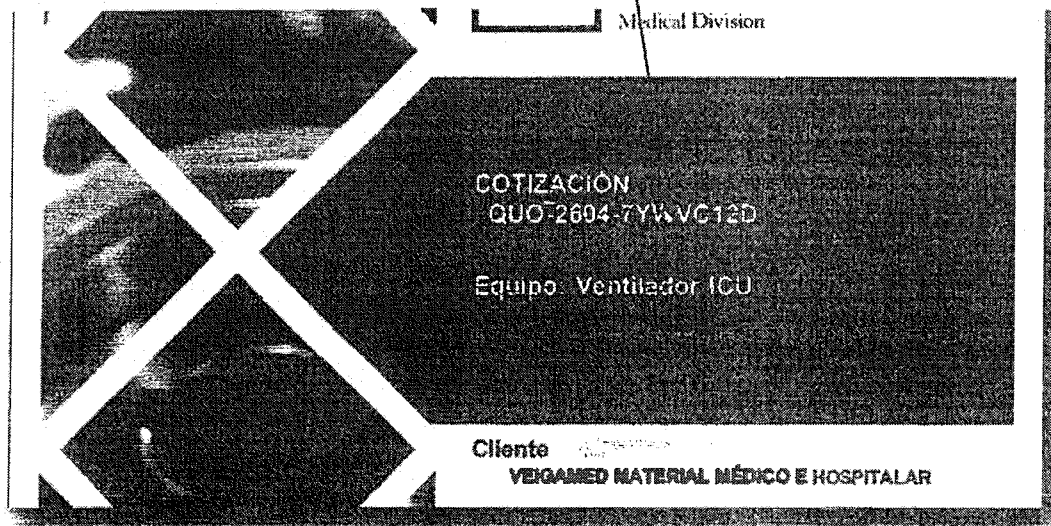
Lead Time: 35 dias corridos.

Valores:

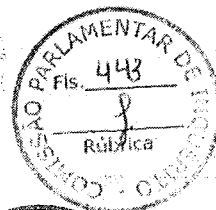
Valor Unitário sem Impostos: R\$ 165.000,00
(Cento e Sessenta e Cinco mil Reais)

PAGINA 17 – PROCESSO DE COMPRA DO ESTADO DE SC

A PROPOSTA(PAG14) CITA O MODELO MEDICAL C35 CONFORME ANEXO, ABAIXO NO PROCESSO NA (PAG17) O MODELO JÁ É CHAMADO DE VENTILADOR ICU; NA PAGINA 19, O APARELHO É CHAMADO DE UCI, SENDO QUE A IMAGEM COMPROVADA ASSIMA, É DO MODELO VG-70, FABRICADOS PELA AEONMED NA CHINA, QUE TEM UM CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE DA SUA VENDA NO BRASIL COM A EMPRESA, EXXOMED, QUE TAMBÉM É A DETENTORA DO REGISTO NA ANVISA, CONFORME CÓPIAS EM ANEXO, IMPEDINDO QUALQUER EMPRESA NO BRASIL A IMPORTAR SEM O SEU CONHECIMENTO, INCLUSIVE NA CARTA ABAIXO, NO DIA 02-04-2020, ONOFRE JOAQUIM RODRIGES NETO, COMUNICA O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SAÚDE ANDRE MOTTA, DO CONHECIMENTO DA EMPRESA VEIGAMED E DE QUE NÃO EXISTIA NA FÁBRICA NENHUM PEDIDO ENDEREÇADO A ESTÁ EMPRESA.



CARTA EXXOMED SECRETARIO ADJUNTO ESTADO



Florianópolis, 02 de Abril de 2020.

Ao

Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Dr. André Motta.

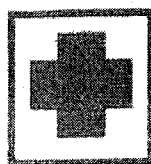
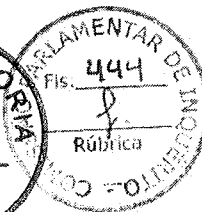
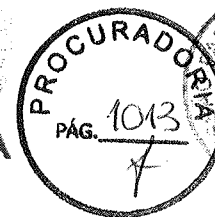
Venho através desta relatar que no dia 02/04/2020 recebi um ligação telefônica de uma empresa do Rio de Janeiro de nome Veigamed em nome de Cláudio que na condição de sócio solicitou a documentação para importação dos materiais que havia vendido para secretaria de saúde de Santa Catarina, sendo que o equipamento vendido foi o "Shangriá 510 S" pelo valor de US 31.000,00 unitário, e já estava empenhando conforme anexos. Venho informar esta empresa não tem autorização para esta compra na fábrica e nem autorização para venda e comercialização emitida pela Exxomed detentora do Registro com exclusividade de emissão de quaisquer documento em nome da Exxomed Beijing Co. no Brasil.

Que não reconheço a operação e a fábrica também não reconhece, sendo que estamos a mais de 20 dias tratando de vendas através de representante local Ortomedical, inclusive com preços mais baixos.

Informo também que a Ortomedical tem um pedido de 200 ventiladores, sendo 100 unidades de V6 70 e 100 unidades de Shangriá 510S para entregas dentro do mês de abril de 2020.

Também solicito através desta que seja encaminhada a polícia federal um pedido em caráter excepcional que seja emitido um passaporte do tipo C para eu Onofre Joaquim Rodrigues Neto conforme carta já encaminhada no dia 02/04/2020 com todas as explicações devida e uma carta do Presidente do Senado Federal pedindo ao Presidente da empresa Exxomed a agilidade na entrega do produtos para que possa acompanhar a fabricação bem como embarque de todos os equipamentos vendidos a Santa Catarina e ao Brasil.

Onofre Joaquim Rodrigues Neto



CIMA®
Industries Inc.
Medical Division

ESPECIFICAÇÃO DO VG 70-

AEONMED

CONFORME SITE CHINÊS

- Data export port provides connection to hospital monitors and Patient Data Management Systems
- Provides pressure support for the patient when spontaneous breathing is present

Technical Specifications

Table 2: Specifications			
	VG(A/C)	PG(A/C)	PRVC SIMV(VCV)+PSV SIMV(PCV)+PSV BIVENT+PSV
		PG(A/C) SIMV(PRVC)+PSV NIV/CPAP	PRVC SPONT/CPAP+PSV NIV-T NIV-S/T
• Tidal Volume:	20-2000 ml		
• Respiration Rate:	1-80 bpm		
• T _{exp} :	0.2-8 s		
• T _{exp} :	0-2 s		
• T _{exp} :	0-4 s		
• I:E Ratio:	1:10-4:1		
• FIO ₂ :	21%-100%		
• Trigger Sensitivity:	Pressure (-20-0 cmH ₂ O, above PEEP) Flow (0.6-20 LPM)		
• PEEP:	0-35 cmH ₂ O		
• P _{supp} :	0-70 cmH ₂ O		
• P _{insp} :	5-70 cmH ₂ O		
	Apnea Ventilation	Smart Suction	Manual Breath
	Insp/Exp Hold	ETCO ₂ Measurement	
	Nebulization	Waveform Freeze	
• Pressure Value:	P _{peak} , P _{plat} , P _{mean} , P _{min} , PEEP		
• Volume / Flow Value:	V _T , V _E , MV, MV _{avg}		
• Time Value:	Total, Report, I:E		
• Real Time Curves:	Pressure-Time, Flow-Time, Volume-Time waveforms Pressure-Volume, Volume-Flow, Flow-Pressure loops		
• Gas Monitoring:	FIO ₂ , ETCO ₂		
• Calculated Values:	Compliance(C) Resistance(R) MV _{avg} R _{SI} WOB PEEP _i		
	Paw high / low	MV _{avg} high / low	Circuit disconnect
	FIO ₂ high / low	Inspiration / Expiration total volume low	
	High Respiration Rate	Apnea	AC Failure
	Low Battery	Alr / O ₂ supply down	Nebulizer On
	Leakage out of range	Occlusion	High / Low PEEP
• Screen:	12" TFT color touch screen (detachable)		
• Supply Gas:	O ₂ 0.28-0.6 MPa		
• Power Supply:	AC100-240 V, 50 Hz/60 Hz		
• Communication Interface:	RS-232 Port, Nurse call Port, Ethernet Port		
• Dimension (WxDxH):	322 mm x 375 mm x 385 mm (Main Unit) 547 mm x 675 mm x 950 mm (Cart)		
• Weight:	12.6 kg (Main Unit) 25 kg (Cart)		

Fls. 445
Rôbaça

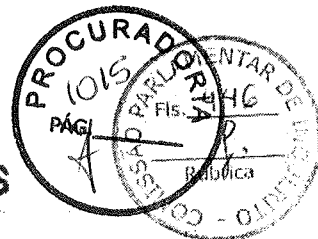
MEDICAL ICU
 PROCURADORIA
 PÁG. 1014
 F

18/08/2022 Verificador da qualidade de resposta do UFI do Hospital Amorim Velloso - Verificador da qualidade de resposta do UFI do hospital

[illegible]

IDÊNTICO AO ↑
DA PROPOSTA

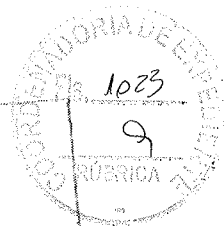
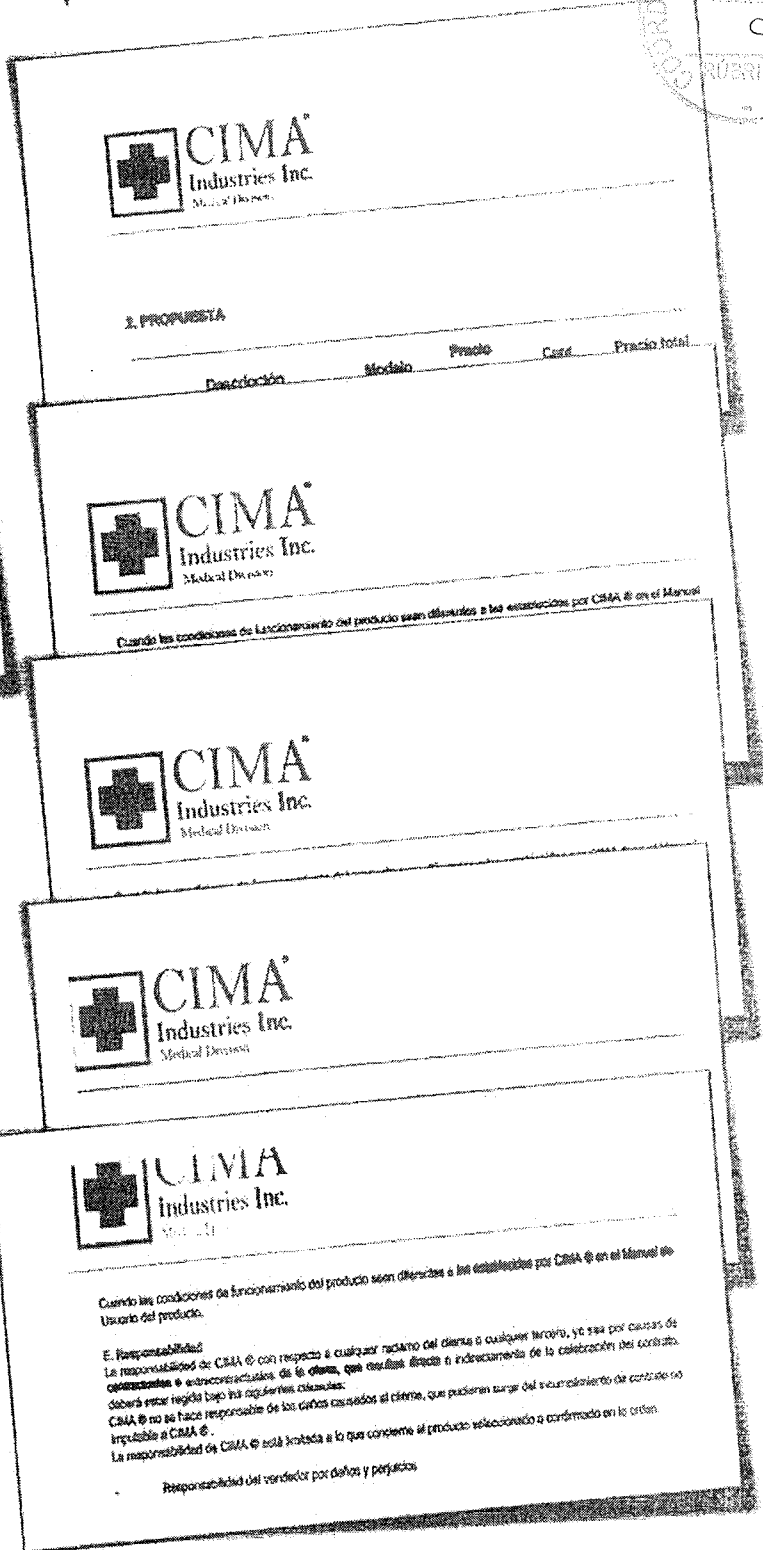
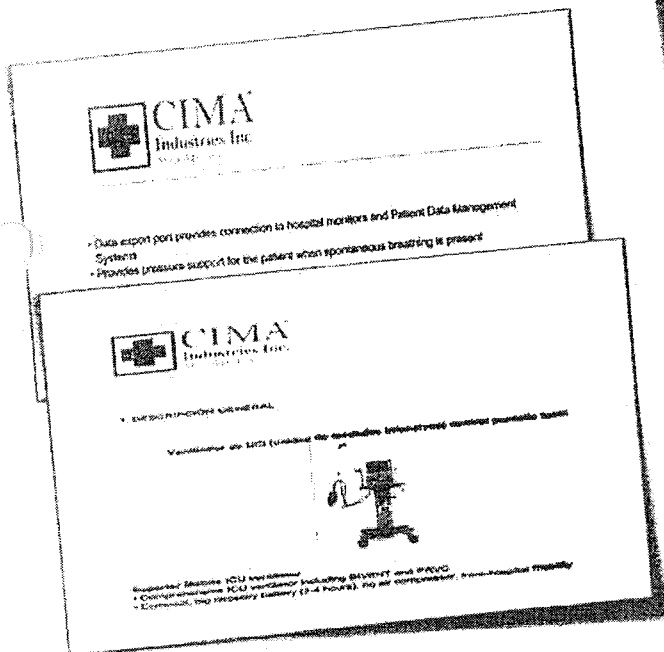
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA SITE CHINÊS



A PROPOSTA INICIA COM O NOME MEDICAL C35, LOGO ABAIXO É DESCRITO PELA CIMA INDUSTRIES INC, COMO ICU, E POSTERIORMENTE É CHAMADO DE UCI, ALÉM DA PROPOSTA COMEÇAR EM INGLÊS E TERMINAR EM ESPANHOL.

DESCRITIVO EM INGLÊS

DESCRITIVO EM ESPANHOL



SITE CIMA – EMPRESA PANAMÁ

<https://cima-medical.com/product/icuaeventilator-high-luminance-lcd-screen/>

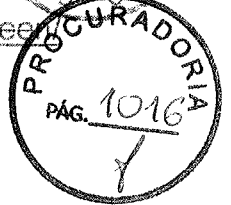
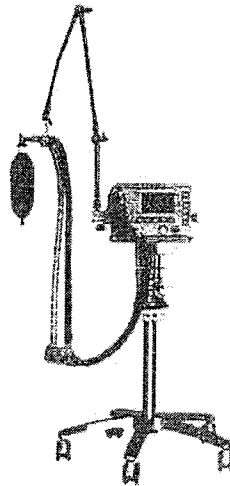


FOTO MODELO ICU DESCRITO NA PROPOSTA PAG 17 NO SITE DA EMPRESA, CIMA INDUSTRIES INC, É TOTALMENTE DIFERENTE DO APRESENTADO NA PROPOSTA, COMPROVANDO QUE EXISTIU ALTERAÇÃO NA PROPOSTA; TAMBÉM NÃO EXISTE NO SITE DA EMPRESA, OS MODELOS MEDICAL C35, TÃO POUCO O MODELO UCI

15/05/2020

ICUeventilator: high luminance LCD screen - CIMA MEDICAL



ICUeventilator: high luminance LCD screen

CME0012 ICUeventilator: high luminance LCD screen

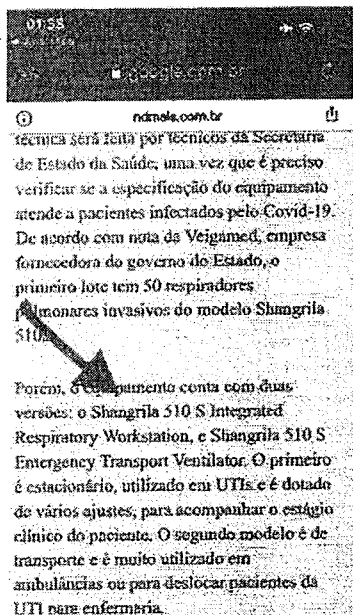
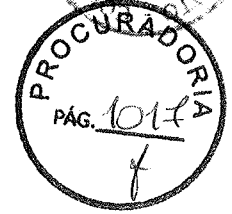
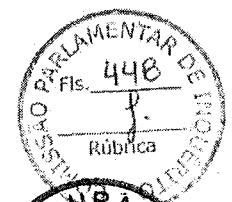
SKU: CM000190 Category: Critical Care, Medical Equipment, Shock
Price Tag: Ventilator

Description

Description

ICUeventilator: high luminance LCD screen, human interface, compact, suitable for nebulance/ICU medical pendant, independent long time working without extra gas resource, pneumatic driven electric control, continuous P102 monitoring, high and level humidifier, high quality reusable tube, accessories, spare parts.

VEIGAMED DIZ ENTREGAR SHANGRILA 510S



FICA PROVADO QUE ATRAVÉS DESTAS PUBLICAÇÕES NO SITE **NDMAIS** DE QUE O EMPRESÁRIO DA VEIGAMED AFIRMA ESTAR ENTREGANDO OS EQUIPAMENTOS SHANGRILA 510S, O QUE SERÁ IMPOSSÍVEL, POIS OS MESMOS ESTÃO REGISTRADOS NA ANVISA NO BRASIL PELA EMPRESA EXXOMED, REPRESENTANTE EXCLUSIVA DA AEONMED NO PAÍS, QUE SEQUER TINHA CONHECIMENTO DESTA IMPORTAÇÃO, EXPORTADA NÃO PELA AEONMED, E SIM, POR UMA TRADE

Contraponto

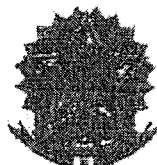
A Veigamed, empresa distribuidora de produtos médicos que atua há 22 anos, ^{hoje} (13/05/2020) de <https://ndmais.com.br/noticias/> comarca da Capital de decretar o sequestro do primeiro lote com 50 aparelhos de ventilação pulmonar invasiva Shangrila S510 importados pela empresa para o governo do Estado de Santa Catarina.

Veigamed – Por volta das 19h desta segunda-feira (11), a assessoria de imprensa da empresa emitiu uma nota.

Sobre o processo # 5010352-88.2020.8.24.0000/SC do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, cujo sigilo foi liberado hoje, a VEIGAMED informa que, conquanto seus advogados ainda estejam analisando o processo em tela, pode adiantar que os senhores Gilliard Gerent e Fábio Deambrósio Guasti não respondem pela empresa. A empresa reforça ainda que, neste momento, os seus esforços estão direcionados para garantir a entrega dos 200 ventiladores pulmonares invasivos Shangrila S510 para o governo do Estado de Santa Catarina o mais rápido possível e informa que o primeiro lote com 50 respiradores já saiu da China e tem previsão de chegar ao Brasil amanhã [12].

A inspeção deverá ser feita na própria sede do Deic. Se os respiradores forem considerados úteis, deverão ser recebidos e ainda servirão para amortizar o prejuízo do Estado, que pagou de forma antecipada R\$ 33 milhões por 200 respiradores, ao custo de R\$ 165 mil cada um. Caso contrário, há possibilidade de revenda por meio de leilão. Por outro lado, a Veigamed informou que já iniciou os trâmites burocráticos necessários para o embarque do segundo lote de 50 respiradores pulmonares invasivos Shangrila 510S, com previsão de saída da China no próximo domingo, 17 de maio.

REGISTRO EXXOMED DO MODELO SHANGRILA 510S AEONMED



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

CERTIFICADO DE PRODUTO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vinculada ao Ministério da Saúde,
CERTIFICA que o produto abaixo indicado, é fabricado de acordo com as leis vigentes no
Brasil, com a sua venda autorizada em todo o Território Brasileiro.

RAZÃO SOCIAL: Exxomed Equipamentos Ltda-EPP

CNPJ: 09.136.326/0001-09

ENDEREÇO: Rua Geminiano Costa, 2063 CEP: 13569-310

	Ventilador Pressão e Volume
	Ventilador
	III - ALTO RISCO
	BEIJING AEONMED CO., LTD. - CHINA, REPUBLICA POPULAR - Fabricante Legal
	80743230053
	02/04/2020
	02/04/2021

MODELO COMERCIAL:

Shangrila 510S

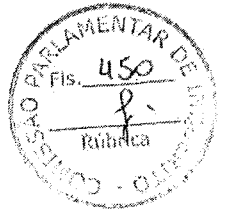
NUMERO DO REGISTRO
VÁLIDE 02-04-2021
SHANGRILÁ 510S

Documento emitido eletronicamente às: 06:19:03 do dia 03/04/2020 (Hora e data de Brasília - DF)

Código de controle do comprovante: D7A0.7BDB.5817.8E2B.5CCF.B72C.71A6.27DC.0F08.06FE

Conforme §2º, Art. 6º, RDC nº 27 de 15 de maio de 2013, qualquer alteração ou inclusão pós-registro ou pós-cadastro deferida que altere as informações do documento emitido, torná-lo-á inválido.

Verifique a autenticidade deste documento no endereço: <http://www.anvisa.gov.br/validacertificadoggtps>



PAGINA 40 – UTILIZAÇÃO DA FOTO DO MODELO SHANGRILÁ 510S



São Paulo, 28 de Março de 2020.

PROPOSTA COMERCIAL

Cliente: Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina.

Modalidade: Venda Direta.

Equipamento: Respirador medical C30 conforme descritivo em anexo.

Quantidade: 200 Unidades.

Lead Time: 35 dias corridos.

Valor unitário sem impostos: R\$ 195.400,00 (cento e noventa e cinco mil, quatrocentos reais)

Valor total: R\$ 39.080.000,00 (Trinta e nove milhões, e oitenta mil reais) para pagamento via numerário antecipado.

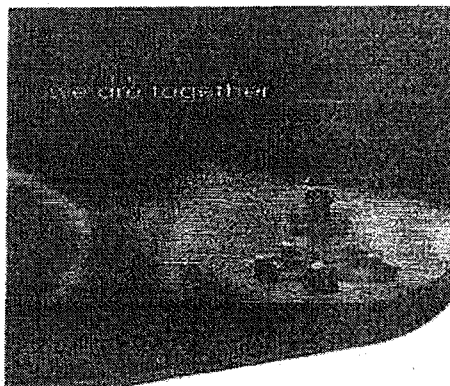
A prestação de serviços começará a ser realizada após confirmação do cliente e envio desta cotação assinada e datada por e-mail.

ACEITE DESTA COTAÇÃO:

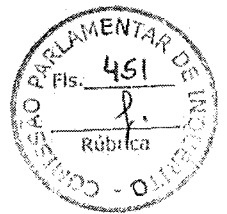
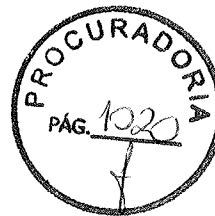
Data do Aceite: ____/____/____.

Esta Cotação é Válida por 02 (dois) dias.

PRAZO DE ENTREGA: 45 (quarenta e cinco) dias a partir do Aceite.



UMA DAS PROPOSTAS
CONCORRENTES, QUE
CONSTAM NO
PROCESSO,
APRESENTOU EM SUA
PROPOSTA A FOTO DO
SHANGRILÁ 510S,
COMO O MODELO
MEDICAL C30, QUE
ACREDITAMOS QUE
ASSIM COMO O
MEDICAL C35 NÃO
EXISTE



PAGINA 42 – UTILIZAÇÃO DA FOTO DO MODELO SHANGRILÁ 510S



MMJS

www.mmjs.com.br

Catolé, 27 de Março de 2020.

PROPOSTA COMERCIAL – RESPIRADOR MEDICAL C30

Cliente: Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina

Modalidade: Venda Direta

Equipamento: Respirador Medical C30

Quantidade: 200 Unidades

Lead Time: 35 dias corridos

Valores: Valor unitário sem impostos: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)

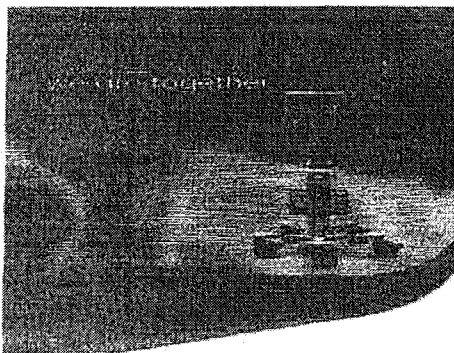
Valor total: R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco Milhões de Reais) para pagamento via numerário antecipado. A prestação de serviços começará a ser realizada após confirmação do cliente e envio desta cotação assinada e datada por e-mail.

ACEITE DESTA COTAÇÃO:

Data do Aceite: ____/____/____

Esta Cotação é Válida por 60 (sessenta) dias.

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias a partir do Aceite.



A SEGUNDA
CONCORRENTE, QUE
CONSTAM NO
PROCESSO, TAMBÉM
APRESENTOU EM SUA
PROPOSTA A FOTO DO
SHANGRILÁ 510S,
COMO O MODELO
MEDICAL C30, SENDO
QUE AS DUAS
RETIRARAM O NOME
DO NOSSO
EQUIPAMENTO
CONFORME O
PROSPECTO OFICIAL
ABAIXO.



PROSPECTO OFICIAL E ORIGINAL SHANGRILÁ 510S - AEDIMED



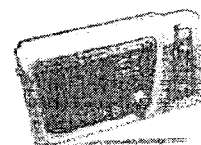
Fighting against COVID-19.
We are together.

With the machine's unique features of volume & pressure controlled ventilation, flow triggering, pressure hold, and backup, you're ready for any situation.

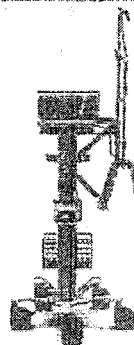
Shangrila 510S

AEDIMED
Soluções em Respiração

With advanced technology and versatile ventilation functions, 510s respiratory work station meets the breathing requirements of adult and pediatric.



Shangrila 510S
Integrated Respiratory Work Station



Complete Ventilation Modes

- The device has 4 ventilation modes.
- Besides the conventional Volume-Controlled ventilation mode, it also has Pressure-Controlled ventilation mode, SILEV and CPAP modes.
- The machine can provide a precise tidal volume.
- It also provides inspiration hold and manual breath, one-button operation, and is thus incredibly convenient.

Ideal O₂ Delivery

- With its advanced technology, the range of FiO₂ can be set from 40% to 100%.
- Furthermore, this range can be adjusted continuously.

Clinical Enhancements

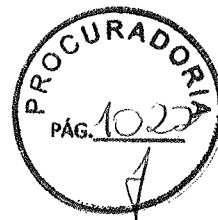
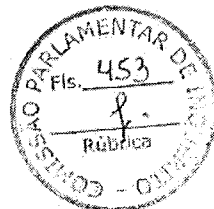
- Manual breath
- Inspiratory hold
- Alarm silence
- Pre-use test

Working Scenarios

- Ward, Emergency Department, Sub-acute Care Unit

AEDIMED
Soluções em Respiração

Unidade Brasileira: Rua 24 de Abril, 100 - Jd. Santa Helena, São Paulo - SP, 05080-000, Brasil
Unidade Americana: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Europeia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Australiana: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Mexicana: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Argentina: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Chile: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Colômbia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Costa Rica: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Espanha: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade França: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Alemanha: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Itália: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Japão: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Coreia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Índia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Indonésia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade México: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Países Baixos: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Peru: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Polónia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Portugal: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Rússia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Suécia: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Suíça: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Taiwan: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Uruguai: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA
Unidade Vietnã: 10000 E. 24th Avenue, Denver, CO 80231, USA

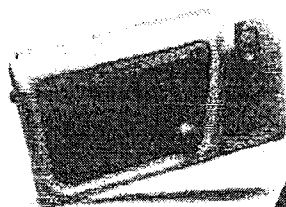
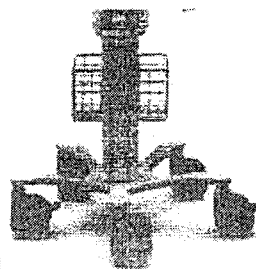


CÓPIA IMAGEM SITE AEONMED

http://www.aeonmed.com/en/product4_d.html?id=472

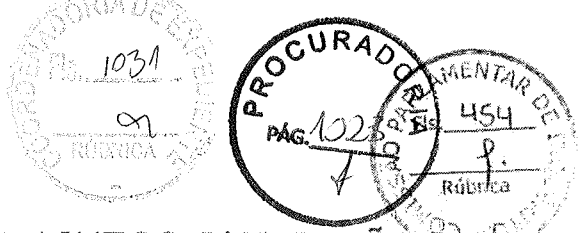
15/05/2020

Shangrila 510S Integrated Respiratory Work Station



Invasive & Non-Invasive ventilation modes
Complete Monitoring & Alarm System

FOTO DO SHANGRILA 510S – SITE OFICIAL AEONMED



AFRICAMED – EXPORTADOR DOS EQUIPAMENTOS QUE ESTÃO EM SC

<http://www.africamed.com/search.html?kw=AEONMED>

O AfricaMed (africamed.com) é um shopping on-line de compra e venda B2B de dispositivos médicos, configurado e operado pela Beideng Medical Co., Ltd.!

A AfricaMed fornece serviços de negociação independentes e correspondentes a compradores e vendedores da indústria de dispositivos médicos! Mais de 2.000 comerciantes de alta qualidade, dezenas de milhares de distribuidores de dispositivos médicos e recursos hospitalares são rapidamente agregados pela Internet de maneira eficiente. Aumentar as capacidades de operação de comércio eletrônico e a influência da marca para as empresas upstream e estabelecer canais de vendas estáveis; encontrar as fontes mais confiáveis para distribuidores a jusante e instituições médicas em um período relativamente curto; reduzir custos de transação e processos de transação na indústria de dispositivos médicos e melhorar a eficiência da indústria; acumular recursos upstream e downstream e dados reais de transações, para atender de forma eficiente às necessidades upstream e downstream, de modo a atingir o objetivo de "Facilitar a compra de dispositivos médicos"!

A equipe AfricaMed reúne profissionais seniores da Alibaba, Mindray, GE Healthcare, Wal-Mart, IBM e outros nas áreas de Internet, saúde e gerenciamento da cadeia de suprimentos etc. Atualmente, existem mais de 100 funcionários, incluindo mais de 60 engenheiros de produtos profissionais para fornecer consultoria profissional de pré-vendas, vendas e pós-venda. Permita que os clientes economizem dinheiro e se preocupem.

Estabelecemos 11 linhas de produtos clínicos, como testes clínicos, instrumentos experimentais, primeiros socorros cirúrgicos, desinfecção e esterilização, eletrônicos e ultrassom médicos, consumíveis médicos e cuidados com a cavidade oral. Estabelecemos cooperação estratégica com quase 50 fabricantes / agentes principais conhecidos, como 3M, BD, Mindray, Philips, Johnson & Johnson, Olympus, etc. Desenvolvemos quase 20 soluções médicas, como "soluções de desinfecção e esterilização", "pré- soluções de tratamento de emergência hospitalar", "planos de compras embalados na seção de inspeção" e soluções de proteção de segurança "para atender às diversas necessidades dos clientes.

Company Registration No.
2642343

Company Name
AFRICAMED HK INTERNATIONAL LIMITED (<https://www.hkgbuehess.com/en/company/Africamed-Hk-International-Limited>)

Company Type
Private Company Limited By Shares

Date of Incorporation
17 January 2016 (Wednesday)

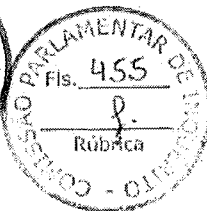
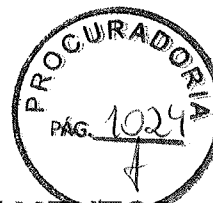
Status
Live

Remarks

Register of Charges
Unavailable

Important Note

A TRADE EXPORTADORA, É UM SHOPPING DE COMPRA ON LINE, E NÃO TEM REFERENCIA ALGUMA SOBRE RESPIRADORES, SOBRE O EQUIPAMENTO SHANGRILA 510S, E TÃO POUCO SOBRE A AEONMED, CONFORME IMAGENS ABAIXO.



AFRICAMED – EXPORTADOR DOS EQUIPAMENTOS

<http://www.africamed.com/search.html?kw=AEONMED>

15/05/2020

Ventilator-OR/ICU/ER/OP -africamed.com

Dear, welcome to Africamed Sign In Join Free

Home My Africamed Buyer Enquiry List (0)

Please enter the product name or model

Search

Hot Sale: Color Doppler DR Hematology Chemistry Electrolyte Infusion Pump

Category

About Us

New Purchase

By Brand

Order Service

Finance Apply

Contact Us

Home > OR/ICU/ER/OP > Ventilator

Category

▶ Operation Light

▶ Patient Monitor

▶ Suction

Brand

▶ Modern

▶ Operation Table

▶ ECG Machine

▶ Drill

▶ EVEREST

▶ Pendant

▶ Defibrillator

▶ Fetal Monitor

▶ Diathermy Machine

▶ Anesthesia

▶ Baby Care

▶ Infusion & Syringe

▶ Ventilator

▶ Prehospital

Sorry, we don't find products related to "Ventilator"

Hot Click

Reminder: You can: 1. Free to publish your purchase request
2. Return to home page

15/05/2020

SHANGRILA 510S-Product Search -africamed.com

Dear, welcome to Africamed Sign In Join Free

Home My Africamed Buyer Enquiry List (0)

SHANGRILA 510S

Search

Hot Sale: Color Doppler DR Hematology Chemistry Electrolyte Infusion Pump

Category

About Us

New Purchase

By Brand

Order Service

Finance Apply

Contact Us

Home > Search

Sorry, we don't find products related to "SHANGRILA 510S"

Reminder: You can: 1. Free to publish your purchase request
2. Return to home page

15/05/2020

AEONMED-Product Search -africamed.com

Dear, welcome to Africamed Sign In Join Free

Home My Africamed Buyer Enquiry List (0)

AEONMED

Search

Hot Sale: Color Doppler DR Hematology Chemistry Electrolyte Infusion Pump

Category

About Us

New Purchase

By Brand

Order Service

Finance Apply

Contact Us

Home > Search

Sorry, we don't find products related to "AEONMED"

Reminder: You can: 1. Free to publish your purchase request
2. Return to home page

TS ELETRONIC – EMPRESA CONTRATADA PELA VEIGAMED

<https://telesystembrasil.com.br/>

Outra situação suspeita, é que a Veigamed supostamente contratou a TS Eletronic do Brasil Indústria e Comércio Ltda, localizada em Itajaí, para que a empresa catarinense realizasse a compra e a importação de 100 ventiladores invasivos do modelo 501S-Shangrila, fabricado pela Africamed HK Internacional. A empresa de origem nigeriana, está instalada em Hong Kong, território autônomo da China. Ora, se fosse para efetuar a importação através de uma empresa de Santa Catarina, o que justifica buscar uma empresa no Rio de Janeiro?

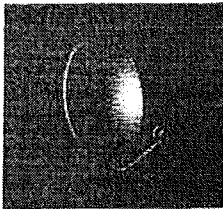
<https://scompauta.com.br/veigamed-pode-ter-contratado-empresa-catarinense>

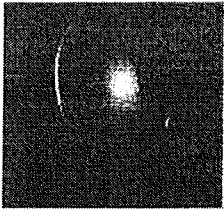
30/05/2020 Empresa ANTENAS PARABÓLICAS - TS System Brasil

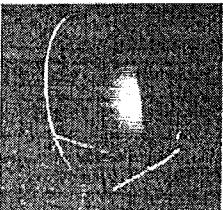
telesys

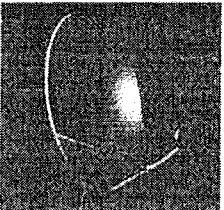
ANTENAS PARABÓLICAS

Ordemação padrão


Antena parabólica 60 cm
Clique para mais informações


Antena parabólica 75 cm
Clique para mais informações


Antena parabólica 90 cm
Clique para mais informações


Antena parabólica 120 cm
Clique para mais informações

Produtos

FIBRA ÓPTICA

ANTENAS PARABÓLICAS

020 GRUPO SCMPAUTA - TS System Brasil

telesys

Uma história de sucesso feita de intuição e criatividade, mas também de inovação e pesquisa

Estabelecida no Brasil desde 1997, inicialmente como uma subsidiária da multinacional italiana TSLE System Electronic, a TS completa agora 20 anos e se torna 100% brasileira.

Fornecemos equipamentos para a recepção de sinal de TV via satélite e TV digital terrestre, dentro do conceito "one stop shop": antenas parabólicas, conversores de baixo ruído UNB (low-noise block), receptores digitais, cabos, amplificadores, chaves multirreceptor, scapiladores, divisores, taps, conectores e outros acessórios.

É líder de mercado em diversos itens, e a única do setor que está presente em todos os maiores operadores de TV por assinatura via satélite: SKY, Oi, Eutelsat (Claro) e Telefonica (Vivo).

Além da produção e montagem de uma ampla gama de produtos, a TS do Brasil oferece assistência técnica, estrutura logística e engenharia próprias, que desenvolvem produtos customizados e prestam serviços de treinamento a seus clientes, como seu papel requer.

Instalada em planta com área construída de 5.000 m², localizada em Jundiaí, SP, a 45 minutos de capital.

Diferenciais TS

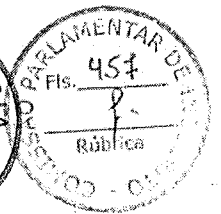
Experiência Internacional / Presença Local: Não somos representantes ou agentes, somos a própria TS oferecendo nossos produtos no Brasil há 20 anos.

Diversidade de Produtos: Produtos e kits completos, de antenas parabólicas e set-top-boxes a UNBs. A TS mantém diversos produtos em uma única central, testados e homologados. One stop shop satellite.

Logística: A TS é responsável pela logística dos serviços, na medida em que tem controle sobre todo o processo de entrada, estocagem e saída dos produtos, conferindo-lhe rapidez e agilidade na resolução de problemas. Os processos de logística podem ser customizados, desenvolvidos sob medida para cada projeto.

INTERFACES 2009, 14/04/2010

CONFORME SE PERCEBE, NO SITE DA EMPRESA, A MESMA NÃO É DO SEGMENTO MÉDICO, ALÉM DE NÃO ENCONRAMOS A SUA SEDE EM ITAJAÍ, SENDO QUE TRABALHA COM TV A CABO E CERTAMENTE NÃO TENDO AFE E EXPERIÊNCIA PARA REALIZAR UMA IMPORTAÇÃO DESTE PORTE, TENDO COMO PARCEIRA A QUATTORR SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO.



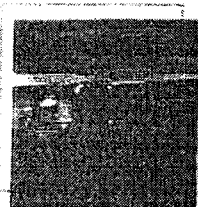
QUATTROR- EMPRESA CONTRATADA TS ELETRONIC

<https://www.quattror.com.br/projetos/>

Quattror

Projetos

- Planejamento estratégico na implementação de produtos;
- Cálculos de formação de preço e viabilidade econômica;
- Estudos para adequação de embalagem e implementação de marcas;
- Negociação e intermediação de compras;
- Solicitação de amostras sem valor comercial;
- Registro em órgãos arduos (Inmetro, Anvisa e Ministério da Agricultura);



MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

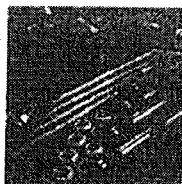
15/05/2020



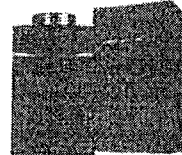
ACO

Projeto - QUATTROR

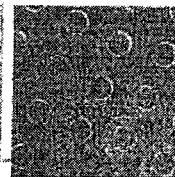
PARTE E PEÇAS AUTOMOTIVAS



COSMETICOS



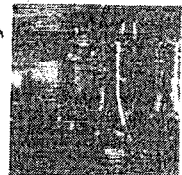
INDUSTRIAL



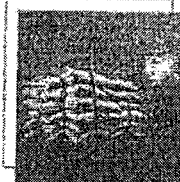
Projeto - QUATTROR

CONFECÇÃO E INDÚSTRIA TÊXTIL

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA



INDÚSTRIA QUÍMICA



ELETRONICA



NO SITE DA QUATTROR SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO, NÃO CONSTA EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO SOBRE O SEGMENTO MÉDICO HOSPITALAR, CERTAMENTE TAMBÉM NÃO TENDO AFE PARA O PROCESSO DE IMPORTAÇÃO

PROCURADORIA AG. DE DEFENSA
1027
f.

PARLAMENTARIAT DE LA REPUBLICA
Fis. 458
f.
Rúbrica

INTELEFONMED

DICE

PROCURADORIA AG. DE DEFENSA
1035
f.
RÚBRICA

Beijing Accoured Co., Ltd.
No.4 Hanguang Road, Fanglei Science Park,
Fanglei District, Beijing, China 100070
Tel: +86 10 6363 1616
Fax: +86 10 637 1 8869
<http://www.innovated.com>

PROFORMA INVOICE

Exporter Name and Address: BEIJING AEONARD CO., LTD. NO.4 HANGFENG ROAD FENGTAI SCIENCE PARK, FENGTAI DISTRICT, BEIJING, CHINA 100070	Ultimate Consignee Name and Address: Razão Social: Exocmed Equipamentos Ltda. (CNPJ 09.126.328/0001-09) 2063, Geminiano Costa St. São Carlos City State of São Paulo Brazil ZIP Code 13500-310	Buyer Name and Address: as Same as consignee
Notify Party Name and Address: (is same as consignee)	Shipping Marks: N/M	Shipping Method: BY AIR Departure Port: Beijing, CHINA Destination Port: São Paulo, Brazil Freighting: In Canton Price Terms: EXW Payment Terms: 100% in Advance

No	DESCRIPTION	QUANTITY (SETS)	UNIT PRICE	TOTAL
1	SHANGRILA 510S VENTILATOR	50		500.00
2	HUMIDIFIER	50	50.00	500.00
3	CART KIT		1.00	50.00
4				
5				

Remark: The PI is valid till 10/01/2022.
 Shipment Time: By the end of 2021.
 (The shipping date is subject to the specific situation and can not be guaranteed.)
 COVID-19

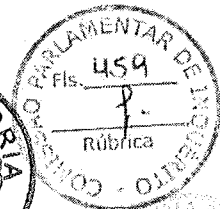
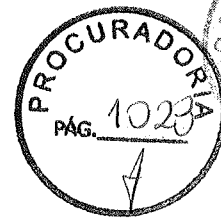
Total: US\$365,000.00

Remark: The PI is valid till 10th
Shipment Time: By the end of
(The shipping date
end can not be
COVID-19

Company Bank: Beijing
 Bank: BEIJING
 Address: 3 R... BUILDING... PEVGTAI DISTRICT, BEIJING, 100070, CHINA
 ACCOUNT NO:
 Bank: ... TOWER, 7068 SHENNIAN BOULEVARD, Shenzhen, China.
 BRIFT C...
 Merchants Bank Co. Ltd, New York
 US33

北京信安医药系统股份有限公司
Beijing Aeonmed Co., Ltd.
BEIJING AEONMED CO., LTD.

Authorized Signature



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA O INDEFERIMENTO DA LI

A EXXOMED é a detentora do registro nº 80743230052 (VG70) e do registro nº 80743230053 (Shangrila 510S), de modo que a importação dos referidos produtos médicos somente poderá ser licenciada pela ANVISA em favor da própria EXXOMED ou por terceiro por ela expressamente autorizado e com AFE.

Caso confirme a veracidade e autenticidade de que os equipamentos que estão no AEROPORTO de FLORIANÓPOLIS para nacionalização, sejam o modelo **SHANGRILA 510S**, caberá à ANVISA indeferir a licença de importação em favor da EXXOMED, o que impedirá o desembaraço aduaneiro dos referidos produtos.

Adverta-se, por oportuno, que ao caso dos produtos médicos em questão, não poderá a EMPRESA IMPORTADORA em questão, valer-se das disposições contidas na RDC nº 356 de 23.03.2020, pois tal resolução somente admite a dispensa do registro quanto a equipamentos "*não regularizados pela Anvisa*" e "*quando não disponíveis para o comércio dispositivos semelhantes regularizados pela Anvisa*" – o que não é o caso, pois os produtos em questão já se encontram regularizados pela ANVISA, eis que registrados pela ora EXXOMED, que os têm disponíveis para comercialização.

Caso estes equipamentos sejam liberados, a **EXXOMED**, adotará as medidas administrativas e judiciais cabíveis para preservar seus direitos de detentora do registro e de única autorizada a importar e comercializar no território nacional os ventiladores modelos VG70 e SHANGRILA 510S fabricados pela *Beijing Aeonmed Co. Ltd.*



GUERRERO PITREZ

ADVOCADO
OAB-SC 310

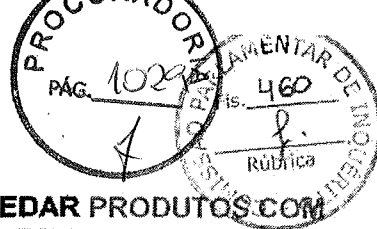
RODRIGO PITREZ DE OLIVEIRA
OAB-SC 15 360

www.guerreropitrez.com.br

BLUMENAU
(47) 3041-0000

FLORIANÓPOLIS
(48) 3098-1094

POMERODE
(47) 3387-7873



RDC 379 – ARTIGO 9 - MODIFICA E “SUBSTITUI”. A QUESTÃO DE VEDAR PRODUTOS COM REGISTRO DE SEREM TRAZIDOS SEM O DETENTOR DO REGISTRO

RESOLUÇÃO - RDC Nº 379, DE 30 DE ABRIL DE 2020 - RESOLUÇÃO - RDC Nº 379, DE 30 DE ABRIL DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional

14082020

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-379-de-30-de-abril-de-2020-254764712>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82-B | Seção: 1 - Extra | Página: 90

Órgão: Ministério da Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária

RESOLUÇÃO - RDC Nº 379, DE 30 DE ABRIL DE 2020

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 356, de 23 de março de 2020, que dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre os requisitos para a fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.



Art. 9º Fica permitida a importação e aquisição de equipamentos de proteção individual, ventiladores pulmonares, circuitos, conexões e válvulas respiratórios, monitores paramétricos e outros dispositivos médicos, essenciais para o combate à COVID-19, novos e não regularizados pela Anvisa, desde que regularizados e comercializados em jurisdição membro do International Medical Device Regulators Forum (IMDRF), por órgãos e entidades públicas e privadas, bem como serviços de saúde, quando não disponíveis para o comércio dispositivos semelhantes regularizados na Anvisa.

§ 1º Para a importação de produtos regularizados e comercializados em jurisdição membro do International Medical Device Regulators Forum (IMDRF), previstos no caput, o importador deverá anexar, no Sistema Visão Integrada de Comércio Exterior, Termo de Responsabilidade estabelecido no Anexo I desta Resolução, assinado pelo responsável legal.

§ 2º A empresa importadora deve possuir autorização de funcionamento pela Anvisa para a atividade de importar correlatos.

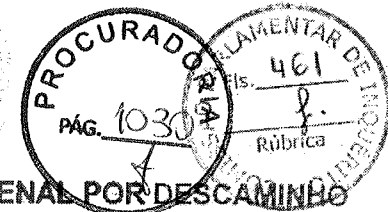
§ 3º A análise e anuência do processo de importação dos produtos descritos no caput não requer avaliação técnica ou documental prevista na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 2008, ficando restrita à verificação da Autorização de Funcionamento de Empresa.

→ § 4º É vedada a importação de produtos regularizados na Anvisa sem a devida Declaração da pessoa jurídica detentora da regularização do produto junto à Anvisa autorizando a importação, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 2008.

§ 5º Os dispositivos médicos devem ser expostos ao uso com suas instruções de uso traduzidas para a língua portuguesa quando essas forem essenciais ao adequado funcionamento do produto.

§ 6º O serviço de saúde em que o equipamento eletromédico seja instalado é responsável pela instalação, manutenção, rastreabilidade e monitoramento durante todo o período de vida útil do dispositivo, incluindo seu descarte.

§ 7º Os responsáveis pelas importações de kits para diagnóstico nos termos do caput devem enviar em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data do desembaraço da carga, uma amostra de, no mínimo, 100 unidades de cada lote importado para análise do Instituto Nacional de Controle de Qualidade - INCQS.



A PRÁTICA DE INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA E A DENÚNCIA PENAL POR DESCAMINHO

No conceito de interposição fraudulenta, o significado de "interpor", verbo transitivo, é "pôr entre". Já a fraude representa todo artifício empregado com o fim de enganar uma pessoa e causar-lhe prejuízo.

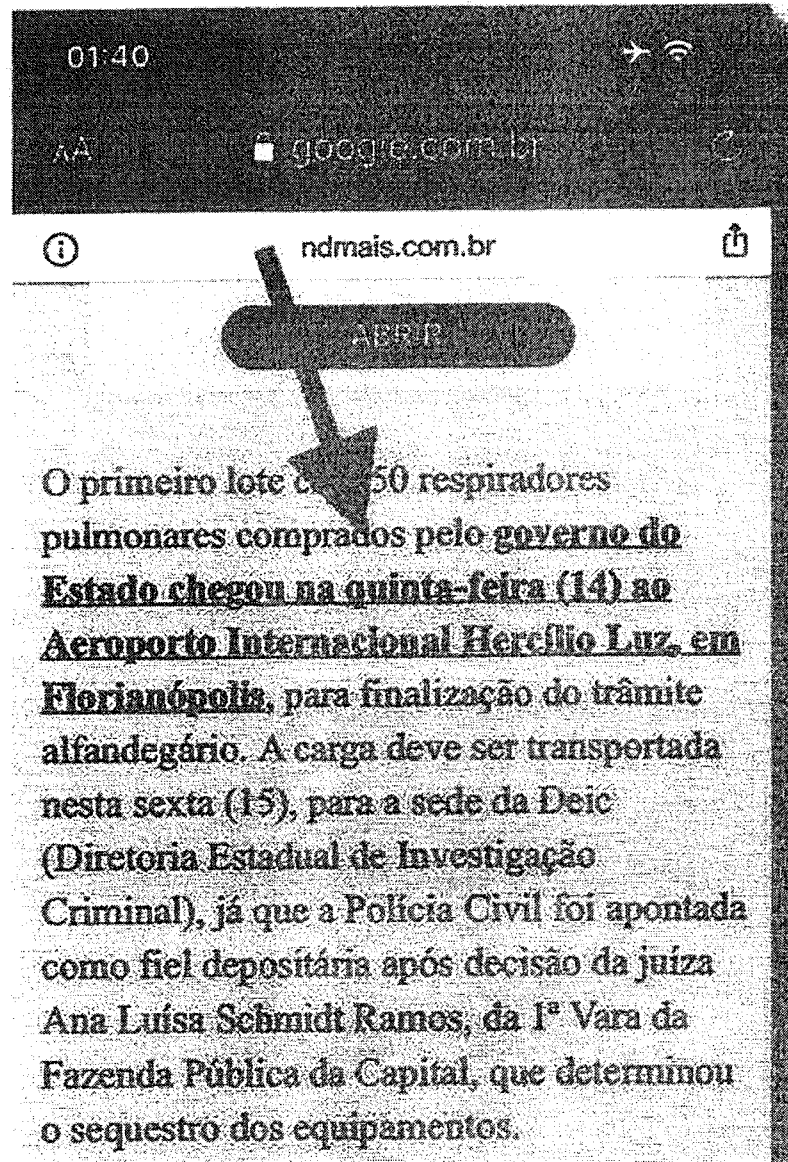
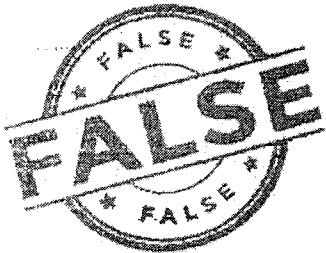
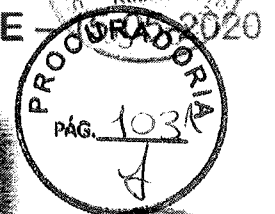
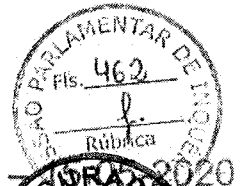
Destarte, tomando como base o simples significado das palavras, é possível concluir que interposição fraudulenta é situação fática em que determinado ente fica numa posição de "intermediário" (importador ostensivo[1]), com o objetivo de esconder outro agente (importador de fato ou encomendante predeterminado[2]), causando prejuízo ao erário ou dificultando os controles administrativos das Aduanas.

A interposição fraudulenta pode ser presumida ou real. A hipótese de interposição fraudulenta presumida é observada nos casos em que o importador ostensivo não prova a origem dos recursos empregados em operações de comércio exterior. Nesta situação, é lícito[3] ao agente fiscal presumir a existência de um sujeito oculto que supostamente financiaria a importação e que ao final seria o destinatário dos bens importados.

A segunda hipótese é aquela em que o agente fiscal detecta o real beneficiário da importação, seja por vinculação de créditos em conta corrente para arcar com a operação internacional, seja pelo fato da mercadoria ter sido adquirida para atender a encomendante predeterminado. Também é usual detectar o real beneficiário (ou importador de fato) quando constatado que o importador ostensivo não possui conhecimento acerca da negociação internacional, demonstrando que os contatos foram feitos por terceiro (o sujeito oculto), inclusive no que diz respeito a preço, prazo e forma de pagamento, mas os recursos eram próprios.

Mais um possível crime cometido pela VEIGAMEd e pelas DUAS TRADES envolvidas no negócio, afinal, não pode-se importar produtos com recursos de terceiros, para os benefícios dos mesmos e sendo o terceiro o único e exclusivo interessado no produto e detentor de todas as informações do bem importado, neste caso, já inclusive tendo a mercadoria vendida ao governo do estado de SANTA CATARINA, ficando claro que ambas empresas envolvidas a QUATTORR SERVICOS DE IMPORTAÇÃO e a TS ELETRONIC nunca trabalharam com o equipamento e o segmento em questão

AGILIDADE – EQUIPAMENTO ESTÁ SOB ANÁLISE AINDA HOJE



Receita Federal



VALORES DE NACIONALIZAÇÃO CITADOS PELA IMPRENSA



TAXA DE COVERÇÃO PARA IMPORTAÇÃO BASEADA NOS CUSTOS ATUAIS, NA IMPORTAÇÃO, NÃO PODE-SE MULTIPLICAR O VALOR DE DÓLAR DIA, HOJE A **R\$ 5,81** E TER O VALOR DO PRODUTO IMPORTADO NACIONALIZADO; NESTE CASO, PARA CADA 1 DOLAR IMPORTADO, CHEGARÁ NO BRASIL A **R\$ 9,21** E NÃO R\$ 5,81 COMO A IMPRENSA CITA

Suspeita de superfaturamento e uso de "laranjas"

Alvo de investigações policiais e de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a compra dos respiradores tem suspeita de superfaturamento – eles custaram R\$ 165 mil cada um, valor bem acima dos R\$ 60 mil a R\$ 100 mil pagos pela União e por outros Estados – e outras irregularidades. Em ação que tramita na 1ª Vara da Capital, a Procuradoria-Geral do Estado pediu o ressarcimento dos danos causados aos cofres públicos no processo de compra junto à

VALOR COMPRA: US\$ 12.000,00

VALOR NACIONALIZADO: R\$ 110.624,39

OS VALORES SÃO VARÁVEIS, DEPENDENDO DA CONTRATAÇÃO DE DOS SERVIÇOS ENVOLVIDOS, BASEADOS NO DOLAR DO DIA, PORÉM OS TRIBUTOS SÃO EXATOS; UTILIZAMOS OS VALORES DE FRETE E DE SERVIÇOS QUE ESTÃO SENDO APLICADOS A NÓS.

DÓLAR DO DIA

Itajaí	
Máquina	
	5,8100
USD	

CÁLCULO-CUSTO FRETE

Preço Mínimo:						
Valor FOB:	Peso por Cubagem	83	\$	600.000,00	R\$	3.486.000,00
Frete Internacional:	Custo Aéreo/KG	60	\$	83.000,00	R\$	482.230,00
Valor CFR:			\$	683.000,00	R\$	3.968.230,00
Seguro Internacional:	0,20%		\$	1.366,00	R\$	7.936,46
Valor CIF:			\$	684.366,00	R\$	3.976.166,46

CÁLCULO-CUSTO PIS(2,10%) – COFINS(9,65%)

PIS	R\$	83.499,50
COFINS	R\$	383.700,06

CÁLCULO-CUSTO ICMS (SP-18%)

MS a pagar	18,0%	R\$	995.619,48
------------	-------	-----	------------

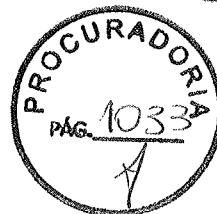
CÁLCULO-DESPESAS ADUANEIRAS

Taxa do SISCOMEX		R\$	214,50
A.F.R.M.M.	0%	R\$	-
T.H.C.		R\$	740,00
BL Fee		R\$	-
Frete Porto X Cliente		R\$	-
Despesas Porto		R\$	401,00
Armazenagem 1º Período	1,75%	R\$	78.691,32
Desembaraço Aduaneiro		R\$	500,00
Honorário Representante Legal		R\$	462,00
Taxa Expediente		R\$	75,00
Outras Taxas de agente de carga		R\$	1.150,00
Devolução do Container vazio		R\$	-
DTA		R\$	10.000,00
Frete Nacional		R\$	-
Adicional de Cofins	0,00%	R\$	-
TOTAL:		R\$	92.233,82

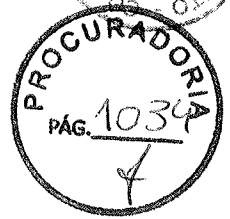
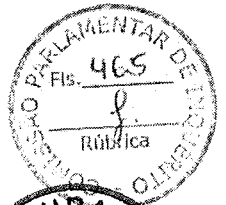
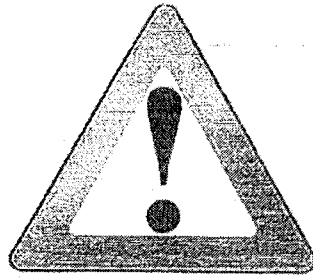
NACIONALIZAÇÃO – CUSTO EQUIPAMENTO

USD		R\$ (BRL)
952.017,09	R\$	5.531.219,31
280.154,02	R\$	1.595.399,84

O empresário Pedro Nazário de Araújo, CEO da Veigamed, informou ao governo em resposta que não havia problemas com o fornecimento de respiradores (modelo C35) da empresa para o país. Ele acrescentou uma futura negociação internacional de compra de mais de 100 mil unidades de respiradores de alta capacidade na China. O novo governo, contudo, não aceita a oferta de compra de equipamentos, alegando que a empresa não tem capacidade para suprir a demanda nacional e que os equipamentos não são adequados para o uso em hospitais. O empresário também afirmou que a empresa não tem capacidade para suprir a demanda nacional e que os equipamentos não são adequados para o uso em hospitais.



NO SITE ACIMA, FOMOS COMPARADOS A UM GOL CONTRA UM ÁUDI, PORÉM, O MODELO MEDICAL C35, NEM EXISTE, SENDO QUE TODO O MATERIAL TÉCNICO E IMAGENS APRESENTADAS PELA VEIGAMED, NA VENDA A SC, É DO NOSSO EQUIPAMENTO VG-70, FABRICADO PELA AEONMED, QUE É A MESMA FABRICANTE DO SHANGRILA 510S, AMBOS REGISTRADOS NO BRASIL PELA EXXOMED, REPRESENTANTE DE UMA DAS MAIORES EMPRESAS DO MUNDO NO SEGMENTO, COM UM PARQUE FÁBRIL DE 50 0000 METROS QUADRADOS E UMA DAS PROPULSORAS DE NOVAS TÉCNOLOGIAS NO MERCADO, CONFORME CONSTA EM NOSSO SITE DA EMPRESA, PORTANTO, PRECISAMOS URGENTEMENTE ESCLARECER ESTES FATOS, INCLUSIVE, SENDO A EXXOMED, EXCLUSIVA REPRESENTANTE NO BRASIL E UMA DAS POUCAS EMPRESAS APTAS A IMPORTAREM E REGISTRADAS NA ANVISA E INMETRO NO PAÍS, COM EXPERIÊNCIA NO SEGMENTO E RESPONSABILIDADE ATESTADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES, E CERTAMENTE É UMA DAS POUCAS EMPRESAS QUE PODERÃO AJUDAR NOSSO PAÍS NA IMPORTAÇÃO DE RESPIRADORES, JÁ TENDO PROGRAMADO COM A AEONMED ATÉ O MÊS DE SETEMBRO, A IMPORTAÇÃO DE 1400 EQUIPAMENTOS PARA VENDA NO BRASIL, DE MANEIRA ALGUMA, PODENDO SER MANCHADA, POR INFORMAÇÕES EQUIVOCADAS E SEM PARÂMETROS TÉCNICOS PARA TAL COMPARAÇÃO E COMENTÁRIOS, INFUNDADOS E MENTIROsos, PEDINDO A IMPRENSA, MAIS RESPONSABILIDADE NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES, EVITANDO EXPOR EMPRESAS E PESSOAS DE BEM, QUE NADA TEM HAVER COM A LAMBANÇA FEITA NA AQUISIÇÃO DE RESPIRADORES NO ESTADO DE SANTA CATARINA, DANDO CRÉDITO E OUVINDO UM CIDADÃO QUE NÃO SEI PORQUE AINDA NÃO ESTA PRESO, RESPONSÁVEL POR TODA ESSA CONFUSÃO, JÁ PROVADO NÃO SABER NEM O QUE ESTÁ FAZENDO, MAIS QUE AINDA CONTINUA MENTINDO E ASSUMINDO COMPROMISSOS QUE NÃO PODERÁ CUMPRIR, AFINAL A EXXOMED, NÃO AUTORIZARÁ A NACIONALIZAÇÃO DE NENHUMA DDR EM NOME DAS EMPRESAS QUE FAZEM DESTE GRUPO DE IRRESPONSÁVEIS E SEM CONHECIMENTO DO 'PRODUTO E DO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO, POIS, CONTINUAM AFIRMANDO ENTREGAR OS EQUIPAMENTOS SHANGRILA 510S, QUE CERTAMENTE NÃO PODERÃO SER NACIONALIZADOS,



QUALQUER DÚVIDA, FAVOR ENTRAR EM CONTATO AOM A EXXOMED
ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE LEGAL, OU DE SEUS ADVOGADOS,
ATRAVÉS DOS DADOS ABAIXO LISTADOS

ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
ceo@exxomed.com.br



Onofre Neto
CEO

exxomed
together we are stronger

☎ 16 3307-4744 / 3415-4484

✉ vendas@exxomed.com.br

☎ 16 99766-1817

🌐 www.exxomed.com.br

📍 Rua Geminiano Costa, 2063
13569-310 - São Carlos, SP



GUERRERO PITREZ

Advogados
OAB-SC 3110

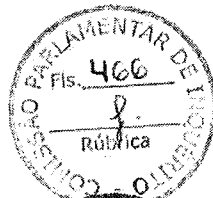
RODRIGO PITREZ DE OLIVEIRA
OAB-SC 13 350

🌐 www.guerreropitrez.com.br

BLUMENAU
(47) 3041-0008

FLORIANÓPOLIS
(48) 3030-1934

POMERODE
(47) 3367-7873



Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020

Ao

Exmo. Sr. Senhor Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Ref: Proposta de compra de respiradores mecânicos – Contranotificação à 1ª Notificação recepcionada em 13/04/2020.

Prezado Senhor,

CONSIDERANDO o momento de anomalia decorrente da pandemia do COVID-19;

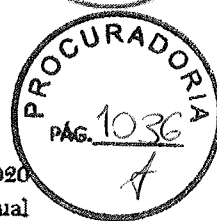
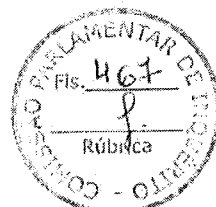
CONSIDERANDO os termos da Ordem de Fornecimento 842/2020 – Edital 754/2020, na Modalidade de Dispensa de Licitação, firmando entre a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, ora NOTIFICADA e a VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, ora NOTIFICANTE, cujo objetivo é aquisição de 200 (duzentas) unidades do equipamento médico respirador medical C35;

CONSIDERANDO o fato público e notório relativo às dificuldades enfrentadas por diversos órgãos Públicos, inclusive no âmbito da Administração Pública Federal, na aquisição de diversos equipamentos médicos, dentre eles respiradores, conforme inclusive relatou o Ministro da Saúde do Governo Federal em mais de uma oportunidade;

CONSIDERANDO os termos da missiva datada de 03.04.2020 encaminhada pela NOTIFICANTE à NOTIFICADA, na qual comprovou que a empresa CIMA Industry Inc., Medical Divison, diante da situação de anomalia mundial, manifestou-se pela impossibilidade de seu fornecimento;

CONSIDERANDO o teor da resposta da NOTIFICANTE à missiva que lhe fora encaminhada pela CIMA Industry Inc. Medical Divison, na qual, de forma diligente, munida de boa-fé e no espírito colaborativo ao combate à pandemia causada pelo vírus COVID-19, solicitou junto à referida empresa, “cotação de aparelhos respiradores que atendam de forma semelhante ao modelo estabelecido no contrato mencionado no ANEXOII.”, conforme informado;

VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI



CONSIDERANDO os termos da resposta complementar à missiva datada de 05.04.2020 encaminhada pela NOTIFICANTE à NOTIFICADA, datada de 11.04.2020, por meio da qual informou que “a empresa **VEIGAMED** continua agindo diligentemente para enfrentar os percalços mundiais e a imprevisibilidade decorrente do cenário mundial de pandemia, e informa que obtivemos a confirmação da indústria que já providenciou a entrega do equipamento, inclusive, atendendo a marca especificada e solicitada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Saúde (Modelo Shanguila 510S/Mod. Anexo)” (destacamos);

CONSIDERANDO que, para o atendimento à solicitação realizada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Saúde, quem manifestou preferência na aquisição do Modelo Shanguila 510S, ao invés daquele descrito inicialmente na Ordem de Fornecimento 345/2020 – Edital 764/2020, na Modalidade de Dispensa de Licitação, foram necessárias tomadas de novas cotações junto às empresas fornecedoras e diversas outras medidas concernentes, o que, a toda evidência, demandou tempo;

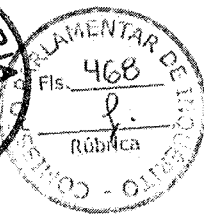
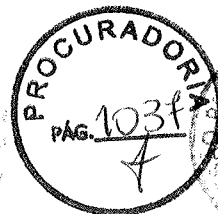
CONSIDERANDO, por fim, que o princípio jurídico da boa-fé, que impõe às partes a necessidade de observância do modo de agir reto, probo e honesto, tanto no momento pré-contratual, quanto durante a sua execução e conclusão¹, o qual, apesar de não estar previsto expressamente na Constituição Federal da República, decorre do princípio da segurança jurídica e do próprio conceito de Estado Democrático de Direito, como é cediço, é pacificamente aplicável nas relações comerciais entre entes privados e a Administração Pública;

Assim, tendo como esteio os termos de todos os “**CONSIDERANDOS**” acima, serve-se a NOTIFICANTE da presente para contranotificar a NOTIFICADA com o fito de destacar que o atraso na entrega dos equipamentos médicos contratados decorre do momento de anomalia mundial decorrente da pandemia do COVID-19 — que impõe a necessidade de flexibilização das regras legais e contratuais.

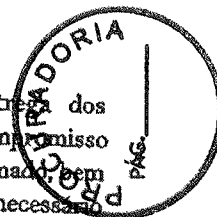
As intercorrências narradas não dependeram, conforme comprovado, da vontade da NOTIFICANTE, restando, a toda evidência, devidamente justificado o atraso ocorrido, não havendo, assim, o enquadramento na hipótese do dispositivo legal apontado pela NOTIFICADA² e bem como a mora da NOTIFICANTE no cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

¹ Art. 422 do Código Civil: “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”

² Art. 86 da Lei nº 8.666/93: “o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.”



Ao contrário, a NOTIFICANTE não vem medindo esforços para que a entrega dos equipamentos médicos seja realizada no menor prazo possível, reiterando aqui o compromisso de manter a NOTIFICADA informada acerca dos avanços na execução do contrato firmado, bem como da sua disposição para apresentação de quaisquer esclarecimentos que se façam necessários — tudo para atender, da melhor forma possível, os interesses da Administração Pública (art. 58, I, da Lei 8.666).



Pedro Nascimento Araújo

Pedro Nascimento Araújo

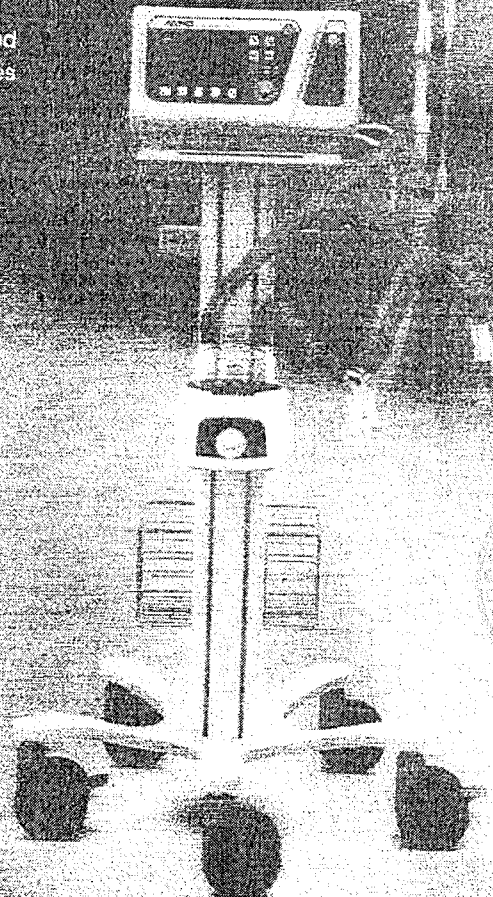
VEIGAMED

VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA. ME

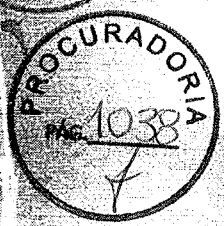
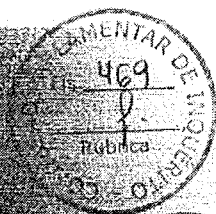
TEL. (21) 4101-6080 / F. FAX

Fighting against COVID-19, we are together.

With the massive global outbreak of COVID-19, Aeonmed customized this respiratory work station to save more lives according to the clinical requirements.

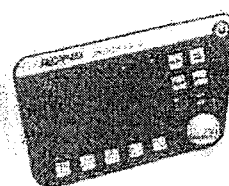
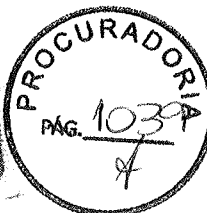


Shangrila 510S
Integrated Respiratory Work Station

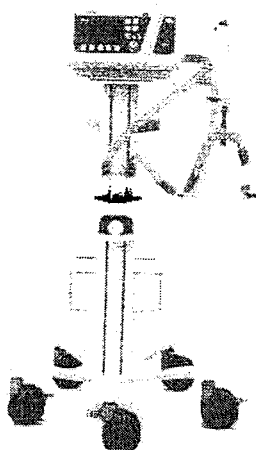


AEOMED
Reliable Quality Thoughtful Service

With advanced technology and versatile ventilation functions, 510S respiratory work station meets the breathing requirements of adult and pediatric.



Shangrila 510S Integrated Respiratory Work Station



Complete Ventilation Modes

- The device hosts six ventilation modes.
 - Besides the conventional Volume-Controlled ventilation mode, it also has Pressure-Controlled ventilation mode.
 - SIMV and CPAP modes.
- The machine can provide a precise tidal volume.
- It also provides inspiration hold and manual breath, one-button operation, and is thus incredibly convenient.

Ideal O₂ Delivery

- With its advanced technology, the range of FIO₂ can be set from 40% to 100%.
- Furthermore, this range can be adjusted continuously.

Clinical Enhancements

- Manual breath
- Inspiratory hold
- Alarm silence
- Pre-use test

Working Scenarios

- Ward, Emergency Department,
Sub-acute Care Unit

AEO MED
Reliable Quality Thoughtful Service

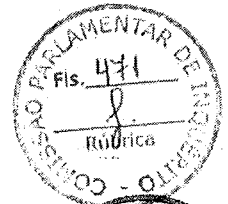
HQ: Building 9, No.26 Outer Ring West Road, Fengtai District, Beijing 100070, China
Shanghai Puff: No.10, Chaozui Street, Yangpu Development Zone, Shanghai City, Hubei Province
055201 China
TEL: +86-10-58411338 FAX: +86-10-58718889
http://www.aeomed.com E-mail: marketing@aeomed.com

The information contained in this leaflet is correct at the time of publication. The policy of Beijing Aeomed Co., Ltd is one of the continuous improvement to its products. Because of this policy, Aeomed reserves the right to make any change, which may affect the information in this leaflet without giving prior notice.

Shangrila 510S-200503



Governo do Estado de Santa Catarina
Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e
Encaminhamento



Processo SES 00037070/2020 Vol.: 1

Origem

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/DLIC/NULID - Núcleo de Licitações Inexigíveis e Dispensas
Responsável: Leila Oliveira Danielevicz
Data encam.: 17/04/2020 às 10:54

Destino

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/GEDHP/NUENG - Núcleo de Engenharia Clínica

Encaminhamento

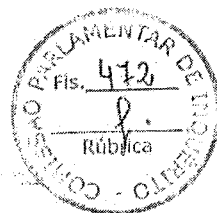
Motivo: Para providências
Encaminhamento: Segue processo a pedido de Engenheiro Wagner.

Empresa foi notificada referente a entrega do item e apresentou manifestação, páginas 95 a 100.

Após, devolver o processo a SES/DLIC/NULID



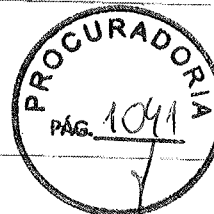
Governo do Estado de Santa Catarina
Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e
Encaminhamento



Processo SES 00037070/2020 Vol.: 1

Origem

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/GEDHP/NUENG - Núcleo de Engenharia Clínica
Responsável: Wagner Tadeu Martins Queiroz
Data encam.: 17/04/2020 às 13:57



Destino

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/SGA - Superintendência de Gestão Administrativa

Encaminhamento

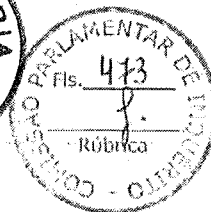
Motivo: Para providências

Encaminhamento: Segue CI 0524/2020 sinalizando as divergências observadas na proposta formal da empresa Veigamed e nas "proformas invoice" encaminhadas.

Retifico que as "proformas invoice" são número PI-20200414-WHHL e a PI-20200415-WHHL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DOS HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS – SUH



	Nº 0524/2020
DE Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos – GEDHP	DATA 17/04/2020
PARA Superintendência de Gestão Administrativa – SGA	PSES 37070/2020
ASSUNTO Aquisição emergencial de 200 ventiladores pulmonares	

Frente ao PSES 37070/2020, onde a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina manifesta interesse na aquisição de 200 (duzentos) Respiradores Mecânicos (Ventilador Pulmonar), esta Engenharia Clínica SUH destaca que a empresa “Veigamed Material Médico e Hospitalar” apresentou como proposta o Respirador Medical C35, conforme páginas 27 a 41 dos autos, onde o item supracitado foi validado com base nas especificações técnicas contidas na página 36.

No dia 08/04/2020 a empresa recebeu a 1ª Notificação por descumprimento do Cronograma de Entrega proposto, conforme datas abaixo:

- ✓ 100 unidades entregues entre os dias 05/04/2020 e 07/04/2020;

Contudo, foram apensadas ao processo as “Proformas Invoice” nº PI-20200414-WHHL e a PI-20200415-WHHL com modelo divergente ao analisado, validado e solicitado.

	Dados da Proposta	Dados da Proforma Invoice
	C35	Shangrila 501S/510S
FOTO		

474
 Fls. _____
 Rubrica _____
 CONSELHO PARLAMENTAR DE FISC. E CONT.

Atenciosamente,

Wagner Tadeu Martins Queiroz
Engenheiro Eletricista

REPRESENTANTE COMPROMETE MOTA

A cada dia que passa surgem novos fatos sobre a escandalosa compra dos 200 respiradores pelo governo catarinense que pagou R\$ 33 milhões por equipamentos que não vai receber. A desastrosa operação derrubou o secretário da Saúde Helton Zeferino, que deverá ser ouvido pela Comissão

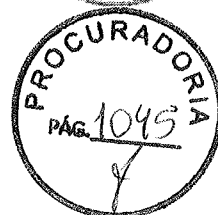
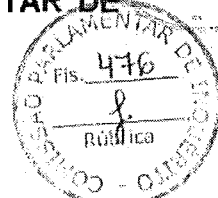
Parlamentar de Inquérito constituída na Alesc. Zeferino tem muito a explicar sobre a aquisição que lesou os cofres públicos. Porém, o atual secretário, André Mota (foto),

que era adjunto de Zeferino, também deve explicações. As declarações do representante da Exxomed, Onofre Neto, que enviou carta (no detalhe) a André Mota, em 2 de abril, de que a empresa carioca Veigamed não tinha autorização para importar os respiradores e que poderia oferecer por preços mais baixos, comprometem o atual titular da Saúde. De certa forma, André Mota foi alertado sobre a irregularidade. Se não tomou providências como adjunto, tem responsabilidade também nesta história mal contada. Até porque sua assinatura eletrônica está no documento que autorizou a compra dos respiradores chineses. Deveria seguir o caminho de Zeferino e deixar o cargo até que tudo seja esclarecido. O governador Carlos Moisés precisa refletir sobre isto. Pode ser mais um bofeto a sair do seu colo.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DOS RESPIRADORES.



REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, na condição de Relator e com amparo no art. 157, 160 e 162 do Regimento Interno, **REQUER** a juntada aos autos do Processo SES 00036251/2020 contendo 61 laudas, para auxiliar nos trabalhos desta comissão.

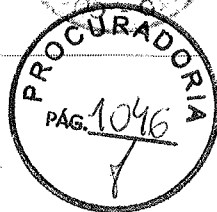
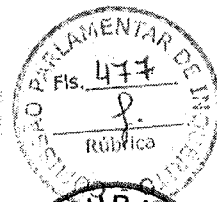
Sala das Sessões, 20 de maio de 2020.

Deputado Ivan Naatz
Relator

João de Deus
Sergento Lima
Deputado Estadual



Governo do Estado de Santa Catarina
Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e
TERMO DE AUTUAÇÃO



Processo SES 00036251/2020

Dados da Autuação

Autuado em: 24/03/2020 às 18:29

Setor origem: SES/GABS - Gabinete do Secretário

Setor de competência: SES/GABS - Gabinete do Secretário

Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Classe: DIVERSOS

Assunto: DIVERSOS

Detalhamento: PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM O ESTADO DE SANTA CATARINA E A INTELBRAS S/A INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA PARA IMPORTAÇÃO EMERGENCIAL DE RESPIRADORES